UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA LEITURA INTEGRADA, HISTÓRICA E DIALÉTICA ENTRE OS FENÔMENOS E ATORES DA VILA DE ABRAÃO, ILHA GRANDE (RJ).

DANILO ROCHA CERQUEIRA

Rio de Janeiro
2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA LEITURA INTEGRADA, HISTÓRICA E DIALÉTICA ENTRE OS FENÔMENOS E ATORES DA VILA DE ABRAÃO, ILHA GRANDE (RJ).

DANILO ROCHA CERQUEIRA

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Geografia.

Prof° Orientadora: Sonia Vidal Gomes da Gama

Rio de Janeiro
2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA LEITURA INTEGRADA, HISTÓRICA E DIALÉTICA ENTRE OS FENÔMENOS E ATORES DA VILA DE ABRAÃO, ILHA GRANDE (RJ).

DANILO ROCHA CERQUEIRA

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA.

APROVADA EM: **_____/_____/_____**

_____

Profª. Dra. Sonia Vidal Gomes da Gama (Presidente da Banca)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Achilles D'Ávila Chirol
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Março/2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

C416 Cerqueira, Danilo Rocha.

Análise ambiental do uso e ocupação do solo em unidades de conservação: uma leitura integrada, histórica e dialética entre os fenômenos e atores da Vila de Abraão, Ilha Grande (RJ) / Danilo Rocha Cerqueira. – 2015.
98 f. il.

Orientadora: Sonia Vidal Gomes da Gama Projeto final apresentado ao Curso de Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de bacharel em Geografia.
Bibliografia

1. Solo – Uso – Aspectos ambientais – Ilha Grande (RJ). 2. Recursos naturais – Conservação – Ilha Grande (RJ). 3. Planejamento urbano – Ilha Grande (RJ). I. Gama, Sonia Vidal Gomes da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 711.14:504.06(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

AGRADECIMENTOS

Esta monografia não seria possível sem o incentivo e contribuição de algumas pessoas queridas, onde aqui registro meus sinceros agradecimentos:

À minha orientadora, Sonia Vidal, por ter acreditado no meu potencial e na minha "cabeça embaralhada" como a própria denominou, por ter conseguido canalizar a cada ideia e descoberta pulsante em relação a realidade da Ilha Grande, pelas conversas construtivas e sugestões imprescindíveis durante todo o tempo do trabalho de monografia.. Além de ter me orientado com este trabalho, me orientou, ainda que sem saber, a buscar a ética nos meios acadêmicos.

Aos meus pais, Ezio Cerqueira e Eliana Rocha. Não há comparação entre a ajuda dos dois e nem sobre a importância que tiveram nessa minha formação. Meu excelentíssimo pai, Ezio Cerqueira, o agradeço pela sua alegria, sua sinceridade, amor que sempre demonstrou por mim, pela a casa, a comida, a companhia, ter me propiciado uma educação de qualidade, me inserir em uma família maravilhosa, no apoio em minhas decisões, de verdade, por tudo. Infelizmente sua partida repentina, trágica e muito cedo não permitiram que você pudesse ler esse trabalho, que consegui fazer logo após o momento mais difícil da minha vida, a sua perda física. Como falamos aqui de dialética, se podemos ver algum lado bom dessa sua partida, foi o fortalecimento da minha força de vontade e confiança no meu potencial para conseguir terminar minha formação e prosseguir na minha jornada e no meu objetivo. Sinta-se representado por mim e prometo fazer de tudo para orgulhar nossa família.

Quanto a minha mãe, Eliana Rocha, é com muitas felicidades que tenho o prazer de poder mostrar a finalização desse trabalho e poder compartilhar de sua companhia. O que falar dessa mulher guerreira e espetacular! Obrigado por me ajudar a "segurar a onda", por sempre ter calma nos momentos mais difíceis e, simplesmente, por você existir na minha vida. Vocês dois são sem dúvidas os melhores pais do mundo e ninguém nunca será capaz de me provar o contrário.

Agradeço imensamente à minha namorada-esposa Cristiane Carajá, pela paciência, carinho, sensibilidade, enfim por todas as atitudes compreensivas que teve enquanto passava noites lendo, escrevendo e apagando as ideias que teimavam em sair do foco. Neste sentido, devo agradecer pelo seu companheirismo e sua beleza encantadora que me deram inspiração, além desse seu jeito única de ser, que me deu conforto, estabilidade emocional e motivação em um momento tão conturbado da minha vida.

Quanto aos amigos, tanto os mais próximos, quanto os mais distantes, mas apenas os de verdade devo parte desse sucesso a vocês. A galera do IAPI, local de residência desde a infância localizado no bairro de Vila Isabel, Gabi, Hugo, Fábio, Tales, Luana, Pedro, João Paulo, Matheus Barroso, obrigado pela energia de cada dia, e pelas conversas sobre teorias da conspiração e pela

atividade do dia a dia. Aos moradores “anexados”, Willian, Rodrigo, João Marcos, entre outros, o mesmo.

O que dizer da família Geouerj? Uma essência de vida na veia, TJG, georadical e 2009.1, a turma que resgatou o posicionamento crítico do corpo discente de geografia, logicamente com a ajuda dos seus agregados, muito obrigado pelas experiências e ensinamentos. Agradecimento em especial a Rafael Turi, Anderson, Gabriel, Diego, Mariana, Camilinha, Marcelli, André, Gustavo, Daniel Billo, Davi, Victor, Luana, Tiagão, José, Fernando, Raphael Chiote, Tiago (Agoty), Zé Renato, Carol e Fael. Se esqueci alguém, me desculpe, sabem como é essa cabeça!

Aos amigos do NEPPT - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Planejamento Territorial: Mariana, Luana, Aldemir, Cristiano e Emerson, grato pelas conversas construtivas e ajuda em trabalhos de campo na Ilha Grande.

Ao Silvio Montenegro, do LABGEO - Laboratório de Geoprocessamento, que sempre me ajudou na confecção de mapas e diálogos políticos-históricos interessante. Ressaltar que é um funcionário exemplar, sem sombra de dúvidas o melhor funcionário do Instituto de Geografia.

A equipe de socioeconomia da empresa de consultoria ambiental HABTEC, a gerente Aline e as analistas Joana, Tatiana e Claudia e também à diretora Viviane. A experiência na equipe de vocês foi de um crescimento imenso, grato por tudo. E como esquecer do gerente Gustavo, diariamente com suas piadas divertidas e precisas

À professora doutora Silene Morais Freire do curso de serviço social e também coordenadora do grupo de pesquisa, PROEALC, o qual tive o prazer de fazer parte durante um período rápido, no entanto muito produtivo, onde tive a oportunidade de expandir um pouco meu conhecimento acadêmico com os bolsistas do grupo.

Ao CEADS - Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, por viabilizar toda a infraestrutura necessária para a pesquisa.

Aos moradores e trabalhadores da Ilha Grande, que contribuíram de diferentes formas para a realização deste trabalho.

E por fim à UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao IGEOG, que mesmo com todos os problemas, limitações e dificuldades, ainda consegue abrigar espetaculares alunos e pesquisas, e por isso me propiciou uma experiência única de aprendizado.

RESUMO

CERQUEIRA, D. R. **Análise Ambiental do Uso e Ocupação do Solo em Unidades De Conservação: Uma leitura Integrada, Histórica e Dialética entre os fenômenos e atores da Vila De Abraão, Ilha Grande (RJ). 2015: 103.** Monografia (Bacharelado e Licenciatura) – Instituto de Geografia (IGEOG) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O estudo em relação à dinâmica de uso e ocupação do solo em espaços "destinados" a implementação do sistema de Unidades de Conservação, por naturalidade, já devem apresentar observações dos acontecimentos envolvidos, integradas e dialéticas: Integrada devido a conjunção de fatores naturais (características físicas do Geossitema) e antrópicos (questões políticas, economicas e culturais);Dialética pois o sistema que traça diretrizes das (UCs), elaborado durante o período moderno, objetiva "frear" o próprio processo de desenvolvimento, apoiando-se nos princípios de conservação, preservação e da sustentabilidade, ou seja, princípios que se distanciam do processo urbano, aquele que se configura como o modelo padrão da reprodução civil e social do período moderno. Buscou-se desenvolver uma análise ambiental do histórico de implementação do mosaico de Unidades de Conservação implementadas na Ilha Grande (Angra dos Reis – RJ) e suas resultantes , e para isso foi escolhido um ponto específico do Território Insular (GAMA 2010), a Vila do Abraão, conhecida atualmente como "capital" da Ilha. A singularidade histórico-cultural aliada ao contexto econômico atual consolida-na essa importância e também devido a isso, é a unidade territorial que mais sofre influências do modelo de uso e ocupação proposto pelo e no "continente" (Angra e RJ). A metodologia utilizada foi o levantamento, a organização e revisão da literatura pertinente à temática estudada, trabalhos de campo, aplicação de questionários aos moradores e trabalhadores da Vila do Abraão, e a realização de entrevistas com instituições do poder público presentes na Vila (INEA, SAAE e Sub-Prefeitura de Angra dos Reis). Em síntese, os resultados apontam para a existência de alguns impactos e conflitos socioambientais em relação aos usos dados ao território de Abraão, sobretudo o uso demandado pela atividade turística de visitação pública em escala nacional e internacional que, junto às redes comerciais de abastecimento do Turismo comandam a evolução do modelo de uso e ocupação da Vila. Os resultados podem colaborar no debate em torno da gestão e planejamento participativo dos recursos naturais, existentes no recorte de análise, no entanto, o principal objetivo proposto aqui, é o de refletirmos a real função das UCs para a manutenção, reprodução e desenvolvimento da humanidade, e entendermos que as estratégias do meio urbano-comercial capitalista alteram significativamente os Geossistemas Naturais e as Comunidades Tradicionais e/ou Locais e por isso novas propostas de uso e ocupação devem estar de acordo com a dinâmica das atividades tradicionais da população local e respeitando o ciclo dos elementos do Geossistema visando a manutenção ecológica.

Palavras chave: Geossistema. Unidades de Conservação. Planejamento Territorial. Atividade Turística. Conflitos Socioambientais. Uso e Ocupação do Solo. Rede Urbana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização geográfica da Ilha Grande no Estado do Rio de Janeiro 13
Figura 2: A Vila do Abraão (Ilha Grande) vista do Pico do Papagaio 14
Figura 3: Sistema GTP proposto por Bertrand (1997) 18
Figura 4: Esquema do Sistema GTP..... 19
Figura 5: Esboço de uma definição teórica de geossistema. 21
Figura 6: Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro..... 32
Figura 7: Zoneamento Estratégico de Angra dos Reis e da Ilha Grande 48/49
Figura 8: Pontos que permitem a transição da visitação pública entre a Ilha e o continente..... 63
Figura 9: Trilhas da Ilha Grande..... 64
Figura 10: Mapa de vetores da pressão antrópica e Espacialização dos questionários aplicados..... 72
Quadro I: Dados sistematizados segundo as entrevistas realizadas com as esferas públicas.....74
Figura 11: Mapa sistema viário e hidrográfico. Dinâmica e localização das fontes de abastecimento hídrico de Abraão e o esgotamento sanitário..... 77
Quadro 2: Principais problemas na Vila de Abraão, suas consequências e impactos..... 82/83

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BIG	Baía de Ilha Grande
BR-101	Rodovia Federal (litoral brasileiro)
CEADS	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
GTP	Geossistema, Território e Paisagem
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEPPT	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Planejamento Territorial
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PMAR	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
I PLAN-RIO	Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (1975)
RAFA	Reator Anaeróbico do Fluxo Ascendente
RJ	Rio de Janeiro
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Angra dos Reis)
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TEBIG	Terminal Petrolífero da Ilha Grande
UCs	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1. O SISTEMA "GTP" PARA ANÁLISE AMBIENTAL INTEGRADA 16

1.1 Geossistema.....18

1.2 Território.....20

1.3 Paisagem.....22

2. O SISTEMA DE REDES E O DIRECIONAMENTO DO MODELO DE USO E OCUPAÇÃO NA REGIÃO DA COSTA VERDE – ILHA GRANDE (ANGRA DOS REIS).....26

2.1 O conceito de "Rede".....26

2.2 A Rede Urbana na região da Costa Verde (RJ): processo de dominação ou de integração dos fragmentos territoriais?.....29

2.3 Relações entre a rede urbana, o meio técnico-científico e o planejamento do território: o novo modelo de uso e ocupação direcionado "para" e "pelo" turismo.....37

3. O PLANEJAMENTO TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O SURGIMENTO DA TERRITORIALIDADE SINGULAR DE ABRAÃO.....41

3.1 O modelo de planejamento "físico-territorial" no pós-guerra adotado na rede urbana do Rio de Janeiro.....42

3.2 A apropriação do território pelo Estado e a dinâmica política-econômica.....47

3.3 O território da "proteção ambiental": a política ambiental da Ilha Grande em um contexto mais amplo.....50

3.4 O território do Turismo e o "desenvolvimento" do "paraíso ecológico": atividades econômicas em áreas naturais e protegidas, o contexto da Ilha.....53

4. A CENTRALIDADE DO TURISMO NA VILA DO ABRAÃO.....59

4.1 O circuito turístico da ilha: vias terrestres e marítimas.....60

4.2 A investigação da "rede de abastecimento" (estabelecimentos comerciais e domiciliares).....62

4.3 A visão do poder público sobre o uso e a ocupação do solo: exposição e análise de conflitos e impactos identificados.....69

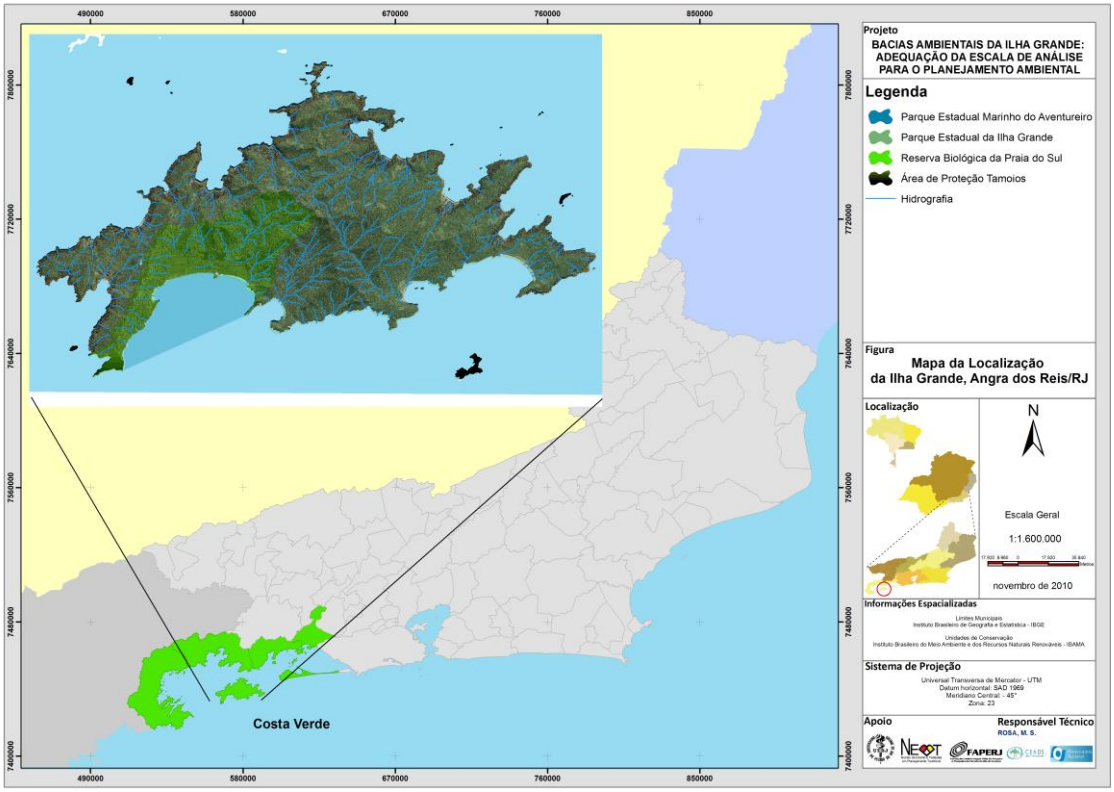
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....79

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....83

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de globalização da economia, aquele que se origina no período moderno da humanidade vem reconfigurando o uso e a ocupação de antigos territórios há muito tempo. A Ilha Grande, distrito do município de Angra dos Reis (RJ) (Figura 1) é uma localidade que vem apresentando diferentes funções desde o período colonial até a segunda década do século XXI. No entanto, ficou distante de ações e planos de desenvolvimento tal como os do distrito sede, a cidade de Angra dos Reis, ou da capital do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido é importante compreender o urbano e a cidade de uma maneira dialética, ou seja, considerando-os inter-relacionados, todavia, distintos (independentes), ou seja, um pode depender do outro, de acordo com a situação, mas também um pode existir, necessariamente, sem a presença do outro.

Figura 1:. Localização geográfica da Ilha Grande no Estado do Rio de Janeiro (Fonte: Rosa, 2010)



De acordo com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (LEI Nº270/L.O. DE 15 DE ABRIL DE 1993), o município divide-se em quatro distritos sendo, a Ilha Grande o terceiro distrito que tem como sede a vila do Abraão. Atualmente esse terceiro distrito leva o nome de “Abraão”. Segundo Amorim (2012), a vila do Abraão, localiza-se na porção leste e é o principal polo de ocupação e circulação de pessoas, informações e capitais da Ilha Grande. A questão é que a “vila do Abraão” não pode ser equiparada a “cidade de Angra dos Reis”, apesar da organização

arquitetônica, da dinâmica urbana e do ordenamento territorial se assemelharem e, o modelo de uso e ocupação do solo voltado para o turismo, assim como em Angra dos Reis, parece ser adotado na vila do Abraão como na Ilha Grande. Portanto, a vila do Abraão constitui-se no recorte espacial de análise do presente (Figura 2) e o questionamento que se faz engloba o processo de desenvolvimento urbano, a dinâmica socioespacial, as áreas protegidas e as novas manifestações espaciais com o incremento do turismo.

Figura 2:. A Vila do Abraão (Ilha Grande) vista do Pico do Papagaio

(Fonte: Acervo NEPPT 2009)

Abraão tornou-se o principal centro receptor e erradiador das atividades ligadas ao turismo, que estão vincladas às áreas naturais protegidas como a Área de Proteção Ambiental de Tamoios e o Parque Estadual da Ilha Grande, categorias existentes no Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) do Brasil. É neste contexto que destacam-se as redes geográficas, as redes urbanas, os fluxos responsáveis por novas configurações geográficas, espaciais. Porém, há de se distinguir os ambientes urbanos, rurais, industriais e protegidos.

Em relação a concepção sobre o que é urbano, rural e como a cidade se comporta nesse papel, Sposito (2008) reforça:

> "Se a cidade comporta atividades tipicamente urbanas, isso não significa que apenas em seus espaços se realize o que é "urbano" no mundo atual ou tampouco que haja limites fixos entre cidade e campo. Pelo contrário: atualmente, as paisagens da cidade e do campo apresentam-se amalgamas, difusas, com superposições e imbricações de difícil explicação apenas pela observação. Só é possível ter uma avaliação do que se pode ser urbano ou rural com base no estudo das dinâmicas e das práticas socioespaciais." (SPOSITO, 2008:14 e 15).

O modelo de uso e ocupação do solo proposto na era da modernidade durante o final do século XX, através do planejamento urbano (técnico), acabou por sustentar a difusão da cultura do modo de vida urbano, dependente dos equipamentos coletivos urbanos que proporcionam uma espécie de comodidade, "conforto" social. Na ilha, essa difusão chega lentamente, de modo pouco perceptível e pode ser reconhecida nas atividades econômicas desenvolvidas até metade do século XX, em que a dinâmica territorial num primeiro momento estava voltada à atividades de pesca (artesanal e industrial), de agricultura (ciclos econômicos e de subexistência). Num segundo momento, estava voltada para a atividade carcerária que, de acordo com sua política estatal, mantinha os presidiários sob regime de isolamento, prioridade do governo nacionalista da época.

Podemos afirmar que durante o século XX, na Ilha Grande e sobretudo, mesmo que outros núcleos e povoados mais adensados como Abraão apresentassem atividades e dinâmicas típicas de ambientes rurais, alguns equipamentos de infraestrutura urbana básica (indústrias de salga de sardinha, serviços de transporte, serviços de energia elétrica, britador, lazareto e presídios eram contabilizados. Não que as atividades de uso e ocupação da época tenham atraído a estrutura e a dinâmica do ambiente urbano em sua plenitude, mas acabaram contribuindo para a integração territorial interna à rede (lógica) urbana, fato que foi e vem sendo muito explorado para a manutenção e o desenvolvimento da atividade turística, que hoje, insiste na lógica do mercado, em acumular o máximo de capital, independente da capacidade de suporte do ambiente (natural e social).

Além desses dois fenômenos, destacamos a criação do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) pelo Decreto Estadual nº 15.273 em 26 de junho de 1971, aliado a crescente preocupação global com a proteção da natureza, mesmo que de forma muito discreta, somou-se aos primeiros fenômenos no sentido de retardar a urbanização na ilha. Essa ideia está ligada ao processo urbano de uso e ocupação do solo que, aos poucos, intensifica-se atrelado a atividade econômica do turismo, que tem a sua divulgação (ou especulação) nos âmbitos internacional, nacional e estadual a partir da década de 90, período onde ocorrem outros fatos marcantes, como: a implementação do parque e de outras categorias de unidades de conservação, a implosão do presídio, a inclusão da ilha como Reserva da Biosfera da UNESCO, a inserção na categoria de Patrimônio Nacional, a valoração do potencial cultural-ecológico, dentre outros. Juntos, contribuíram para a consolidação da atividade turística, que surge como alternativa ao estilo de vida tipicamente urbano e tradicional, ou seja, como uma atividade autointitulada sustentável e alternativa, simplesmente por não se utilizar dos recursos naturais de maneira direta e valorizar a natureza instrumentalizada como refúgio do ambiente urbano, metropolitano, industrial..

A partir do exposto, essa monografia tem como objetivo principal realizar diagnóstico

socioambiental na vila do Abraão (centralidade da ilha) em que as estratégias de ordenamento territorial (utilização de recursos e ocupação do solo) e a dinâmica de população (local e visitantes) estão voltadas para a atual atividade econômica (turismo), a partir de uma perspectiva integradora de planejamento. Para tal, foi necessário destacar os seguintes objetivos específicos: apontar as condições ambientais (potencialidades e fragilidades) em que se encontra a vila; identificar na base político-legal do município as principais normas, resoluções, decretos e leis vigentes afins a esse distrito; realizar levantamento sobre as condições básicas de serviços oferecidos aos estabelecimentos comerciais e residenciais; identificar a partir dos impactos os conflitos de interesse e possíveis lacunas na gestão.

Metodologicamente, apresentamos como base a análise ambiental para fins de planejamento utilizada por autores como Jurandir Ross (2006) e Rozely Santos (2004) e que requer a utilização de conceitos como geossistema, território, paisagem, rede, urbano, materialismo-histórico-dialético, política, conflitos, impactos e fragilidade ambiental, bem como, a utilização de dados primários (atividades de campo com técnicas e instrumentos que serão incorporados à análise a partir de questionário, entrevista, diagnóstico) e; a utilização de dados secundários (acadêmicos e institucionais). Segundo Ross (2006),

> " A base teórico-metodológica está calcada em princípios da análise sistêmica e no tratamento das informações referentes à natureza e à sociedade no contexto da integração de dados de modo que possibilite alcançar a concepção socioambiental de um determinado lugar..." (Ross, 2006:198).

> " No que se refere à realização do planejamento territorial ambiental, deve-se ter como base preocupações com a preservação ambiental, conservação dos bens naturais e a recuperação de áreas degradadas" (Ross, 2006:203).

Primeiramente, buscou-se o tripé conceitual "Geossistema, Território e Paisagem" (GTP) elaborado por Bertrand (1968) para compreender a interação dos sistemas e subsistemas dos meios físico e socioeconômico presentes na ilha. Assim, ratificamos a afirmação de Amorim (2012) que considera o território insular da Ilha Grande localizado no sul do estado do Rio de Janeiro como um geossistema complexo, administrado diretamente pela prefeitura do município de Angra dos Reis e pelo estado do Rio de Janeiro e, indiretamente, pela federação do Brasil.

Nesta base física, de cobertura de Mata Atlântica e ecossistemas associados (mangue e restinga), de relevo movimentado e de extrema fragilidade ambiental, estão distribuídos os núcleos populacionais. Na base político-administrativa-legal, estão as diferentes categorias de unidades de conservação e os diferentes setores do poder público responsáveis pelo planejamento e gestão territorial. A fragilidade ambiental (Rosa, 2010), a falta de articulação entre o poder público (Dutra, 2008 e Amorim, 2012) e a falta de uma política ambiental comum às esferas de gestão (Pereira,

2013) são apontados como os maiores responsáveis pelos impactos físicos, sociais e econômicos.

Em relação ao aspecto físico, os conceitos de fragilidade, vulnerabilidade e risco, entendemos que o território insular configura-se como um geossistema e, em relação ao aspecto socioeconômico, além de compreender a dinâmica territorial local e a sua estruturação na paisagem, o conceito de rede poderá explicar melhor as ações e estratégias vinculadas ao planejamento e ordenamento territorial de Abraão.

Portanto, para refletir sobre a complexa realidade deste território insular e, buscar explicações e entendimentos, o conceito de rede urbana foi escolhido com o intuito de destacar a relação informacional e logística entre as cidades e, no presente estudo, a centralidade exercida por Abraão, recorte utilizado para evidenciar esse contexto de globalização das redes e seu processo de dominação. Segundo Amorim (2012:14), "diante do complexo cenário da Ilha Grande, que necessita de uma compreensão holística de seus sistemas, é necessário considerar tanto o meio físico quanto o socioeconômico." De acordo com a autora (Op. Cit), a Ilha Grande é uma localidade que possui aspectos peculiares no que diz respeito aos aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. São três os fatores que destacamos como responsáveis por elaborar e propor o modelo de planejamento capaz de ordenar de modo mais participativo, a Vila do Abraão. São eles: a) o regimento jurídico Estatal (Esferas federal, estadual e municipal); b) o regimento jurídico Estatal específico da localidade (incorporada à rede de Sistemas de Áreas Naturais Protegidas) e; c) a atividade turística e sua rede de intenções e demandas por serviços.

Em síntese, a principal problemática de Abraão bem como da Ilha Grande, é harmonizar a sua configuração territorial, ou seja, minimizar impactos e conflitos. A disputa territorial entre os atores sociais dos distintos segmentos que compõem o território acaba dificultando o diálogo entre as partes, prejudicando a elaboração de políticas de proteção ambiental e de uso e ocupação da terra de maneira produtiva e equilibrada. Chama-se a atenção para o fato de que, a consolidação desse emaranhado de ações, proposições e legislações dos instrumentos regulatórios e hierárquicos previstos no conjunto das políticas públicas tem sido impostos sob um subsistema vulnerável, tanto no âmbito natural quanto no sociopolítico, mesmo que seus períodos históricos de formação-evolução sejam distintos (Dutra, 2008; Rosa, 2010; Amorim, 2012; Pereira, 2013).

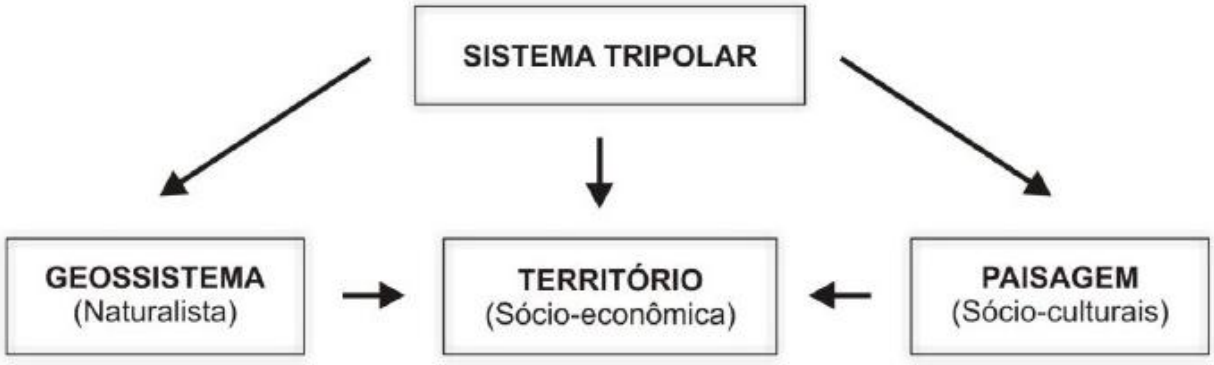
Essas considerações nos fazem refletir e analisar que, antes do período da globalização da economia em rede e da redefinição da produção capitalista, a ilha e a vila já possuíam uma história e consequentemente uma dinâmica de uso e ocupação, mesmo que também não fossem consideradas adequadas em relação à utilização dos recursos naturais e humanos. É nesse sentido que dois fenômenos se tornam fundamentais para entendermos o contexto atual em relação ao modelo de uso e ocupação adotado para a ilha, especulado, sobretudo, a partir da década de 70 e

presente também no Abraão a criação de legislação específica de proteção da natureza e, nos anos seguintes, com o desenvolvimento da atividade turística e de uso público, em que visitantes são consumidores da natureza enquanto "recurso natural".

1. O Sistema "GTP" para análise ambiental: idéia de integralidade

No final da década de 1990, Georges Bertrand elaborou uma nova proposta de abordagem sistêmica a partir da observação sobre o dinamismo e complexidade das paisagens. Denominado de GTP (Geossistema, Território e Paisagem), pode ser compreendido pelas três vias interdependentes que trabalham cientificamente na construção do espaço geográfico, tendo como interesse epistemológico e metodológico a preocupação de preservar a complexidade e a diversidade do ambiente, na tentativa de auxiliar na superação da ruptura entre sociedade e natureza. Foi durante o VII Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada (Curitiba-PR), que ele apresentou essa forma de estudo baseada em um sistema tripolar e interativo: o Sistema GTP – Geossistema, Território e Paisagem, representado pela Figura 3.

Figura 3:. Sistema GTP proposto por Bertrand (2004)



Representação do sistema tripolar proposto por Bertrand, 1997.
Fonte: Bertrand, 1997 apud TORRES, 2003, p. 44.
Org.: Nathália Prado Rosolém, 2010.

Ross (2006) em seu livro Ecogeografia do Brasil, atenta brevemente a temporização de cada conceito:

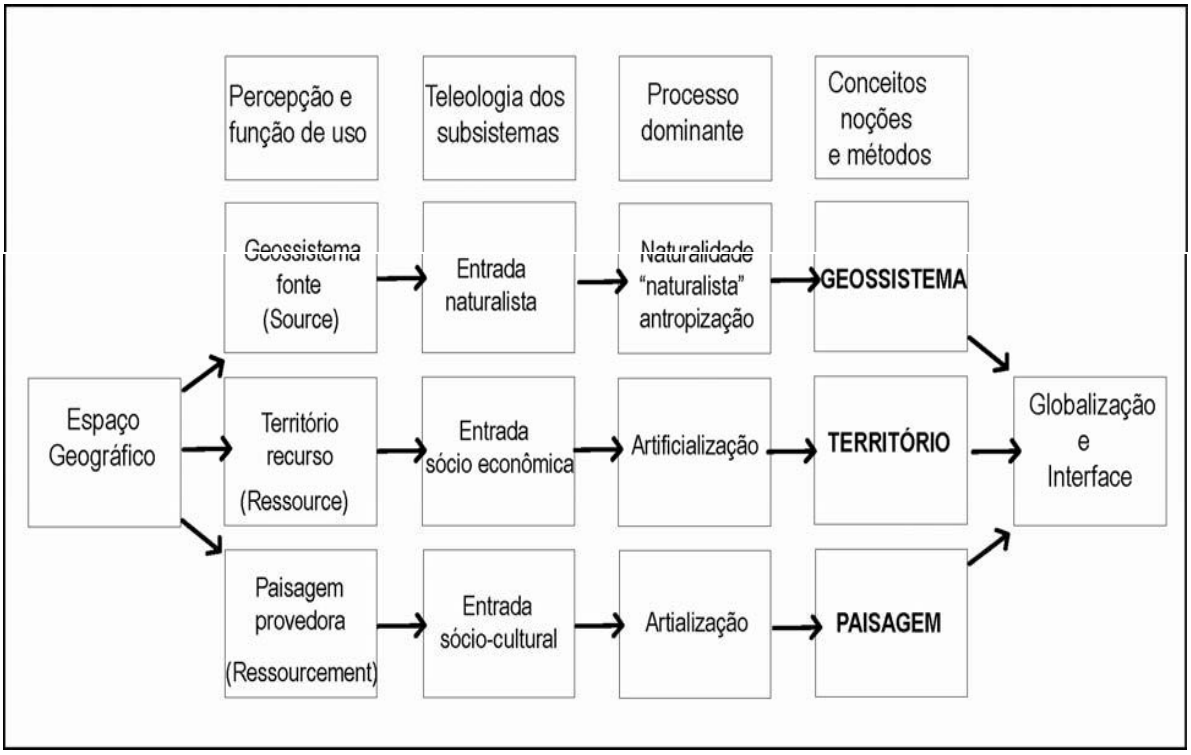
> "O tempo do geossistema é aquele da natureza antropizada … o geossistema introduz a dimensão geográfica nos estudos do ambiente natural, na valorização da dimensão histórica, dos impactos da sociedade e da dimensão espacial: na horizontal, geo-horizontes (espaço físico-territoriais definidos) e, na vertical, geotipo, geofácies, geocomplexos e domínio, nos quais é mais completo que o ecossistema" (Ross, 2006:33).
>
> " O tempo do território é o do social e do econômico … é o conceito central da ciência geográfica e não envolve aqui a dimensão natural. É qualquer modo a interpretação socioeconômica do geossistema. Retoma um conjunto de conceitos híbridos, como potencialidade, ambiente, meio, cuja manipulação exige longo trabalho semântico e metodológico para atingir aproximações atuais"

(Ross, 2006:33).

> "O tempo da paisagem é aquele do cultural, do patrimônio, da identidade e das representações … a paisagem, segue na direção de uma relação multidirecional e interativa entre o natural e o social" (Ross, 2006:33).

Em 2007, Georges Bertrand e Claude Bertrand, destacam que trata-se de três entradas ou três vias metodológicas que correspondem à trilogia fonte/recurso/aprisionamento e que são baseadas em critérios de *antropização*, de *artificialização* e de *artialização*, conforme mostra a figura que se segue (Figura 4). Ressalva-se que, este método de análise, consiste atualmente em uma importante ferramenta analítica e holística em relação a formação de territórios e paisagens padronizadas pelo globo. A ideia do sistema tripolar elaborado por Bertrand, vislumbrava a utilização dos princípios e métodos dos três conceitos de forma interativa, o que resultou em suma, em uma estratégia tridimensional em três espaços e três tempos.

Figura 4:. Esquema do Sistema GTP - Bertrand e Bertrand (2007)



Neste sistema tripolar, considera-se: geossistema como um complexo formado e as relações naturais existentes entre os elementos bióticos e abióticos; território como a forma de uso político, social e econômico do espaço geográfico; e a paisagem como a expressão cultural, que manifesta-se através da apropriação, da utilização e do significado que é atribuído aos elementos do geossistema, pela comunidade local. No caso da ilha, tanto nos elementos naturais quanto nos humanos, percebe-se diferenças entre os ambientes que, em seu conjunto, distinguem-se de outras regiões do litoral sul por exemplo. Este território, insular, pode ser considerado como a entrada que irá permitir analisar

manifestações sociais e econômicas sobre o espaço considerando a ilha em sua totalidade e, incluindo o tempo do mercado ao tempo do desenvolvimento durável, abordando o recurso, a gestão, a redistribuição, a poluição-despoluição e assim por diante. E sobre a paisagem da ilha, traduz-se numa dimensão sócio-cultural do conjunto estudado e traz um sentido subjetivo quando expressa o tempo do cultural, do patrimônio, do identitário e das representações simbólicas no espaço. Segundo Ross (2006:33), "é a paisagem que conduz o geógrafo a acessar o mundo das representações sociais e da natureza, assegurando uma ligação de conveniência com os objetos naturais na sua dimensão geossistêmica".

Contudo, o conceito de paisagem do ponto de vista *bertrandiano* é bastante amplo pois, este abrange também a construção cultural e econômica. Sob a paisagem, há o território, sua organização espacial e seu funcionamento, tornando o complexo território-paisagem de alguma forma o meio ambiente na perspectiva humana e de aparência humana. Desse modo, a metodologia denominada GTP serve não só para a delimitação e representação cartográfica das áreas, mas também para detectar os problemas existentes e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre os mesmos, para planejar estratégias de conter, reverter ou amenizar os impactos existentes. Pode ser utilizada pelo geógrafo para revelar as formas de criação, de reprodução e de transformação das estruturas.

1.1 O conceito de Geossistema

O termo geossistema, derivação conceitual da Teoria do Sistema, surgiu na escola russa, tendo como precursor Sotchava (1977) que em 1963 remete a discussão em torno deste método, sendo que sua análise geossistêmica esta associada aos sistemas territoriais naturais que se distinguem no contexto geográfico, constituídos de componentes naturais intercondicionados e inter-relacionados no tempo e no espaço, como parte de um todo, que possui sua estrutura influenciada pelos fatores social e econômico.

Décadas mais tarde, Gregory (1992) afirma que até meados do século XX a Teoria Geral do Sistema criada por Bertalanffy (1901) permaneceu pouco difundida, mas uma série de apropriações em diversos ramos científicos ocorreu a partir de então. Ela propõe que os sistemas podem ser definidos como conjuntos de elementos com variáveis e características diversas, que mantém relações entre si e o meio ambiente. A análise poderá estar voltada para a estrutura desse sistema, para seu comportamento, para trocas de energia, limites, ambientes e parâmetros. Um dos primeiros ramos científicos a utilizar esta teoria foi a Ecologia com a proposição do conceito de ecossistemas. Na ciência geográfica utilizou-a inicialmente nos fundamentos da geografia física, inibindo assim em um primeiro momento a apropriação conceitual pela geografia humana.

De acordo com Rosolém (2010: 3),

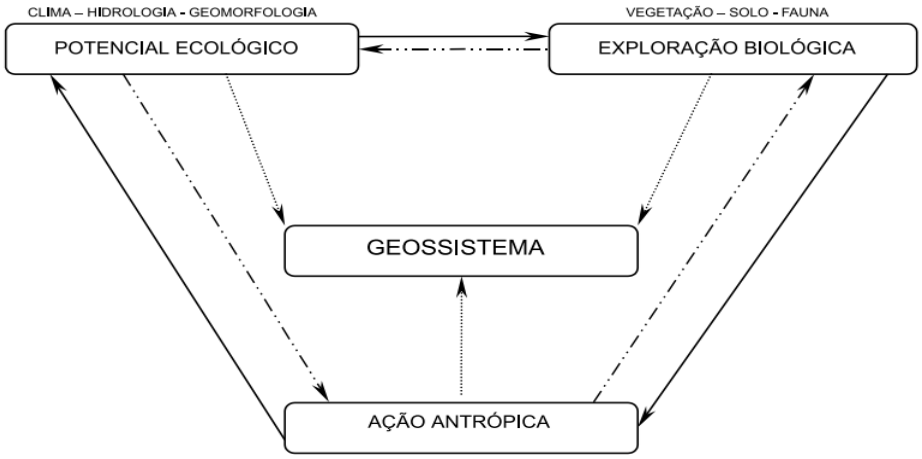
> "Ecossistema e Geossistema são conceitos diferentes na ótica bertrandiana, o primeiro diz respeito ao ambiente vivido de uma espécie animal, em que esse apareceu e se desenvolveu, relacionando com os demais elementos do seu ambiente, definido seu limite para cada ecossistema. Já o segundo, relaciona elementos distintos, que são diferentes um do outro, de forma heterogênea, formado por paisagens desiguais que representam estágios de sua evolução"

A teoria geossistêmica, elaborada por Sotchava, pode se tornar uma ferramenta fundamental nas análises das variáveis naturais responsáveis por constituir a composição do espaço geográfico natural, mas deve-se considerar suas limitações. Este conceito é naturalista e não é possível considera-lo como social. Sua operacionalidade e importância fundamental é a consideração de processos temporais que não exclui a antropização, e por isso faz conectar o tempo dos processos naturais com o tempo dos processos sociais (mesmo sem explicar estes últimos). Contudo, a teoria dos geossistemas pode auxiliar na desconstrução deste pensamento. Os processos naturais não deixaram de acontecer isoladamente, sem a interferência social. É evidente que os processos sociais intensificaram e/ou alteraram a dinâmica "natural", mas não são os únicos a serem considerados.

Segundo Sotchava (1977), os geossistemas embora sejam considerados "fenômenos naturais", devem ser estudados à luz dos fatores sociais e econômicos que influenciam importantes conexões em seu interior. Essas influências antropogênicas podem representar o estado diverso do geossistema em relação a seu estado original. Acrescenta que, apesar dos fatores socioeconômicos modificarem um geossistema, "a noção sobre esse último não pode abranger a do sistema territorial-industrial, o que não exclui a possibilidade ou a existência de sistemas totais que representem sistemas geográficos, econômicos, sociais e técnicos" (Sotchava, Op.cit).

Já Tricart (1980), chega a demonstrar níveis de compatibilização desta teoria com a lógica dialética em um artigo que se preocupa com a elucidação das funções do trabalho de campo na dialética da Geografia. Apesar de ter sido formulada por Sotchava a teoria ganhou destaque científico global com o teórico francês G. Bertrand (1968). Ele resgata o conceito de geossistema criado por Sotchava (1963), incorporando a ele a dimensão da ação antrópica, sendo categoria espacial de componentes relativamente homogêneos, cuja dinâmica resulta da interação entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica, como demonstra o esquema elaborado pelo autor (Figura 5).

Figura 5: Esboço de uma definição teórica de geossistema. Fonte: Bertrand, 2004, p.146.



Com o passar do tempo, Bertrand percebeu que o aprofundamento da teoria sistêmica apenas na geografia física não era capaz de analisar a complexidade de formação dos espaços geográficos. Nesse sentido, ele aproxima dois conceitos muito estudados pela ciência geográfica, o de Território e Paisagem ao conceito de Geossistema, com o sentido de pontuar e enfatizar a interferência das ações antrópicas, considerando sua temporalidade, na formação dos espaços geográficos.

E para atribuir o caráter social de um trabalho que se pretende espacial e geográfico não é possível reduzir a análise a um único conceito naturalista . Desta forma conectando este conceito a outros com entradas sociais mais relevantes como território e paisagem buscam-se compreender a complexidade, diversidade e simultaneidade dos processos espaços-temporais que caracterizam um fenômeno ambiental.

1.2- O conceito de Território

Segundo Haesbaert (1997), o conceito de território é polissêmico e tem sido utilizado tanto pelas ciências naturais, em que é definido como uma área de dominação de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal e, pelas ciências sociais, onde o conceito de território é muito diversificado sendo utilizados a partir de diferentes visões. Na visão do autor, na ciência política é dada ênfase em sua construção a partir das relações de poder; na economia, o território é percebido a partir do fator locacional ou como uma das bases da produção; na antropologia, destaca-se a dimensão simbólica; na sociologia, o enfoque é dado a partir da intervenção nas relações sociais; e por fim, na psicologia o território é entendido a partir da subjetividade ou da construção da identidade pessoal.

De acordo com Freire (2011), o autor faz um considerável apanhado dos diferentes conceitos de território em sua obra, para mais tarde argumentar sobre o “mito da desterritorialização” em que distingue três denominações (naturalista, econômica e política) relacionadas a uma definição de

território. Embora sejam pertinentes as denominações supracitadas, é na terceira, de cunho político, que o conceito de território foi mais embasado, já que durante muito tempo e, até hoje, predominantemente na geografia política, este se encontra bastante ligado ao domínio, ao poder principalmente do Estado.

Haesbaert (2007), afirma que as concepções de território mais difundidas são aquelas calcadas nas relações de poder, de forma a ressaltar sua dimensão política, no entanto, sem desconsiderar outras dimensões, não atribuindo a relação entre poder e espaço territorial apenas ao Estado. Claude Raffestin, preconiza ser o território um espaço socialmente apropriado, produzido e dotado de significado, personalizando a "prisão" que os homens construíam para si mesmos no espaço geográfico, sendo este último substrato e "palco" para que nele fosse construído o território. Acredita que *"É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço (...)"* (RAFFESTIN, 1993:143). Seu conceito de território privilegia as relações de poder, que estão sempre presentes, sejam partindo de indivíduos, grupos e principalmente do Estado.

Já as idéias de Souza (2001), nas quais o mesmo defende que embora as relações de poder em um espaço delimitado sejam primordiais para a definição de território, o Estado não é o único que pode gerar territórios, já que *"todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN."* (SOUZA, 2001:81).

Todas essas visões, para Haesbaert (1997), estão intimamente ligada à ideia de domínio. Na geografia, o conceito de território foi fundamental para a construção da ciência, tendo Friedrich Ratzel como referência até meados do século XX. Ratzel comparou o Estado a um organismo vivo que nasce, cresce e tende a declinar. Esta visão colocou no centro de suas análises a necessidade do domínio territorial por parte do Estado. O território era um dos elementos principais na formação do Estado. Para Ratzel, o Estado não existiria sem o território.

De acordo com Sposito (2004:111) "não se pode pensar o território a-historicamente, pois sempre que ele é estudado, a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária". O movimento da história humana esta indissociado do caráter jurídico, econômico, cultural e, sobretudo, político das relações societárias. Sendo que estas relações são fundamentadas através do exercício do poder, portanto conflituosas. O conceito de território abrange a interatividade das relações societárias em múltiplas esferas e em diversas escalas espaciais.

Nesse sentido o tempo do território, além de suas temporalidades múltiplas, é aquele no qual a fonte se torna recurso. De acordo com Gonçalves (2006) este conceito possui centralidade para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo e é também útil nas análises ambientais.

Como aponta Vieira (2010) as ações dos diversos agentes, suas intencionalidades e sua vinculação ao um determinado espaço são importantes neste conceito e no estudo dos ambientes, que são de fundamental importância para a compreensão dos processos de apropriação da natureza.

Sobre a relação sociedade-natureza, Bertrand e Bertrand (2009) afirmam que:

> "A potencialidade e a limitação não estão na natureza da natureza. Os determinantes, se existem, estão na sociedade. Eles exprimem ali (nos geossistemas) a desigualdade da sociedade e dos homens diante da natureza, do território e da paisagem. A natureza tem petróleo mas não tem ideia". Bertrand e Bertrand (2009:125)

O autor situa o conceito de território nesta afirmação como determinante para a utilização da natureza. Ou seja, a natureza utilizando o conceito de território se torna recurso, já que através da materialização da ideia pode ser potencializado ou limitado a apropriação e a utilização da própria natureza.

1.3 O conceito de Paisagem

Na herança do Renascimento, com sua estética romântica naturalista, a paisagem ocupa lugar na Geografia, quando esta se constitui como ciência, no século XIX, através de geógrafos alemães e franceses.

> "Humboldt, considerado pai da Geografia, utiliza o termo "paisagens naturais", designando, assim, áreas homogêneas caracterizadas essencialmente pela morfologia do terreno e a cobertura vegetal que lhe conferia uma fisionomia própria. Seus estudos se concretizaram com viagens realizadas no final do século XVIII, quando por meio do temo Landschaft, a noção de paisagem constituiu-se como categoria de análise."(SILVEIRA Emerson, 2005:6)

Segundo Tricart (1981, p.7):

> "Para os geógrafos alemães, geralmente nutridos pelas ciências naturais, a paisagem compõe-se de diversos elementos concretos do ambiente: relevo, plantas, solos. Mas eles não registram as modificações introduzidas pelo homem e, se for o caso, eles distinguem entre paisagem natural e paisagem humanizada."

Essa noção de paisagem como sistema que Tricart refere, efetiva-se no século XX, quando o conceito de geossistema é desenvolvido. Nesse mesmo contexto, onde a Geografia constitui-se como ciência é preciso considerar ainda, a contribuição de Paul Vidal de La Blache, contemporâneo de Ratzel, para o qual o conceito de paisagem assume uma conotação de região, visto que seus estudos privilegiavam a inter-relação entre os elementos naturais e humanos.

Segundo Silveira (2005:8) Para uns, a paisagem é vista como uma fisionomia caracterizada por formas e seu estudo se dá basicamente pelo método morfológico.A outra linha de estudo privilegia as características de uma área expressas nos seus atributos físico-naturais e humanos, com suas respectivas inter-relações.

No início do século XX, a discussão teórica em torno da paisagem, passa a apresentar concepção que integrasse os elementos naturais com os elementos de ordem cultural. Karl Troll propôs uma via metodológica no estudo da paisagem a partir da análise da transformação da mesma quando da apropriação pelo homem. Sob seus estudos, dá-se forma a Ecologia da paisagem, designada por Geoecologia, definindo-a como: "o estudo das relações físico-biológicas, que governam as diferentes unidades espaciais de uma região" (Forman e Godron, 1986, p.7)

Na segunda metade do século XX inclui-se o pensamento da escola soviética dos anos de 1960/70, que preocupada com a necessidade de reordenamento de seu território, parte de uma base essencialmente ecológica, considerando os aspectos relacionados com a vegetação e o uso do solo e sua relação com o meio em que se inserem. Essa linha de pensamento deu seguimento aos estudos do geógrafo Dokuchaev, que fundou a pedologia sobre a noção de paisagem e "trabalhando na planície Russa, de relevo medíocre e monótono, referiu-se exclusivamente ao clima e a vegetação, veículos de uma primeira classificação de solos. (Tricart, 1979, apud FIGUEIREDÓ, P.18).

Nesse sentido, percebe-se que Dokuchaev desenvolveu o conceito de "paisagem natural" que, serviu de base para a formulação das idéias geossistêmicas na década de 1970, tendo como expoente Sotchava.

Essa abordagem emerge num contexto de regime socialista, que tinha no planejamento centralizado, uma necessidade de planejamento e controle territorial. Nesse sentido a idéia integradora dos elementos da paisagem, denominada de geossistema, possibilita o desenvolvimento desta percepção e a expansão da escola soviética. Sotchava foi o pioneiro, mas suas idéias "(....) nunca passaram de aplicações ao quadro da geomorfologia bioclimática e, mas, discretamente da biogeografia". (BEROUTCHACHVILI e BERTRAND(1978:168, apud Figueiró.

> "A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução." (BERTRAND, 1972, p.141)

No entanto o autor também reconhece que na época o conceito ainda se encontrava muito próximo da ciência biogeográfica e afastada das preocupações sociais e econômicas.

> "A paisagem é quem adverte os tipos e intensidades do aproveitamento do solo, das conseqüências das atividades humanas sobre o sistema natural e a intensidade dos impactos ambientais, o tempo que desperta a necessidade de proteção frente a certas alterações provocadas pelo homem [...]" (ROMERO e JIMÉNEZ: 2002)

Nesse sentido, essa categoria de análise do espaço assume importância considerável no âmbito da Geografia moderna, na medida em que torna-se um instrumento importante para a

implantação de uma gestão ambiental, que colabore com a preservação dos recursos naturais.

> "O cientista, ao optar pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, pode concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não que, necessariamente, tenha de se entender forma–funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas que a dinâmica social empreende. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como resultado da construção social imposta pelo homem. (SILVEIRA E, 2005:12)"

Acredita-se que essa parcela de contribuição gerada pelos geógrafos deva servir como referencial nos questionamentos e nas decisões em relação à adoção de modelos de modernização, tanto em relação ao meio rural como urbano, principalmente naquelas que levam em consideração exclusivamente os mecanismos econômicos e políticos, em detrimento das dinâmicas ambientais.

Em síntese, para efeitos de nossas pesquisas no NEPPT – Núcleo de Ensino e Pesquisa em Planejamento Territorial, a Ilha Grande constituí-se em um *território* insular complexo ou mesmo, um *geossistema* marcado por características físicas acentuadas e de alta fragilidade (ROSA, 2010:68) e por conflitos sociais (ambientais!) que, no seu conjunto, comprometem a dinâmica ambiental. Se analisarmos em uma perspectiva histórica fica claro que a herança ambiental atual provém das relações de populações passadas com o meio, observadas na *paisagem*. O que entendemos hoje como "natural" não passa de sistema manejado por cinco séculos de ocupação.

Enquanto geossistema, demonstra a importância de não somente caracterizar os aspectos do meio físico, bem como saber quais entre os elementos do relevo, da vegetação, do clima, da hidrografia ou do solo interferem na sua dinâmica ambiental.

De acordo com Rosa (2010), possui relevo com declividade acentuada que, conjugada aos processos hidrológicos, representa alta susceptibilidade às ocorrências de movimentos de massa e processos erosivos além das limitações quanto às práticas agrícolas. Sua vegetação é representada por um dos biomas nacionais mais ameaçados, a Mata Atlântica, ora com vegetação de porte alto, troncos finos e com cascas grossas, mas que, devido a seus sucessivos ciclos econômicos, foi atingida consideravelmente, sendo substituídas por vegetação com estruturas fisionômicas diferentes. Em alguns pontos, nas áreas planas, a vegetação é associada a influencia direta das águas do mar e de planícies aluviais que refletem as cheias dos rios. Quanto aos solos em que essa vegetação se desenvolve, estes, na sua maioria, apresentam-se como pouco profundos, possuindo permeabilidade muito baixa e com risco de erosão e, em pequenas áreas, ocorre solos que permanecem saturados com água em um ou mais horizontes, durante algum tempo na maioria dos anos. Estes solos, de origem fluvio-lagunar-marinhos e de encostas estão associados às enseadas das quais possuem pequenos núcleos populacionais. Estes núcleos populacionais influenciaram as transformações no uso e ocupação na ilha, desde plantação de cana-de-açúcar em meados do século

XIX à turistificação e especulação imobiliária desenvolvidas dentro, e no entorno das diferentes categorias de Unidades de Conservação no século XXI.

Enquanto território, de acordo com Amorim (2012), destacam-se os territórios do "cárcere" e da "proteção da natureza" e é possível que esteja sendo "preparado" ou mesmo "induzido" a formação de mais um território, neste caso, o do "turismo". Importantes marcas persistem neste território insular, rugosidades, testemunhos, sendo um território (do cárcere), como propõe Sack (1986), desativado, mas que ainda tem bastante influência sobre a população local e, logo, sobre a sua territorialidade. Com esses resquícios de uma época não muito distante, a ilha possui não só um patrimônio natural, mas também um rico legado histórico e um importante patrimônio cultural.

Mas a pergunta que se faz é, "como esses territórios se formaram e se mantém nos dias atuais?" Para respondê-la, passemos a outro conceito-chave da geografia, o de *rede*.

Conforme o exposto acima, a ecologia de paisagem e o geossistema são modelos teóricos de análise da paisagem que nos dias atuais respondem melhor as transformações espaciais que o homem empreende e que refletem na organização espacial e na diferenciação das paisagens. O estudo integrado, como apontam os autores citados acima, indicam caminhos que sem dúvida parecem ser os mais adequados a responder as necessidades e problemas concretos originados pela sociedade na atualidade.

2. O Sistema de Redes e o direcionamento do Modelo de Uso e Ocupação na região da Costa Verde – Ilha Grande (Angra dos Reis)

A ideia central desse capítulo é explorar um pouco o conceito de rede na geografia e claro, transpô-lo ao nosso foco de estudo, a Ilha Grande. Nesta, é perceptível uma nova organização do espaço e fluxos cada vez mais intensos. Visitantes de várias partes do mundo transitando pela ilha, inserindo-a no contexto global.

2.1 Sobre o conceito de "Rede" e a "Rede Urbana" no Brasil: breve síntese

Segundo Sposito (2006) "o conceito de rede geográfica, cuja materialização – e expressão mais completa – é a rede urbana, de um ponto de vista histórico ligado ao modo pelo qual a rede vai se organizando (...)"(SPOSITO, 2006:9). Nesse sentido, a rede urbana será composta por características expressas em inúmeras ações no território.

A emergência teórica e a relevância da questão urbana no mundo contemporâneo podem ser tomadas como quase consenso pois, expressam a inevitabilidade da centralidade do fato urbano, quando as redes de informação e de articulação da economia capitalista ganham dimensão global.

Então, esse processo de dominação do uso urbano do solo como modelo "supremo" (garantia de melhor qualidade de vida) para a reprodução da sociedade possui esse ideal na concepção das primeiras grandes cidades do mundo, que com o tempo, passam a ser o principal ponto de comando de um determinado espaço delimitado (território). É assim que passa a exercer grande influencia no processo de dominação em outros espaços de seu entorno, em geral, subordinados à sua apropriação administrativa, que de forma legal (amparado em lei) permite a ação/gestão e o planejamento desses centros urbanos em locais mais distantes, ou seja periféricos.

De acordo com Monte-Mor (2008:1) apud (Maricato 2000), as teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função do urbano (representado na cidade) para informar seu desenvolvimento e/ou planejamento, tiveram grande importância nas intervenções feitas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade em várias manifestações. Essas teorias, pensadas nos países do centro capitalista e apropriadas na periferia, muitas vezes representam "idéias fora do lugar" aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como "lugares fora das idéias". Ainda como destaca Monte-Mór (2008).

> "A rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de amplitudes várias, do micro-regional ao continental. As relações metrópole-satélites, que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações internacionais, ganham hoje uma imensa complexidade diante da dimensão multiescalar, fragmentada e mutável (caleidoscópica, portanto) sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo, no mundo subdesenvolvido." (MONTE-MÓR, 2008:1)

O que se pretende elucidar aqui, é que a ideia da rede surge antes da articulação de seu

conceito científico, e que a expansão da rede geográfica, advém de um período anterior à contemporaneidade, e no Brasil, ela tem seu início desde o período de expansão marítima, alavancado pela cultura europeia e seu projeto de dominação.

Dias (2000:145), que baseia-se na obra clássica do geógrafo Jean Labasse (1955), destaca que os dois primeiros e mais importantes fatores responsáveis por possibilitar a "unificação" material e informacional do espaço global, ou seja, caracterizar os aspectos que definiriam as redes, seriam o financiamento de capital através dos bancos e a associação deste à expansão e conexão das vias de transporte (malha ferroviária, hidroviária e posteriormente rodoviária e aeroviária).

Mas foi com o desenvolvimento do capitalismo, que surgiram inúmeras tipologias de redes tais como as comerciais, bancárias, ferroviárias, aeroviárias, telecomunicações etc., que progressivamente vem se tornando mais importantes. Neste sentido, Santos (1999:217) afirma que "toda organização e expansão do capitalismo só é possível através das redes de localizações geográficas, que assumem diversas formas de manifestação na vida econômica, social, política e cultural". Esta concepção também é confirmada por Dias (2009:146).

Sendo assim, de acordo com Correa (1997:306), as redes de localizações geográficas podem ser definidas na contemporaneidade como " [...] um conjunto de localizações articuladas entre si por vias e fluxos". Já Moraes (2013),

> "Partindo desse princípio, percebemos três fatores fundamentais para o estabelecimento de uma rede urbana: Em primeiro lugar, deve haver em uma dada porção do espaço, uma economia de mercado, com transações comerciais envolvendo a comercialização de bens produzidos localmente e externamente. Essa atividade requer certa divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, é necessário que haja, nesse mesmo espaço, pontos fixos onde as transações sejam realizadas, temporariamente ou permanentemente. Por fim é necessário haver uma interação espacial entre esses pontos fixos. Essas interações espaciais referem-se ao amplo conjunto de deslocamento ou fluidez de pessoas, mercadorias, ideias, valores etc." (MORAES, 2013:3)

No Brasil, foi a partir do século XIX, que a rede urbana começou a apresentar sinais de mudança. O desenvolvimento da mineração, no início deste século, estimulou o desenvolvimento de um mercado interno e fez surgir um novo padrão de ocupação espacial que dava destaque aos núcleos urbanos. De acordo com Moraes (2013),

> "No plano externo, a Europa vivia um momento de grande efervescência política, econômica e cultural. O movimento iluminista, embora proibido no Brasil, estimulou a origem de várias revoltas, que foram suprimidas com mão de ferro. A revolução industrial inglesa consolidava o novo modo de produção capitalista na Inglaterra e a revolução francesa afrontava o antigo regime colonial, que já durava alguns séculos. Tais movimentos geraram grande pressão ao antigo regime e em face à ameaça francesa de invadir Portugal, ocorre um acontecimento que veio alterar profundamente o rumo da sociedade brasileira: a transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro." (MORAES, 2013, p. 7)

Durante o período em que a corte portuguesa esteve no Brasil, de 1808 a 1821, o país conheceu transformações políticas, econômicas e culturais, a começar pela valorização arquitetônica e urbanística do Rio de Janeiro. A independência do país só veio ratificar a posição privilegiada da capital e, a partir da reflexão sobre os problemas urbanos do Rio de Janeiro é que a discussão sobre a organização, uso, ocupação e financeirização do espaço urbano será levada para outros espaços constituintes do território nacional.

Segundo Moraes (*apud* Abreu, 2006:160), a partir do início do século XIX, pode ser identificado no Brasil dois tipos de reflexão sobre o espaço urbano: o primeiro, deu continuidade ao trabalho de engenheiros militares e estimulava uma política voltada para a provisão no espaço urbano (infraestrutura e comodidades), concorrendo para maior valorização da cidade como sede do poder e dos serviços essenciais da sociedade (privilegiando a elite) e; o segundo, relaciona-se à valorização de uma política higienista, pensamento de matriz epistemológica e de tradição dos fisiocratas. Apesar das inúmeras transformações urbanas ocorridas neste início de século, a rede urbana nacional ainda se mantinha pouco articulada.

Mas é com a produção em larga escala do café, dinamizado pela economia paulista, que este cenário é relativamente quebrado. A rede urbana nas regiões sul e sudeste do território nacional começa a serem integradas, ainda que de forma insipiente, graças aos novos padrões técnicos capazes de articular, de forma sistemática, os diversos núcleos urbanos dos estados e municípios. E, finalmente no século XX, este cenário apresenta mudanças.

Este, foi marcado pela urbanização da sociedade e, ao longo de 100 anos, inúmeras foram as transformações que ocorreram na produção, na distribuição, na troca, no consumo e nas relações sociais, fazendo com que a dinâmica social e espacial deste período fosse caracterizada pelo "modo de vida urbano".

No Brasil, as transformações no comércio se intensificam após a II Guerra Mundial, com a consolidação e expansão da industria (automobilística, eletroeletrônica e de bens de consumo não duráveis) que, por sua vez, acelerou a urbanização a partir da década de 1960. Processo este entendido como a expressão histórica concreta, organizada no espaço, da evolução e da mudança social, definida, hoje, pela globalização e seus desdobramentos espaciais, sendo que uma das principais características é dada pela gestação e expansão do meio técnico-científico-informacional, como aponta Santos (1985, 1994 e 1996). Que se apresenta no debate em torno do “papel” da cidade média no estabelecimento do processo urbano (de urbanização) o qual foi largamente ampliado no contexto sócio-político-cultural contemporâneo.

No sul do estado do Rio de Janeiro, em particular, Angra dos Reis passou a sediar uma série de investimentos estatais de grande porte, dentre eles: o estaleiro Verolme, o Terminal Petrolífero da

Ilha Grande (TEBIG), a Usina Nuclear Angra 1, a construção da BR-101. Essas construções promoveram mudanças no processo de expansão urbana como aponta Souza (2003:2), dando novos rumos a ocupação, a economia e ao desenvolvimento local. Duas décadas mais tarde, nos anos de 1980, a facilidade de acesso e a valorização de ambientes naturais preservados faz com que a atividade turística ganhasse importância no município.

Desde o início o turismo manifesta-se como atividade contraditória, pois para construção dos empreendimentos hoteleiros e comerciais, precisa-se de grandes extensões de terras, o que vai favorecer os constantes conflitos pela posse da terra neste município. É neste contexto econômico da atividade turística no sul do litoral sul do estado do Rio de Janeiro que iremos traçar algumas reflexões.

Segundo Santos (1996 :1) em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do "natural" e do "artificial" também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo.

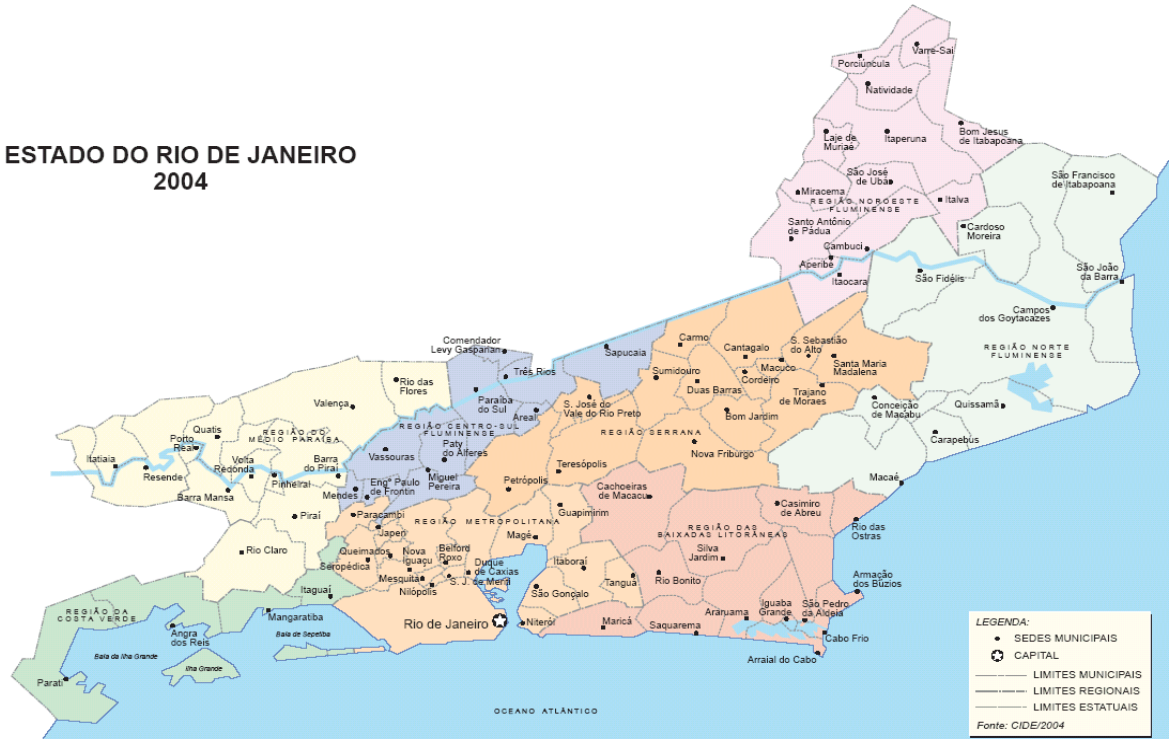
> "Tende pois a conceber o desenvolvimento da humanidade segundo duas etapas grosseiras. Uma primeira etapa que principiaria com a conquista da matéria e do espaço (fabricação de instrumentos e seqüencialização dos gestos e dos deslocamentos) - conquista que Implica uma lenta introdução da temporalidade e da estruturação espacial num nível microscópico. Uma segunda etapa na qual a sedentaridade e a agricultura conduziriam à colonização de um espaço macroscópico. E. enfim, uma terceira etapa na qual especializações, trocas comerciais e instituições administrativas se instalariam para redundar no urbanismo e na conquista de um espaço "generalizado". Cada uma das fases dessa 'história teórica da humanidade resultaria na instauração de uma nova dinâmica autoorganizadora e complementar que reforçaria as dinâmicas existentes." "Vivemos hoje provavelmente o começo de um quarto episódio, caracterizado por aquilo que se convencionou chamar de "a revolução informática" ou mesmo igualmente genética. Estamos transpondo novos limites. [...]. É hora de fornecermos os meios de estudar melhor esse domínio." Sander E. vara der Leecew, 1994, pp. 28-42, p. 41. (Apoud SANTOS, 1996: 1)

2.2 A Rede Urbana na região da Costa Verde (RJ): processo de dominação ou de integração dos fragmentos territoriais?

> "Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural."(SANTOS, 1996: 4)

A Região da Costa Verde situa-se no litoral sul fluminense e está dividida em duas microrregiões: a da Baía de Sepetiba, que incorpora os municípios de Mangaratiba e Itaguaí e a da Baía da Ilha Grande, com os municípios de Angra dos Reis e Parati. (Figura 6).

Figura 6:. Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (Fundação CIDE, 2004)



Polo de atração turístico na atualidade, caracteriza-se por possuir linha de costa recortada por costões rochosos, provenientes das abruptas vertentes da escarpa da serra da Bocaina, baías e enseadas que delineiam as Baías de Sepetiba e Ilha Grande. No fundo destas baías e enseadas, localizam-se exíguas planícies flúvio-marinhas, baixadas e cordões litorâneos (DANTAS et al, 2000). Sob o ponto de vista biótico, a vegetação se destaca pelo predomínio dos remanescentes de Mata Atlântica, genericamente, conhecida como o ecossistema de floresta da encosta da Serra do Mar brasileira, considerado o mais rico do mundo em biodiversidade (ARAUJO; CARVALHO; SILVA, 2005:19). De fato, é na região que os remanescentes de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro se concentram, o que a torna foco preferencial de políticas de preservação.

Mesmo assim, a floresta Ombrófila é característica apenas das regiões mais altas. Altera-se gradativamente, fruto da ação humana, conforme declina a altitude, dando "*lugar a campos de pastagem ou de pequenos cultivos como o de bananeiras*" (SOARES, 2006:8).

A divisão regional do Estado do Rio de Janeiro remonta, com alterações, a Lei n° 1.227/1987. Até essa data, apenas a Região Metropolitana havia sido delimitada legalmente (Lei Complementar n°20, de 1/07/1974) e, em 2002, a Região da Costa Verde foi criada e dividida nas Microrregiões da Baía de Sepetiba (Mangaratiba e Itaguaí) e da Baía da Ilha Grande (Angra dos

Reis e Parati) pela Lei Complementar n°105 de 04/07. Vejamos os antecedentes da criação dessa região.

Segundo Santiago (2010:72), o desenvolvimento de atividades econômicas na região pode ser descrito desde os primórdios da colonização com a exploração de pau-brasil. Assumiu importância para o controle da costa, situando-se na rota marítima entre a vila de S. Sebastião do Rio de Janeiro e São Vicente – primeiros núcleos de povoamento dos atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Abrigou os portos importantes no contexto do povoamento e do intercambio comercial com interior. Primeiramente Paraty, através do Caminho dos Guaianases – conhecido também como Caminho da Serra do Falcão ou Caminho Velho – que serviu ao crescente comércio entre as vilas de Piratininga (hoje São Paulo) e de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Com a construção do Caminho Novo ou Caminho de S. Paulo, entre 1728 e 1754, a vila de Angra dos Reis assumiu o papel de "porta de entrada" para o interior (São Paulo e Minas Gerais) até meados do século XIX, escoando a produção de ouro, açúcar, café e outros produtos. Por fim, o crescimento da produção cafeeira do Vale do Paraíba do Sul exigiu a abertura de um novo acesso ao interior. A chamada "Estrada Imperial" foi inaugurada pelo Imperador D. Pedro II, em 1857, ligando Mangaratiba a São João do Príncipe (depois São João Marcos). (SANTIAGO e outros, 2009; BELTRÃO, 2005; CADEI, 2004; MACHADO, 1995)

Também a agricultura e a pesca foram importantes atividades econômicas desenvolvidas nas Baías de Angra dos Reis e de Sepetiba. Além de uma agricultura de abastecimento (milho, arroz, feijão, mandioca etc), destacou-se a agricultura comercial de cana-de-açúcar e café. A pesca da baleia, por exemplo, já era desenvolvida no século XVI e só desapareceu na primeira metade do século XIX, enquanto a da sardinha entrou em decadência nas décadas de 1970 e 1980 (SANTIAGO e outros, 2009; CADEI, 2004, MACHADO, 1995; ROCHA, 2005).

O entreposto do comércio de escravo também foi significativo pois, os escravos desembarcavam nos portos do Sahy e da Marambaia e, posteriormente¸ eram levados para os mercados do Rio de Janeiro e do interior. A relação com o tráfico incentivou uma outra importante atividade: a produção de aguardente (em 1799, a Capitania do Rio de Janeiro possuía 616 engenhos e 253 engenhocas de aguardente, dos quais 39 engenhos e 155 engenhocas localizavam-se em Angra dos Reis e Ilha Grande) que, juntamente com o fumo, eram utilizados como moeda de troca no comércio de escravos na África.

Na segunda metade do século XIX, a região entrou em estagnação. Um conjunto de fatores contribuiu para essa decadência, principalmente o declínio da cafeicultura no vale do Paraíba do Sul e a proibição do tráfico que afetou a função de entreposto do tráfico de escravos da região (e a demanda de aguardente). Foi a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (1864-1870), ao

substituir o papel desempenhado pelo Caminho Novo e pela "Estrada Imperial" na ligação entre São Paulo-Minas Gerais-Rio de Janeiro, que mais fortemente abalou a economia local. (BEILER, 2001 apud Santiago, 2010). A desativação de muitas fazendas também propiciou o surgimento de posseiros, meeiros e arrendatários com a prática da agricultura de subsistência, bem como, o refluxo demográfico. Neste momento, a vegetação passou por regeneração natural, favorecendo especialmente a recuperação da Mata Atlântica.

Essa fase de estagnação econômica e despovoamento da região só se reverteria na segunda metade do século XX, quando os municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis se beneficiaram com a instalação de grandes empreendimentos, conforme já foi citado.

Souza (2003) coloca que, a reativação da atividade portuária, a construção da BR-101 (1972-1974) e o desenvolvimento do programa federal de incentivo ao turismo de alta renda (Programa TURIS), por exemplo, valorizaram o território. Além da instalação de grandes hotéis, houve uma explosão da construção de condomínios. A especulação imobiliária re-configurou a ocupação do território da região, expulsando posseiros, meeiros, arrendatários e pescadores. Inúmeros conflitos de terra entre proprietário e posseiros se disseminaram, manguezais foram aterrados e as encostas foram sendo progressivamente ocupadas.

A região da Costa Verde está conectada ao município do Rio de Janeiro, à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro e ao estado do Rio de Janeiro. Vejamos:

O atual município do Rio de Janeiro foi a capital da monarquia portuguesa por muitas décadas até tornar-se capital federal da república. Podemos entender que, o espaço físico-territorial que compreende seu núcleo urbano foi e ainda é um dos principais fixos da rede urbana brasileira, e assim, se estabeleceu como, senão a "principal porta de entrada do país", uma das principais portas de entrada para o exercício de influências planificadoras do exterior ("mundo moderno"), que são trazidas junto às redes e suas tipologias.

O período que compreendeu o governo federal do então presidente da república Juscelino Kubitschek acaba por redefinir, de certa forma, as funções e as estratégias de planejamento da cidade do Rio de Janeiro, isso devido a transferência da administração federativa da república para Brasília. Essa transferência da capital federal entre as duas cidades, objetivamente, acabou contribuindo para que, em 1975, de fato, ocorresse a formalização da união do Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara (até então cidade do Rio de Janeiro).

> "Constituindo-se portanto, num legado, a configuração espacial do que é hoje o Estado do Rio de Janeiro leva a considerar, ainda, o papel que agentes específicos desempenharam na organização urbana e industrial. Deve ser assinalada a ação particular que tiveram a empresa estatal e as políticas federais, com sede de decisões na cidade do Rio de Janeiro..." (DAVIDOVICH, 2013:3)

> "Torna-se, deste modo, válido observar até que ponto a atuação

> da empresa estatal contribuiu para fazer do Estado do Rio uma base logística para o investimento de interesse nacional. Lembre-se, também, que Volta Redonda e Angra dos Reis foram erigidos em municípios de Segurança Nacional, assim permanecendo até os anos 80." (DAVIDOVICH, 2013:3)

Concebe-se assim o Estado do Rio de Janeiro, que passa também por um processo de transferência de capital, que sai de Niterói e vai para a cidade do Rio de Janeiro. Já no mesmo ano (1975) sob o governo de Raimundo Padilha, e sob doutrina do período militar, o Rio de Janeiro, se postulando como uma unidade estadual da união, apresenta o seu I Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do estado.

O plano pretendia estabelecer e expandir objetivos, diretrizes e estratégias planificadoras, adotadas na cidade do Rio de Janeiro, assim como, para todo seu arranjo territorial estadual delimitado via legislação, e assim reorganizar as orientações para o desenvolvimento de atividades produtivas no território do estado, objetivando "comportar-se" como uma unidade territorial estadual "integrada", ou seja, sob domínio administrativo e executivo.

> "... conforme legislação em vigor, o I PLAN-RIO já foi examinado e aprovado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social e pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana..."
>
> "...ressaltar a dimensão histórica do Plano, o primeiro do Estado e também o primeiro a enfocar e manipular as variáveis relevantes para o processo de desenvolvimento econômico e social de nossa terra de modo global, unificado e coerente com sua realidade social e com a política nacional de desenvolvimento" (I Plano de Desenvolvimento Econômico Social do Estado do Rio de Janeiro, 1975: p.15)

Nesse ponto podemos evidenciar, que o I PLAN-RIO serviu como um dos instrumentos políticos responsáveis por direcionar as estratégias de cunho social e econômico no uso e ocupação do solo do estado do Rio de Janeiro, funcionando como uma espécie de "movimento" / ação política, que se torna possível (de interesse), sustentada no processo das redes e nas relações entre suas tipologias. Podemos observar o quão presente se faz os interesses nacionais e internacionais em "compartilhar" a gestão e o planejamento do uso e da ocupação do solo "local".

O I PLAN-RIO em seu subcapítulo em relação as diretrizes da política nacional de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro, enfatiza que o estado do Rio, apesar de seus percalços "aumenta sobremodo sua taxa de responsabilidade perante os esforços nacionais na busca incessante de padrões superiores de bem-estar geral".

Dentre as diretrizes políticas apontadas como meta de fundamental importância para o alcance do objetivo do plano, destacam-se a política de combate à poluição industrial e a de proteção ambiental, dois temas que, na época, vinham ganhando força nas redes de informação científica global. Segundo I PLAN-RIO, são quatro as diretrizes políticas: - a política de equilíbrio,

para conciliar desenvolvimento com o mínimo de efeitos danosos a ecologia; - ênfase na política de proteção ambiental em área urbana para evitar "ação poluidora" no ar e na água; - política de preservação aos recursos naturais e; - política em defesa da saúde humana. Podemos continuar considerando aqui a posição da cidade e consequentemente do estado do Rio de Janeiro como o "central", um dos principais centros da rede urbana brasileira. Segundo Sposito (2006),

> "A mundialização do capital e, por consequência, das atividades econômicas se da com o encadeamento entre o que ocorre em escala global e o que ocorre nos lugares, porque "surgiram novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle das operações", o que requer a existência de "lugares centrais", onde as tarefas que garantem o funcionamento da globalização são realizadas." (SPOSITO, 2006:48)

Essa mundialização do capital traz consigo a "necessidade" de criar polos conectores, ou seja, funcionarem como Saskia Sassen (1991) denominou como nós estratégicos, ou mesmo cidades globais (Metrópole). Segundo Sassen (*apud* Sposito, 2006):

> "a economia mundial consistiu em uma combinação distinta de áreas geográficas, indústriais e arranjos institucionais [na qual a principal mudança foi] o aumento da mobilidade do capital, em nível nacional e sobretudo, transnacional [que por sua vez] acarreta mudanças na organização geográfica da produção das manutafuras e na rede dos mercados financeiros". (SPOSITO, 2006:48)

Nesse processo de estruturação do contexto territorial, aqui apenas condensado, é possível admitir que o espaço beneficiado pelas rodovias federais e organizado em eixos, veio a se constituir numa extensão da metrópole, o chamado Espaço da Metropolização Davidovich,(1978) Apud Souza (2013:3), espaço esse que pode ser definido no limite de tempo de pouco mais de duas horas, a partir da capital, por estrada de rodagem e onde se faz mais intensa a presença da metrópole, o que determina a inclusão do município de Angra dos Reis na dinâmica metropolitana.

O aumento da mobilidade de capital na economia mundial, ou seja, os financiamentos transnacionais, entram na base econômica brasileira, assim como no estado do Rio de Janeiro, cuja apresentava necessidade de reorganização de sua administração pública. Esse período compreende a uma reorganização geográfica e sócio-territorial, em relação a expansão do espaço da metropolização (Daidivich 2000), sob a perspectiva desenvolvimentista da rede de mercados financeiros, que vislumbrou uma chance no ideal de preservação da natureza em conciliar a lógica acumulativa do capital à manutenção (manejo) de ecossistemas, florestas, parques, entre outros. Essa estratégia é notória atualmente na região da Costa Verde, quando observamos os conflitos e impactos gerados pela inserção das diversas Unidades de Conservação e a dinâmica da atividade Turística de cumulo especulativo, acumulativo e explorador.

Aproximando-se do nosso recorte espacial de análise, temos o atual município de Angra dos

Reis, ao qual pertence a Ilha Grande e, numa outra escala, a vila do Abraão, considerada a "capital da ilha". Conforme já citado, desde o período colonial Angra dos Reis participou dos diferentes ciclos econômicos que fizeram parte da economia do país que percorreram os séculos XVII, XVIII e XIX, quando destaca-se pela produção e exportação de café. Segundo Souza (2003),

> "A partir da segunda metade do século XIX, Angra dos Reis entrou em profundo processo de estagnação de sua economia. Os fatores principais desta estagnação foram a crise da agricultura cafeeira e o fim do tráfico de escravos, pois o porto de Angra dos Reis era um dos mais importantes entrepostos do comércio de escravos. Outro fator de sua estagnação estava relacionado com a construção da estrada de ferro Pedro II, que passou a ligar o Vale do Paraíba ao Porto do Rio de Janeiro, enfraquecendo a função portuária de Angra dos Reis." (SOUZA, 2003:2)

Mas e a Ilha Grande? Como pode ser vista neste contexto? Por sua vez, a ilha apresenta uma trajetória histórica muito interessante. Até o século XVIII a Ilha Grande despertou interesses dos piratas holandeses, franceses e ingleses que se abasteciam de água potável, frutas e lenhas. Com fim da pirataria, foram os comerciantes ilegais de escravos que passaram a buscar refúgio nas tranqüilas enseadas da ilha. Apenas em 1850 a Marinha Brasileira, sob pressão inglesa, passou a patrulhar suas águas. (Fonte: http://visiteangradosreis.com.br/ilha-grande/a-ocupacao-da-ilha-grande)

A plantação de café, açúcar e a pesca da baleia passaram a ser as principais atividades, no final do século XIX. No início do século XX, no entanto, essas atividades praticamente extinguiram-se. A vegetação retomou o lugar antes ocupado pelas fazendas, os habitantes (em geral caiçaras) passaram a ocupar-se exclusivamente da pesca e, posteriormente, foi instalado o presídio.

Nesse sentido, a Ilha Grande destaca-se por ter um histórico de uso e ocupação bastante intenso, sobretudo após a constituição do Estado brasileiro e a idealização da modernidade como projeto piloto da reprodução e organização social,

> "(...) poucas ilhas têm uma história tão rica quanto à Ilha Grande. Foi inicialmente habitada pelos paleoíndios (povo do Sambaqui e da pedra polida), há cerca de 3.000 anos, e depois pelos índios Tupinambás, que eram apaixonados pela música e pela dança. Tornou-se refúgio de piratas, abrigou armação de baleia, possuiu fazendas de cana e de café, uma estação de quarentena para imigrantes (o lazareto), dois presídios, sendo um deles um dos mais temidos e famosos do Brasil, além de fábricas de processamento de sardinha iniciadas por japoneses e gregos e a cultura caiçara." (INEA, 2009:41).

De certa forma, a ilha acompanhou todas as fases da economia brasileira. No século XX, tornou-se referência, em virtude da instalação de presídios. A decadência econômica – da agricultura (no século XIX) e da pesca (nas décadas de 1970/80) –, o controle da circulação de pessoas pelas autoridades carcerárias e o clima de "insegurança e medo", gerado pela presença do presídio, contribuíram para conter o crescimento urbano, da população local e da visitação (turismo), contribuindo assim para a lenta recuperação do ecossistema. Em 1994, a desativação do

Instituto Penal Candido Mendes permitiu a "abertura" da região para o turismo, o que provocou mudanças significativas, especialmente, na Vila do Abraão (SANTIAGO e outros, 2009). Santiago e Prado comentam,

> " (…) Dois Rios surgiu em função do Presídio ali implantado desde 1903, como um conjunto de moradias para funcionários e com uma parte também destinada a detentos, além de alguns prédios com finalidades específicas relacionadas ao funcionamento daquela prisão e/ou aos moradores (tais como: zeladoria, casa de visitas para detentos, cantina, clube, escola, igreja). Se o povoado surgiu em função do presídio, pode-se dizer que, embora tenha sido desativado e implodido em 1994, a população continua vivendo em função dele, constituindo o presídio uma marca encompassante da identidade local (...). (Prado, 2000:5, apud, Santiago, 2010).

> "(…) Se a passagem "do presídio ao turismo" é, na visão de muitos, um eixo explicativo para o que vem ocorrendo na ilha, a Vila do Abraão - a "capital da Ilha", onde aportam e de onde saem as barcas de passageiros em conexão com Angra e Mangaratiba - parece condensar as repercussões desse fato. É uma Ilha agora vista como "exposta", "invadida". Há o caso dos caiçaras que saíram, expulsos de diferentes praias pela especulação imobiliária, e há o caso dos que ficaram e tentam adaptar-se e tirar proveito da nova situação; mas é no Abraão que são reconhecidas com mais clareza as traduções daquela eclosão, naquilo que alguns consideram como um Abraão literalmente "detonado"...essa passagem é vivenciada de forma diferenciada pelos habitantes das diversas comunidades da Ilha, segundo visões e interesses também diferenciados. Em algumas praias, como no Aventureiro e na Parnaioca, as famílias dos pescadores, ou ex-pescadores, ganham nas épocas de temporada cedendo seus terrenos para acampamento dos turistas do tipo mochileiros. É disso que tiram seu sustento. Nesse caso, é fácil ver que, uma vez fechadas outras possibilidades, esta possa ter-se tornado do maior interesse para tais comunidades. Mas, por outro lado, além dos conflitos existentes em função de se tratar, na maior parte, de unidades de conservação ambiental sujeitas a uma série de restrições, existe toda uma resistência em relação às conseqüências do que é referido genericamente como 'turismo' e que envolve muitas questões. Nesse sentido, é o Abraão o foco e a fonte dos muitos questionamentos." (Prado, 2000:10, apud Prado 2003:3)

A partir dos tipos de uso identificados na ilha, definimos como recorte espacial a Vila do Abraão, fragmento territorial interligado ("integrante") a uma rede geográfica, que hoje se configura como urbana e que funciona de maneira sistêmica e hierárquica. Isso será observado na forma como o espaço da Vila vem sendo ocupado e dinamizado, onde a atuação de agentes exógenos ao ambiente local cada vez mais estará presente.

O subcapítulo a seguir pretende congregar as ideias trazidas até o momento, sobretudo, a questão do modelo de uso e ocupação urbano-modernista que é erradiado (estendido) sob o espaço, por territórios e regiões mundo afora, utilizando-se das redes políticas, econômicas e tecnológicas, sob uma ótica histórica-dialética-materialista (MARX, HARVEY, SANTOS. Ou seja o fenômeno urbano é o fato concreto da ação estratégica que busca o desenvolvimento e o progresso, sob a égide da ordem e da racionalidade (SOUZA 2001). O grande *"boom"* da era do meio técnico-científico, defendido por Santos, assentado na funcionalidade das redes geográficas (urbanas) e tecnológicas, são grandes responsáveis pela refuncionalização dos territórios, sobretudo, aqueles estratégicos aos grandes "Kaisers" das atividades econômicas e de agentes de "controle" do mercado e da política.

Segundo Giddens (1991) a modernidade pode ser entendida dentro de quatro dimensões, como a expansão de quatro formas institucionais, são elas: o capitalismo, o industrialismo, a vigilância e o poder militar. Todas essas quatro formas institucionais se entrelaçam para formar o que chamamos de modernidade. Todas elas atuam em conjunto, e uma fortalece a outra. E somente articuladas que podem fazer emergir uma economia capitalista mundial e a divisão do mundo pelo sistema de Estado-Nação.

Para Bauman (1999) a "existência é moderna na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos." O projeto moderno era um projeto de ordem, e por ser projeto não podia ser diferente. Esse projeto era o projeto científico-técnico de conhecer para controlar, e utilizar a favor dos homens. O projeto do Estado Moderno visava organizar os povos e a existência social de cada um deles, para assim lhes trazer uma vida melhor.

O território da Ilha Grande, assim como outros fragmentos espaciais do estado do Rio de Janeiro, durante a era do meio técnico científico, da modernidade e do modo de vida urbano no Brasil, acabaram se tornando interessantes, economicamente, a empresários, sobretudo os ligados às transições fronteiriças internacionais. O Turismo foi a principal atividade econômica postulante a "carro-chefe" de algumas regiões brasileiras, assim como muita regiões do estado do Rio. Esse é o caso da Costa Verde, da Região dos Lagos, da Região Serrana e da própria Região Metropolitana, mesmo que tenham modelos de ocupação e turísticos distintos. No entanto na Costa Verde o fenômeno do Turismo, atualmente, vem desenvolvendo uma espécie de monopólio econômico, dos serviços e da mão de obra local, gerando inúmeros impactos e conflitos.

A Vila do Abraão, fragmento territorial da Ilha Grande, e distrito do município de Angra dos Reis é o recorte de análise de todas as discussões até o momento. Atualmente a funcionalização, a ocupação do solo (social e de infraestrutura) e a dinâmica comercial, que resultam em inúmeros impactos e conflitos, devem ser percebidas, historicamente, pela população, que, o que vemos hoje é consequência das ações intervencionistas tomadas no passado, sobretudo no passado recente. O planejamento físico-territorial, estimulado no Brasil e no Rio desde a década de 70, atrelado ao processo técnico-científico na rede urbana, serão processos importantes na reconfiguração territorial da Ilha Grande, que tem em Abraão como principal território afetado.

2.3 Relações entre a rede urbana, o meio técnico-científico-informacional e o planejamento do território: o novo modelo de uso e ocupação direcionado "para" e "pelo" o turismo.

A ideia principal deste subcapítulo é chamar a atenção para a ação técnica e científica estabelecida na rede urbana que passa a transformar "tecnológicamente" as tipologias "criadas" no tempo do capitalismo (financiamento, transporte, energia, infraestrutura, comunicação...) de acordo

com o que Milton Santos definiu como o meio-técnico-científico. Após essa breve análise conceitual integradora, daremos destaque à prática do planejamento físico-territorial, como instrumento resultante dos processos destacados acima (a dissolução do capital na rede urbana e o meio técnico-científico), capaz de influenciar e indicar estratégias de uso e ocupação de lugares e populações, antes, alijadas do ideal da modernidade e do progresso.

> "Com a presença do homem sobre a terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim da sua História Natural e Natureza Social, ao desencadeamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora quando o artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural. (SANTOS, 1997: 15/16)

É interessante a ideia que o autor enfatiza em relação ao estudo do urbano atrelado a noção de tempo histórico e hierarquizado, onde os "conjuntos" (populacionais) mais "afastados" das cidades grandes, densamente urbanizadas, que possuíssem alguma configuração territorial histórica, apresentada ou não em forma de paisagem, que fosse a soma de pedaços de realizações atuais e do passado. Ou seja para Santos (apoud Gramsci, 2002) a forma atual de como um território e/ou de uma paisagem, de um lugar, são percebidas, carrega consigo uma gama de fatores históricos, interdependentes. Nesse sentido, o Mistério da Forma como propõe Gramsci pode também não aparentar a real situação responsável por resultar na forma percebida e "divulgada" de um determinado lugar. O caso da Vila do Abraão que aparenta, nas paisagens propagandeadas, uma situação de paraíso ecológico, mas que se mostra contraditória, quando observamos as resultantes da funcionalidade e dinâmica das atividades realizadas em seu ambiente.

Tais conteúdos de técnica, de ciência e de informação constituem a nova variável motora que permite reconhecer um novo sistema temporal, com a organização de um novo espaço. Se o novo modo de produção é global, ele somente o é por ser, também, um modo de produção técnico-científico. A partir das características atuais do fenômeno técnico, as transformações atuais da sociedade e do espaço geográfico podem ser examinadas e entendidas se levamos em consideração três dados constitutivos de nossa época, a um tempo causa e efeito uns dos outros e solidários á escala mundial. Esses três dados são: a unicidade técnica, com a universalidade das técnicas; a convergência dos momentos, com a percepção universal da simultaneidade; a unidade do motor da vida social, com a universalização da mais-valia. Por unicidade técnica, entendemos o fato de que as técnicas atuais formam sistema á escala do globo, cada lugar abrigando fragmentos ou peças interdependentes (SIMONDON, 1958).

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária à escala do mundo.

O conhecimento empírico da simultaneidade dos eventos e o entendimento de sua significação interdependente - bases para a empiricização da universalidade (SANTOS, 1984) - são um fator determinante da realização histórica. Os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual. A intervenção desses atores hegemônicos está evidenciada nos planos e programas de planejamento elaborados no Brasil.

A própria idéia de meio geográfico é inseparável da noção de sistema técnico. Podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informaciona (SANTOS, 1997:11). Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Desde o final do século XVIII vemos começar a mecanização do território: o espaço se adensa com a presença das técnicas da máquina. Podemos dizer, junto com SORRE (1948) e André SIEGFRIED (1955), que esse é o momento da criação de um meio técnico, que se superpõe, em muitos lugares, ao meio natural, buscando substituí-lo. Já hoje não é mais de meio técnico que se trata, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional. Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato.

> "Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos que formam o espaço, como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação." (SANTOS, 1997: 11)

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de se transferirem à distância produtos e ordens faz com que as especializações produtivas sejam solidárias mundialmente (SANTOS,1997: 12). Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, tanto no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais.

> "Como se produzem, cada vez mais, valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de mais circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Uma das consequências é, o aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez, mais circulação. Esse circulo vicioso - ou virtuoso? - depende da

fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos." (SANTOS 1997: 11)

Vale destacar aqui a especialização produtiva que o território da Ilha Grande agregou. Atualmente, são duas funções de uso principal, que seriam: o ideal de preservação e conservação da natureza, através da implementação de Unidades de Conservação e a atuação da atividade turística como reestruturadoras do modo de ocupação do território e da economia local.

A "disseminação" pelo globo dessas duas funções de uso na era contemporânea, foi possibilitada pelo alcance das redes e do modo de produção técnico-científico-informacional. Concomitantemente a esse processo, temos a incipiência da ideia do planejamento físico-territorial "clássico" (SOUZA, 2001), que no estado do Rio de Janeiro, foi uma das vias responsáveis por reestruturar as atividades produtivas do estado, como veremos no próximo capítulo.

3. O Modelo de Planejamento "físico-territorial" no pós-guerra adotado na Rede Urbana do Rio de Janeiro

> "Planejamento é palavra que, nas últimas décadas, vem sendo utilizada para explicitar uma intenção de racionalizar operações, da maneira mais objetiva, em todos os setores da vida social moderna. O conceito já se deteriora. Desde os anos setenta são intensificadas as práticas de planejamento, originárias do pós-guerra. Todas são identificadas com a intenção da modernização das instituições e com a expectativa de modernização da vida social. (Hissa, 1998:34)"

Segundo Hissa a ideia de planejar está associada, frequentemente, à perspectiva de progresso. Portanto, independente da situação, das "realidades", assim como das temáticas, planeja-se para modernizar: para crescer, para desenvolver. E, do mesmo modo, no mesmo nível de intenções, planeja-se para que tais objetivos possam ser alcançados em um futuro, pré destinado na concepção do planejamento (curto, médio ou longo prazo).

Nesse sentido o aspecto levantado pelo autor em relação ao planejamento, é que sua perspectiva inicial surge atrelada há uma racionalidade modernista, aquela que defende o comportamento padronizado, ou seja, aquelas estratégias comumente utilizadas pelo mercado acumulativo, que se tornam responsáveis por escancarar desigualdades socioeconômicas/ambientais, sobretudo nos espaços onde a modernização da estrutura urbana é incentivada.

No Brasil a aplicação do planejamento técnico da vida social tem início no início do século XX. No entanto, após o período do pós guerra (anos 60/70), um específico modelo de planejamento, ocidental, moderno e "integrador", sobretudo regional, é adotado pelo Estado brasileiro, assim como para boa parte dos países considerados em desenvolvimento, que , pretendiam reorganizar o uso e parcelamento do solo em prol do desenvolvimento econômico.

Foi somente após a guerra de 1939-45, no entanto, que grandes sistemas nacionais de planejamento começaram a se estabelecer. (SOUZA, 2001: 124). Esse fato, no Estado brasileiro vem a auxiliar o processo de reconfiguração espacial/territorial de algumas regiões assim como também de municípios importantes (pontos estratégicos da rede urbana), para que o capital financeiro e os objetivos e intenções arraigadas ao modelo desenvolvimentista fossem capaz de interligar os fragmentos espaciais "desconectados" da política capitalista "de alto padrão" (sofisticação de economias locais), que se dissolvia na rede, intensificando assim, um processo de modernização da rede urbana em cadeia, o que possibilitou a "interligação" de unidades territoriais cada vez menores e mais distantes dos principais centros urbanos . Souza (2001:123) aponta que o "planejamento físico-territorial convencional era e é ao mesmo tempo, marcadamente regulatório. A expressão planejamento regulatório, colhida em BRINDLEY et al. (1989) merece algumas considerações a respeito".

> "Os referidos autores, preocupados sobretudo com o caso inglês, apresentam o

> planejamento regulatório como sendo o Estado fazendo pleno uso de seus poderes de controle e disciplinamento da expansão urbana e do uso da terra, poderes esses assegurados no Town and Country Planning Act de 1947, pedra angular do moderno sistema britânico de planejamento (BRINDLEY ET AL, 1989:27).” (SOUZA, 2001: 124)

O sistema político-administrativo possui seus instrumentos de regulação e intervenção em relação a definição dos usos dados ao espaço delimitado pelo território nacional, estadual ou municipal.

> “Le Corbusier representou o clímax do “fetichismo espacial” no Urbanismo, pretendendo mudar a sociedade a partir de transformações espaciais – modernização como epítome de ordem e higiene, racionalidade e harmonia. Para tanto, ele entendia se o Estado o executor ideal de seus ideiais, capaz de incentivar e coordenadar a iniciativa privada.” (SOUZA, 2001: 128)

A produção capitalista dos espaços geográficos e a prática do planejamento na contemporaneidade, estreita relações e vem produzindo territorialidades que se consolidam ao longo do tempo nas localidades estratégicas de acordo com o plano de ação determinado pelo próprio estado e agentes comerciais influentes.

Segundo Ross (2006), a humanidade, ao produzir os chamados espaços geográficos, interfere na natureza com diferentes graus de transformação, com a preocupação de gerar riqueza, emprego e renda. Essas intervenções transformam agressivamente os ambientes naturais, promovendo modificações marcantes nos fluxos de energia e matéria, alterando a intensidade e funcionalidade intrínseca existente entre os componentes da natureza – fato que também atinge a própria sociedade.

A concepção uníssona da modernização pelo estado capitalista que a considera como fundamental no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações mais necessitadas, faz surgir a necessidade da geração de riqueza, emprego e renda. Os três elementos destacados acima fazem parte das estratégias adotadas pelo sistema econômico-financeiro que pretende impor seus princípios de valor e troca no regimento dos recursos ambientais e humanos de qualquer espaço/território, que seja de interesse da acumulação capitalista.

> “Aquilo que os anglo-saxões denominam “blueprint planning” corresponde, no Brasil, ao chamado “planejamento físico-territorial” em sua versão convencional. Ele consiste na concepção do planejamento como atividade de elaboração de planos de ordenamento espacial para a “cidade ideal”. Tipicamente, trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro menos ou mais remoto – no estilo “a cidade ‘x’ daqui a vinte anos” --, funcionando o plano como um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas a serem perseguidas (quanto aos usos da terra, no traçado urbanístico, ao controle da expansão e do adensamento urbanos, à provisão de áreas verdes e ao sistema de circulação)”. (SOUZA, 2001: 123)

Os pontos destacados pelo autor se configuram como exemplares do modelo de planejamento modernista, que no período do pós-guerra fora executado no estado do Rio de Janeiro e, consequentemente, em alguns dos municípios pertencentes ao território estadual. A inserção desse modelo de planejamento é evidenciado nos objetivos e diretrizes do I Plano de Desenvolvimento

Econômico-Social do estado do Rio de Janeiro, implementado no ano de 1975 resultante da fusão entre os estados da Guanabara e Rio de janeiro, como já fora citado, mas também resulta atualmente na existência de diversos outros documentos jurídicos regulatórios, como os planos diretores municipais, as leis de parcelamento e zoneamento do solo, o código florestal, o prórpio plano de manejo, assim como outros tantos, que nem sempre garantem a aplicação da lei.

Além disso, a reativação da atividade portuária, a construção da BR-101 (1972-1974) e o desenvolvimento do programa federal de incentivo ao turismo de alta renda (Programa TURIS), por exemplo, podem ser consideradas estratégias oriundas de um modelo de planejamento físico-territorial hierarquizado.

> "Planejar pode, ainda, simplesmente significar a elaboração de planos: para que sejam ignorados; para atender demandas políticas; para legitimar posturas políticas, democráticas, mas também demagógicas ou populistas. Entretanto, planejamento pode estimular resultados opostos aos descritos. Podem, já na metodologia, ser concebidos para se desdobrar em práticas contrárias às descritas." (HISSA, 1998: 34)

Os planejadores do território, sobretudo na região da Costa Verde, pensaram que para o "projeto turístico" ter "sucesso", ou seja, ser funcional para a intenção da acumulação de capital, era preciso apropriar-se das potencialidades ecológicas e culturais locais/regionais. Para isso além das tentativas que visavam desenvolver os Planos e/ou Programas e empreendimentos, era preciso haver uma intervenção política que desse subsídio à instalação das "redes de abastecimento", que seriam responsáveis por divulgar, sustentar e desenvolver a atividade turística na região.

As redes de abastecimento, mencionadas acima, podem ser entendida como funções e estratégias que se articulam na rede urbana, para a expansão da lógica da comercialização (custo) de serviços. No entanto, a segmentação e importância dada à Política Ambiental na agenda global da diplomacia e da comunicação (resultado de inúmeras pressões) estrutura a arena político-jurídico, ao longo dos anos, para a elaboração dos Sistemas Nacionais de Áreas Naturais Protegidas.

Segundo Davidovich (1986) duas observações introduzem ao tema considerado na continuação deste capítulo:

> "A primeira delas diz respeito a idéia de que a nova situação política, jurídica e administrativa conferida pela Constituição de 1986 aos Estados pressupõe um certo grau de autonomia e a afirmação de sua espacialidade como território; território basicamente referenciado à atuação de agentes e de redes de interesses que convergem para a apropriação, o controle e o uso político de um espaço delimitado e institucionalizado e que, em tese, envolve uma dimensão simbólico - cultural de pertencer coletivo a aquele espaço."
>
> "A segunda observação considera a configuração desse território não como mera descrição das linhas que o modelam, mas como representação de um contexto sócio - espacial, no qual se conjugam marcas pretéritas e recentes de processos macro, inclusive de escala global, sobre processos locais e, também, as condições do meio físico."

Ainda segundo o autor, "tais enfoques permitem, igualmente, considerar, a um nível de

generalização, que cada unidade da federação possui um território, com caraterísticas e identidades próprias, ainda que participem do circuito global capitalista em rede, ou seja, além de suas fronteiras. Vale, então, questionar como se justifica aplicar ao Estado do Rio de Janeiro um atributo tão especial como o da singularidade do seu contexto territorial, que se pretende expor neste trabalho." (DAVIDOVICH, 1986:1)

Do final da década de 70 até a virada do século XX, Angra dos Reis e seu território passam por um processo de reconfiguração territorial, ou seja, a matriz econômica e política municipal começa a sofrer modificações, passando a atividade turística e o ideal de preservação ambiental a ganhar mais importância e peso nas intenções e objetivos governamentais e também do mercado.

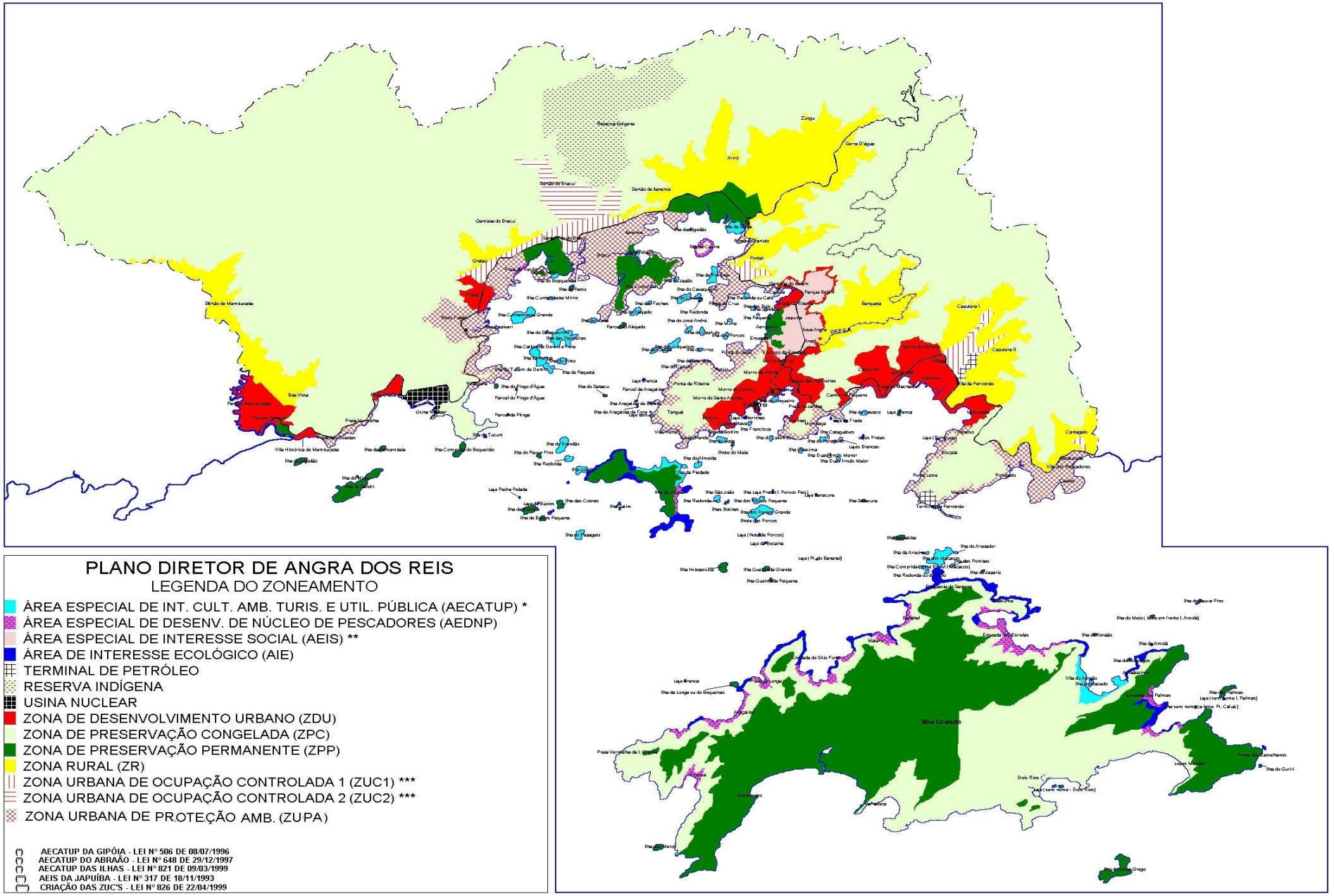
> "Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes." (VILLAÇA, 1999, p. 221).

Deste modo devemos entender que o modelo de uso e ocupação adotado na Região da Costa Verde, inclusive no município de Angra, influenciado por um processo encadeado na hierarquia das redes urbanas, perpassa até a Vila do Abraão, localizada na Ilha Grande, e assim, esse espaço passa a possuir em disputas de interesses sociais, políticos e econômicos típicos dos núcleos urbanos a qual a vila "pertence" (administrativamente), ou seja, à cidade sede do município de Angra dos Reis e também do estado do Rio de Janeiro.

> "O *blue print planning*, porém, não se limitou ao Urbanismo modernista, que dele foi apenas um subconjunto. Com toda a influência do ideário do Movimento Moderno (especialmente a partir da divulgação do famoso documento conhecido como a Carta de Atenas), que contribui decisivamente para difundir os zoneamentos de uso da terra pautada na separação funcional, coração dos masters plans (planos diretores) convencionais..." (SOUZA, 2001, p. 130).
>
> " Na verdade, aquilo que do Urbanismo modernista sobreviveu e resiste até hoje na prática de planejamento nos mais diferentes países não é tanto a sua estética, mas sim o espírito funcionalista de zoneamento do uso do solo. Além do mais, a ideia-força central do Urbanismo modernista, a modernização da cidade, é, ao mesmo tempo, embora de modo não tão evidente ou ruidoso, a ideia-força central do "planejamento físico-territorial" clássico em geral, o mesmo aplicando-se às demais ideias-força como ordem e racionalidade." (SOUZA, 2001, p. 131).

Abaixo está representado o mapa de zoneamento estratégico encontrado no plano diretor municipal, elaborado no ano de 1991.

Figura 7:. Zoneamento Estratégico de Angra dos Reis e da Ilha Grande (Plano Diretor Angra dos Reis, 2007)


PLANO DIRETOR DE ANGRA DOS REIS
LEGENDA DO ZONEAMENTO
ÁREA ESPECIAL DE INT. CULT. AMB. TURIS. E UTIL. PÚBLICA (AECATUP) *
ÁREA ESPECIAL DE DESENV. DE NÚCLEO DE PESCADORES (AEDNP)
ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (AEIS) **
ÁREA DE INTERESSE ECOLÓGICO (AIE)
TERMINAL DE PETRÓLEO
RESERVA INDÍGENA
USINA NUCLEAR
ZONA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (ZDU)
ZONA DE PRESERVAÇÃO CONGELADA (ZPC)
ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (ZPP)
ZONA RURAL (ZR)
ZONA URBANA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 1 (ZUC1) ***
ZONA URBANA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 2 (ZUC2) ***
ZONA URBANA DE PROTEÇÃO AMB. (ZUPA)
(*) AECATUP DA GIPÓIA - LEI Nº 506 DE 08/07/1996
(*) AECATUP DO ABRAÃO - LEI Nº 648 DE 29/12/1997
(*) AECATUP DAS ILHAS - LEI Nº 821 DE 09/03/1999
(**) AEIS DA JAPUÍBA - LEI Nº 317 DE 18/11/1993
(***) CRIAÇÃO DAS ZUC'S - LEI Nº 826 DE 22/04/1999
Ilha Grande

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEO-REFERENCIADAS DE ANGRA

FONTE DOS DADOS CARTOGRÁFICOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

ANEXO DA LEI 162 /LO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1991

PLANO DIRETOR

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

MAPA DE ZONEAMENTO
ATUALIZADO COM LEIS REGULAMENTARES

ESCALA 1/75.000

FOLHA

DATA SET/1999

Podemos concluir a partir da figura, que a enseada / território da Vila do Abraão abrangia espaços que foram considerados por três tipos de zoneamentos distintos conforme estabelecido pelo governo da época: 1- Área de interesse ecológico (cor azul escuro), 2- Zona de Preservação Permanente (cor verde) e 3- Área Especial de Intervenção Cultural, Ambiental, Turística e de Utilidade Pública (cor azul claro). Nesse sentido, apenas três anos antes do decreto de extinção da atividade carcerária na Vila de Dois Rios, podemos evidenciar que o município de Angra dos Reis já direcionava, desta vez, de maneira oficial, a função "especial" (singular) da Vila do Abraão no que concerne a viabilidade logística da visitação pública e o desenvolvimento da atividade turística, de acordo com o tipo de zoneamento (3) Área Especial de Intervenção Cultural, Ambiental, Turística e de Utilidade Pública.

Entendendo até este momento que todos os acontecimentos, ações e/ou intervenções apresentadas neste trabalho, seja pelo Estado seja pelo mercado confluíram de acordo com os objetivos estabelecidos pelos interesses macroeconômicos, de uma economia hierarquizada que vem sendo representado no Brasil na composição e dinamização das metrópoles, sobretudo no estado do Rio de Janeiro. Todos os fenômenos destacados até o momento serão responsáveis por refuncionalizar os territórios estratégicos "ainda não integrados" a lógica econômica pós III revolução industrial, como é o caso da Vila do Abraão, que por esses motivos, passa a sofrer uma espécie de processo urbano de seu território, visando a melhoria de infraestruturas urbanas que atendessem a demanda da visitação pública.

3.2 A Apropriação Territorial pelo Estado e a Dinamização Política-econômica:

> "Território e territorialidade assumem diferentes significados para a geografia, podendo, por exemplo, território ser sinônimo de área delimitada por instrumentos jurídico-administrativos, controlada pelo Estado; produto de processos concomitantes de dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais; apropriação cultural-simbólica do espaço geográfico, dentre outros. Já territorialidade pode caracterizar-se pela relação entre os agentes sociais, políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço geográfico. Ela refere-se aos projetos e práticas desses agentes, numa dimensão concreta, funcional, simbólica, afetiva, e manifesta-se em escala as mais simples e complexas." (XAVIER, 2009: 25)

Ainda segundo Xavier (2009: 25), o território era um dos elementos principais na formação do Estado e, para Ratzel, o Estado não existiria sem o território

> "Desse modo, o território fundamenta a condição de existência de uma dada sociedade pela posse, definindo-se pela propriedade, isto é, pela delimitação de uma área dominada por alguém ou pelo Estado." (SILVA 2002, apud XAVIER, 2009: 25)

O território não é um conceito estudado única e exclusivamente pela ciência geográfica e por isso pode agregar à seu significado e entendimento outras perspectivas de análise, no entanto, para Haesbaert (1997), em todas as visões científicas que utilizam o conceito de território, uma

característica sempre está no debate central, aquela intimamente ligada a ideia de domínio.

A linguagem entre o meio geográfico, em geral, nas discussões de esfera comum a todas as pessoas, confunde as concepções distintas entre território e espaço. Segundo Santos (2001) a palavra extensão se insere no diálogo entre os conceitos e aprofunda ainda mais as ambiguidades entre eles. Para Santos a existência dessa confusão se da em função a acepção atribuída a cada um dos conceitos e complementa: "Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário, o que é verdadeiro (André-Louis Sanguin, 1977; Claude Raffestin, 1980, 1993)".

> "Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence...esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado (...)"
> "(...) Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a territorialidade humana, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem." (SANTOS E SILVEIRA, 2001:19)

Num sentido mais restrito o território representa o estabelecimento da esfera político-administrativa no processo de regulamentação do uso solo. O território então, simboliza uma delimitação, a princípio imaterial, do espaço, de um país por exemplo, e passa cada vez mais a ser subordinado a alguma esfera político-administrativa, a federação. Em outras palavras a existência de um país supõe um território, mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Segundo Santos e Silveira, 2001, "o que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território." (SANTOS E SILVEIRA, 2001: 20)

A apropriação do território então, se dá através da interação entre os mecanismos e instrumentos elaborados para propor as diretrizes de organização e regulação da vida social.

O Estado moderno objetiva prover à população melhores condições básicas para a reprodução social, que se explica, na "busca" pelo aumento dos "índices" de qualidade de vida. Para isso ele institui ações calcadas nos sistemas técnicos-científicos "modernos" responsáveis por interferir, através do trabalho, do planejamento e da gestão, a organização e regulação da estrutura sócio-espacial existente ou "arranjada", o que, contribui na elaboração de unidades territoriais nos espaços. Essas unidades territoriais serão identificadas de acordo com suas característica e dinâmica de uso e ocupação..

Nesse sentido o Território está vinculado às demandas de utilização que o Estado Moderno, atrelado diretamente ao capital irá definir, de acordo com as características "potenciais" e "limitantes" de seus espaços, . O território não surge junto ao estabelecimento de Estado, mas ele sofre uma espécie de apropriação pelo próprio, que se torna responsável por redefinir a forma de apropriação e as dinâmicas sociais e econômicas encontradas (pré-existente a sua (apropriação)

intervenção de fato).

O Estado atrelado ao Capital e sua demanda por produção e consumo, acabam, de toda maneira, redefinindo as unidades territoriais (pré existentes a demanda moderna), que já possuíssem ocupação humana ou não, de acordo com a função que a mesma terá no circuito de produção da economia e da política hegemônica, e essa situação resultará no que consideramos a divisão social e territorial do trabalho, com seus desdobramentos.

A divisão territorial do trabalho envolve, de um lado a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. (SANTOS E SILVEIRA, 2001: 20)

Essa divisão territorial do trabalho está entrelaçada ao processo de reconstrução paralela da sociedade e do território, guiada pela modernidade, "ela cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e instituições (Santos e Silveira 2010: 21). E é a partir dessa contextualização que as técnicas de intervenção da realidade social elaborada pelos Estados passam a ser hegemônicas na constituição da base material da vida da população. E o uso do território se torna ponto central de discussão em relação as estratégias oriundas da modernidade capitalista para o uso e ocupação do solo e dos recursos de um espaço. Santos e Silveira definem então o propósito da questão central que colocam em sua obra, o uso do território:

> "O uso do território pode ser definido pela implementação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas as legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (M. SANTOS, 1987; M. L. SILVEIRA, 1997)."

É a partir dos movimentos históricos que se passou a redefinir algumas estratégias de uso dos territórios de forma homogênea e hegemônica, de maneira mais intensa. Entenderemos no próximo subcapítulo, como se deu e ainda se dá a "formação" dos territórios e das territorialidades construídas ao longo do tempo na Ilha Grande, sobretudo em Abraão, principal unidade territorial dominada pelo projeto de sociedade moderna / globalizada, aquele que apresenta e reflete as mudanças objetivadas por esse projeto. Atualmente, há dois tipos de uso do território principais, e foram justamente os tipos de usos implementados nas últimas décadas do século XX

> "Beck (2003) distingue algumas características fundamentais entre as duas modernidades, a primeira e a segunda. A primeira é profundamente marcada pelo Estado Nacional, e baseia-se numa clara distinção entre sociedade e natureza. Sendo a natureza "mero conceito daquilo que é estranho, daquilo que está fora da sociedade e precisa ser controlado" (BECK, 2003, p.21). Tratam-se também de sociedades do trabalho, onde a participação social se define pela participação no trabalho produtivo. Na segunda modernidade "a oposição natureza/sociedade torna-se questionável em virtude da tecnologia intensificada e

> da crise ecológica" (BECK, 2003, p.24). Cada vez mais as vantagens trazidas pela industrialização trazem com elas grandes riscos. Além disso, essa segunda modernidade tem os processos de globalização – econômica, social, política, e cultural – intensificados por meio dos avançados meios de transporte e comunicação; assim como os processos de individualização, que faz com que as categorizações coletivas baseadas no trabalho já não expliquem muita coisa." (MOCELLIM Alan, 2008: 8 e 9).

A transferência de atividades de uso e ocupação culturais históricas (agricultura, pesca e ocupação caiçara) e da atividade típica do primeiro momento da modernidade, o tipo de uso protecionista (atividade carcerária), pelos usos reguladores das Unidades de Conservação atrelada a um desenvolvimento turístico em ambientes não urbanos, podem traduzir a ideia apresentada por Beck (2003), ou seja, essa transformação reflete um marco na mudança de paradigma da Ilha Grande, em uma escala mais ampla, com participação e forte interesse de uma economia de mercado global.

A transformação que se refere as alterações ocorridas dentro do projeto modernista ao longo de sua consolidação, na Ilha, entram em conflitos e contradições latentes com a história, a cultura e a soberania dos moradores nativos e/ou locais, passam a redefinir as práticas de uso e ocupação . Os movimentos políticos e econômicos impulsionados a partir da década de setenta abasteceram essas unidades (fragmentos) territoriais com menos "conectividade" ao tempo da dinâmica moderna-urbana disseminada pela e na rede geográfica contemporânea.

3.3 O território da "proteção ambiental" na Ilha Grande: a política ambiental no contexto atual - Vila do Abraão.

O paradigma homem/meio ambiente e a dicotomia entre social e o natural perdem lugar nos debates acadêmicos das últimas décadas do século XIX. A ideia de natureza selvagem ganha novos significados além dos já existentes. Ao mesmo tempo que ela é mantida como testemunho do passado e patrimônio de uma nação ela só pode ser mantida intocada e protegida da ação do homem por ser objeto de apreensão e utilização, mesmo que indireta (MEDEIROS, 2002).

> "As duas correntes do pensamento ambiental contribuíram de forma diferenciada para a proteção da natureza mediante a criação das unidades de conservação. Os de corrente preservacionista, acreditavam, segundo ideias de Muir, que o objetivo das unidades de conservação é a preservação dos ecossistemas e sua biodiversidade e que os benefícios sociais e econômicos são para a humanidade em geral, pelo seu aproveitamento para o avanço e os serviços que estes espaços naturais podem proporcionar. Os de corrente conservacionista, segundo ideias de Pinchot, acreditam que o objetivo principal da (UCs) é a promoção do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em benefícios as populações locais." (DOUROJEANNI & PADUA, 2001 apud XAVIER, 2009: 36)

O Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) do Brasil, permite a implementação de diferentes categorias de unidades, de acordo com a demanda local. A Ilha Grande foi e ainda é um território de tamanhos interesses, tanto é que atualmente, após a criação do (SNUC), possui três

tipos de categorias, sendo que dentre elas uma é que se adéqua a corrente conservacionista, a Área de Proteção Ambiental Tamoios, que é uma categoria de "uso sustentável", permitindo a ocupação antrópica e o desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo as ligadas ao turismo. Vale ressaltar aqui a importância e a justificativa para a escolha do recorte espacial de análise, a vila do Abraão: Além de ser a principal, maior e mais fluida unidade territorial da Ilha, ela também congrega um conflito na legislação de uso e ocupação de destaque quando nos referimos à existência de diferentes categorias de (UC's) em um mesmo território. Dentro de seu limite territorial como distrito, há espaços ordenados pela categoria APA (APA-Tamoios) assim como pela categoria Parque (PEIG), uma de ideal preservacionista e outra conservacionista.

> "A APA está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação da Bocaina, estando a sua área sobreposta a Estação Ecológica de Tamoios, a Reserva Biológica da Praia do Sul e ao Parque Estadual da Ilha Grande, esses dois últimos na Ilha Grande, a mais extensa de todas." (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2010:43)

Além disso como aponta o artigo 5 do SNUC:

> "Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais." (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Lei 9985. Art 5. 2000:25)

Consideremos território da proteção ambiental como uma determinada parte do espaço, regulamentado e normatizado por diretrizes e ações específicas de um determinado grupo de atores sociais, em prol de um modelo de uso e ocupação do solo, que se sustenta na legislação pertinente ao Sistema Natural de Áreas Protegidas, ou também, Unidades de Conservação da Natureza.

Segundo consta no Plano de Manejo da Ilha Grande, as disposições legais de criação do Parque Estadual e sua inserção no Sistema Nacional de Conservação (o SNUC) ocorreram em períodos distintos: Os atos legais em vigor relacionados ao PEIG, tanto o de criação (Decreto Estadual nº 15.273/1971) como o de ampliação (Decreto 40.602/2007). Já o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi criado pela Lei Federal N° 9.985 (18/07/2000).

> "Entre a criação do PEIG (1971) e a publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000), passaram-se quase três décadas. As bases de definição de um parque, entretanto, não se alteraram muito, sendo herdeiras da tradição do "modelo Yellowstone"136, que conjugou dois pressupostos no seu objetivo de preservação: a concepção de apreciação estética das belezas cênicas e o direito de usufruto da gerações futuras (VALLEJO, 2002, p. 38-41).'

Os objetivos específicos do PEIG foram definidos com base na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei nº 9985/2000) e nos objetivos estabelecidos para a categoria

de manejo Parque traçados nos documentos oficiais anteriormente citados. Foram enfatizados alguns dos objetivos retirados do Plano de Manejo, estabelecidos para o PEIG: 1) "contribuir com a dinamização da economia da Ilha Grande e a geração de empregos, beneficiando em especial as atividades e estabelecimentos relacionadas à cadeia de turismo, como transporte, hospedagem, alimentação, agências e outros serviços;" 2)"gerar receitas para o município de Angra dos Reis, através do ICMS Ecológico." 3) "proteger e recuperar a integridade ecológica dos ecossistemas de florestas, restingas, de vegetação de afloramentos rochosos, manguezais, córregos e brejos, assim como costões rochosos, enseadas e praias;" (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2010, p. 234)

Nesse sentido devemos ter em mente que a concepção/formação do território da proteção da Ilha Grande vinha sendo "anunciado" desde a década de 70, no entanto, é apenas após a implosão do presídio e, sobretudo, após a elaboração do SNUC (ano 2000), é que o "território da proteção" na Ilha Grande "ganha forma", ou seja, passa a representar um tipo de intervenção jurídica-estatal (legal), que afeta diretamente os hábitos e práticas sociais locais, desenvolvidas ao longo de anos pela comunidade local e ao longo das gerações familiares.

Nesse sentido apontamos agora algumas normas gerais estabelecidas para a Unidade de Conservação no Plano de Manejo, que está de acordo com a legislação pertinente (SNUC): a) é vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade. b) a fiscalização da Unidade deverá ser permanente e sistemática. c) são proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades científicas, desde que autorizadas pelo setor responsável. d) hortas pequenas para subsistência poderão ser implantadas se previstas no Plano de Manejo. Essas ações, intervenções e estratégias, desenvolvidas por atores sociais específicos e interessados em novos espaços que tivessem o ambiente natural protegido irão ser justificada no discurso enganoso de uma sustentabilidade planetária, que surge também no conturbado contexto do final do século XX, pós-guerra.

> "O princípio da sustentabilidade emerge no discurso teórico político da globalização econômico-ecológica como expressão de uma lei-limite da natureza diante da autonomização da lei estrutural do valor. A crise ambiental veio a questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a cultura, deslocando a relação entre o Real e o Simbólico." (LEFF, 2006:133)

A grande problemática foi conciliar a preservação da biodiversidade com as atividades industriais do modelo de produção capitalista. Essa contradição não era novidade para os especialistas responsáveis por elaborarem o Sistema de Áreas Protegidas, que ao longo do século XX e suas conferências, pensaram em atividades "potencialmente" conciliadoras com a proposta da

proteção e conservação ecológica. Nesse sentido, durante o período de mudança de paradigma em relação à natureza, surge uma atividade autointitulada sustentável, a Atividade Turística ou (Ecoturística). Que irá contribuir para inúmeras consequências conflituosas e impactantes, sobretudo a Especulação Imobiliária nas Áreas Protegidas, talvez, principal intenção estratégica.

A existência atualmente dos Sistemas Nacionais de Proteção da natureza em diversos países do mundo surgiu amparada em um contexto histórico complexo e de imposições ideológicas ao longo do século XX. A globalização econômica, a crise ambiental e a inserção do conceito de sustentabilidade na produção de espaços de preservação foram os pilares de sustentação na elaboração das Unidades de Conservação que hoje se apresentam como modelo de uso e ocupação "essencial" e "sustentável". Na verdade nenhuma das justificativas apresentadas podem ser creditadas, sobretudo quando observamos o que vem acontecendo com as Unidades de Conservação no Brasil, Sobretudo na Ilha Grande.

Criadas por forças governamentais e legitimadas pela ciência, o espaço qualificado ecologicamente, em virtude da sua beleza cênica se transforma em um local onde se instala um enfrentamento entre os usos locais, que podem estar ligado a tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos e os interesses exógenos ou globais (FERREIRA, 2006 apud XAVIER, 2009:46)

3.4 O território do Turismo e o "desenvolvimento" do "Paraíso Ecológico": atividades econômicas em áreas naturais e protegidas, o contexto da ilha.

A ideia de proteção a extensas áreas estratégicas onde a preservação da biodiversidade predominava, com certeza não agradou a economia urbano-industrial capitalista. O temor de se criar grandes extensões de terra "improdutivas", ou seja, que não fossem produzir mercadorias ou acumular capital através da exploração do trabalho, era existente, no que se referia as ambições de domínio espacial da economia global e dos grandes empresários.

Nesse sentido as ideias de desenvolvimento social, crescimento econômico, modernidade e participação no circuito econômico perpassam ao modelo de uso e ocupação, planejamento e gestão dos territórios protegidos, sobretudo na Vila do Abraão. Esses ideais passam a levantar uma hipótese dialética em relação a real função das Unidades de Conservação que objetivam frear o crescimento urbano-industrial-economico, mas se apoiam no desenvolvimento da atividade turística e rede de "abastecimento" de serviços para se inserirem no circuito da economia global e nas teias da rede geográfica, logo, isso se põe como uma questão contraditória, conflitante.

> "O Abraão parece já ter caído nessa armadilha, representando aquilo que as outras comunidades da Ilha não querem ser. Ali, não só tem se fixado uma boa parte dos recém-chegados interessados na atividade turística, mas também é onde se hospedam e por onde quase que necessariamente passam os muitos turistas que vêm

> visitar a Ilha. Paira no ar um medo de que o Abraão vá "virar uma Angra" (Angra dos Reis, a cidade sede do município, tida como o exemplo de uma urbanização a mais precária e desorganizada) e de que as demais praias vão "virar o Abraão", esse que ninguém quer ser, com tal afluxo de gente, com as mudanças que descaracterizam" (PRADO, 2003: 3)

O turismo é uma marca do século XX, que oferece condições de realização para o desejo de conhecer novos ambientes, que para muitos autores, é inerente a condição humana. Neste sentido, ele se confunde com a própria geografia. Acho mesmo que essa explicação não é tão simplista como pode parecer à primeira vista, porque ela pode também abarcar a questão da conquista dos territórios, uma raiz da geografia. (BECKER 1996).

> "Mas a expressão madura do turismo pressupõe a moderna sociedade capitalista. Foi no século passado, a partir da ampliação da escala da acumulação de capital e das inovações da tecnologia de transporte, com a ferrovia e a navegação a vapor, que grupos sociais puderam gastar dinheiro com o turismo tal como nós hoje entendemos tal atividade. E surgem então o primeiros agentes e companhias dedicados a organizar a atividade." (BECKER, 1996: 1)

A promoção da atividades turísticas torna-se gradativamente, uma nova fronteira de acumulação, centrada num novo produto, capaz de agregar-se aos espaços produtivos pré-existentes de acumulação capitalista,sem competir diretamente com eles.

Mas há um outro elemento fundamental nesta mudança do modo de produzir, associado à crise ambiental: a mudança de significado da natureza. A natureza muda de significado. Ela perde significados antigos, para passar a ser capital de realização atual ou futura. Reserva de valor, em alguns casos, (como as grandes reservas de natureza dos países subdesenvolvidos), com sua utilização num outro patamar condicionada à disponibilidade de tecnologias avançadas. Esse é caso de uma vasta gama de elementos como a água, a biodiversidade. E desde essa perspectiva, dos novos significados atribuídos à natureza, podemos considerar também a valorização da natureza como mercadoria para o turismo.

> "A presença das redes é extremamente importante na viabilização da mercantilização da imagem dos lugares. A mídia tem papel fundamental para o desenvolvimento das estratégias de marketing, elemento central na questão do turismo." (BECKER, 1996: 1)

Bem como definir o conceito de turismo que o estudo considera, cabe contextualizar a condição atual desta atividade que vem cada vez mais se aprimorando e assumindo um papel essencial para muitos países, principalmente os subdesenvolvidos, mais especificamente para as regiões dos trópicos.

Para Fonteles (1999:93), o turismo já está sendo projetado como segunda maior fonte de renda no século XXI, tendo grande significância na geração de capital, em esfera mundial, acumulando renda e produzindo excedentes fora do lugar onde são gerados, o que em grande medida se assemelha com as outras diferentes formas de acumulação capitalista que se pôde

observar ao longo história.

> "Isto significa que, embora a atividade turística explore lugares, nem sempre aqueles que são do local detêm os lucros gerados por essa exploração, podendo haver, por conta disso, uma perpetuação das desigualdades econômicas e sociais."
>
> "Trata-se de uma das conseqüências da globalização que há muito vem se estabelecendo – calcada nas novas relações capitalistas de produção e na interdependência entre os lugares - e que segundo Soares (2007, p.67) possui uma perspectiva da atividade turística na qual se destacam patamares de competitividade entre os lugares, não havendo uma compreensão da atividade como um fenômeno social de encontro. Há uma exploração das potencialidades locais, muitas vezes feita de forma hierárquica e excludente, com a "imposição" de externalidades, onde os grupos detentores de capital e poder se beneficiam de uma articulação global-local, ou seja, como afirma Lima (2008, p.182), extraem o que lhes é possível, possuindo maior disponibilidade de locomoção e acesso aos diferentes lugares, podendo deixar que o ônus produzido por sua exploração recaia sobre a população local, de territorialidade fixista." (FREIRE, 2011:19)

Mesmo com este quadro, muitos lugares estão dispostos a ver no turismo uma boa possibilidade - e algumas vezes, única, segundo Luchiari (1998)- de crescimento, chegando a redefinir sua vida econômica a fim de se adequar ao desenvolvimento turístico.

Esse apelo à natureza e a tudo que é natural vem crescendo como resposta a uma necessidade de descompressão (FONTELES, 1999, p.94), pois a sociedade pós-moderna sente que suas práticas urbano-industriais, a sua vida atribulada e angustiante devem possuir uma contraposição, e esta reside no turismo, implicando o expansionismo desta atividade.

Segundo Krippendorf (1989), há em alguns lugares a tendência de se transformar o turismo em uma "monocultura", fato que considera muito perigoso, pois quando uma determinada população ou grupo se dedica a apenas uma atividade ou a atividades ligadas à principal, torna-se sujeito às transformações e flutuações que a mesma venha a sofrer. Levando-se em conta que o turismo o qual o trabalho aborda está ligado à natureza, que segundo Wunder (2006, p. 136), é um segmento muito expansionista desta atividade - principalmente quando se ostenta um título de "turismo sustentável", apelando-se para a modalidade de ecoturismo -, isso se faz ainda mais presente.

> "A Ilha Grande, apesar de ser protegida legalmente por unidades de conservação, sofre interferências produzidas pela atividade turística, assim como por outros usos praticados em seu solo, ou seja, o ambiente, em variados níveis, vai sendo modificado e mesmo degradado, explorando-se tudo o que ele pode oferecer e, caso não haja um cuidado para mantê-lo com suascaracterísticas mais próximas às originais, colocar-se-à em risco não apenas a integridade da natureza local, mas também a própria atividade turística, situação que se relaciona à afirmação supracitada de Krippendorf." (FREIRE, 2011:21)

E desde essa perspectiva, dos novos significados atribuídos à natureza, podemos considerar também a valorização da natureza como mercadoria para o turismo. Segundo Prado (2003:3)

> "Tal invasão, que se vê, portanto, como ocorrida dentro da última década, pode ser traduzida tanto pelo afluxo dos próprios turistas como pela especulação imobiliária, articulada ou não com os empresários do turismo e toda a infraestrutura criada para

> atender às novas demandas da atividade turística. Se a passagem "do presídio ao turismo" é, na visão de muitos, um eixo explicativo para o que vem ocorrendo na Ilha, a Vila do Abraão - a "capital da Ilha", onde aportam e de onde saem as barcas de passageiros em conexão com Angra e Mangaratiba - parece condensar as repercussões desse fato. É uma Ilha agora vista como "exposta", "invadida".”

Sack e Rodrigues (1996) afirmam que:“(...) o uso fugaz do território, marcado pela transitoriedade, é responsável por processo de desterritorialização e reterritorialização.” Freire (2011) reafirma que desse modo, com o turismo, muitas vezes existe um ritmo planejado, havendo um período em que sua territorialidade se expande (férias, altas temporadas, feriados) e que segundo Luchiari (Op.cit) impõe um novo ritmo à região, mas que logo novamente se retrai, havendo a recomposição das antigas territorialidades locais. Todavia, cabe ressaltar que, no caso da Ilha Grande, embora a territorialidade do turismo possa, em baixas temporadas, novamente se retrair, seu alcance já possui uma grande dimensão, tendo como conseqüência toda uma economia.

Contudo, apesar de estar em pleno processo de territorialização, o turismo pode acarretar a desterritorialização de outras atividades, pessoas e práticas. É o caso de algumas comunidades que se vêem assediadas pela demanda turística, assim como o próprio território da proteção ambiental, já que situadas em locais de considerável beleza natural e possibilidade de alocação de empreendimentos imobiliários, acabam por ceder à pressão do mercado e quase sempre se voltam para atividades relacionadas ao turismo ou vendem seus terrenos. Neste sentido, substituem aspectos de suas antigas territorialidades, que não necessariamente são suplantadas, como propõe Luchiari (Op.cit):

> “São muitos os aspectos que se modificam com as novas territorialidades, mas alguns merecem destaque na formação de um território do turismo, tais como: a revalorização do solo e a modificação nos seus usos, já que existe a necessidade de expansão física dos empreendimentos turísticos, que estão sempre em busca dos melhores locais; a intensificação da especulação imobiliária, pois com o aumento do fluxo de turistas, aumenta-se a infraestrutura do local, sendo um atrativo para que as pessoas desejem adquirir terrenos e casas; nova estratificação social, já que nem todos conseguem o mesmo acesso ao mercado de trabalho que, com a nova atividade, propõe também novas exigências e produz novas elites e; a segregação socioespacial, que ocorre devido ao aumento da demanda turística e ao encarecimento do preço do solo, o que implica que nem todas as pessoas terão as mesmas condições de adquirir terrenos e casas, levando à indevida ocupação das encostas, algo que já vem sendo discutido como um problema a ser resolvido na ilha.” (FREIRE, 2011: 44)

> “Os problemas se exacerbam nos feriadões, Ano Novo, Carnaval, Semana Santa, e na alta temporada do verão, e que pude presenciar em sucessivos janeiros. Essa guinada no Abraão em função do turismo se deu sem qualquer planejamento ou ordenamento - isso é o que agora todos reconhecem e querem consertar, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, continuam seguindo em frente dentro desse esquema atropelado. Ali se acumulam problemas de toda ordem, desde questões de infraestrutura que atingem igualmente a todos, até questões que são objeto de disputas entre os diferentes segmentos sociais que ali interagem, em razão das respectivas posições em relação à demanda turística e diante de uma lógica do lucro que parece que toma conta de tudo.” (PRADO, 2003: 5).

A partir da leitura reflexiva e teórica realizada até o momento, que teve como principal objetivo evidenciar etapas de um processo resultante de projetos de integração e/ou dominação espacial estatal e também de mercado, no que tange a conexão entre as unidades territoriais do estado do Rio de Janeiro mais "afastadas" das estratégias desenvolvimentistas, sobretudo os projetos de urbanização, que são evidenciados na metrópole e também nas práticas culturais da população metropolitana que se disseminam pela rede nessas outras unidades. A Ilha Grande, devido ao atual interesse de diversos atores da sociedade globalizada e também dos governos nacionais, é uma unidade territorial que está cada vez mais inserida no tempo e na lógica urbana-metropolitana, devido ao uso da atividade turística aberta a visitação pública (brasileiros e estrangeiros) que se torna responsável por exercer pressão na dinâmica socioespacial local, que passa a ter de se adequar ao tempo e à lógica do turista e, principalmente as condições do mercado.

A grande questão é que a existência de categorias de Unidades de Conservação (UCs) na Ilha, dificulta, em parte, a atuação do mercado e também do processo característico das cidades urbanizadas, sobretudo aquele do final do século XX. Nesse sentido, a regulação legislativa do conjunto de UCs existentes na Ilha limita e/ou libera o tipo de uso e ocupação urbana do solo "pretendido". Assim, os núcleos populacionais que estão inseridos fora dos limites do PEIG e da Reserva Biológica, são os que mais sofrem esse tipo de uso e ocupação, sobretudo os que visam atender a demanda dos serviços ligados ao turismo. A Vila do Abraão é o núcleo que apresenta a maior similaridade com a dinâmica de uso e ocupação urbana, esse fato é resultado de fenômenos diversos, possui grande parte da enseada pertencente a categoria de uso sustentável Área de Proteção Ambiental (APA – Tamoios), e muito devido a esse fato, se consolida a cada temporada como a vila mais "moderna" da Ilha, ou seja, aquela "capaz" de hospedar e distribuir a maior quantidade de visitantes públicos que a Ilha Grande receber.

Para concluir, entendemos que esse período que contemplou a implementação do projeto de sociedade moderna globalizada resultou em duas mudanças principais na dinâmica socioespacial da Vila do Abraão. A primeira esta relacionada a concepção de espaço e tempo, onde a possibilidade de se deslocar por longos espaços em tempo reduzido foi possível, assim, o tempo e o espaço se desconectaram, tiveram a dependência de um em relação ao outro reduzida. A segunda está relacionada ao deslocamento das relações sociais de contextos locais para um contexto que articula distâncias indefinidas de tempo-espaço. Essa segunda resultante, segundo Giddens se refere como desencaixe. Assim do desencaixe da dimensão local, vamos ao reencaixe das relações em âmbito local-global.

> "Porém, para haver desencaixe e reencaixe é necessário existirem sistemas peritos, e nesse sentido confiança em sistemas peritos. Os sistemas peritos são "sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social que vivemos hoje." Os sistemas peritos

> removem as relações sociais de contextos locais, específicos. Eles exigem confiança em sua eficácia, confiança que funciona como uma "fé" em seu prováveis resultados." (GIDDENS, 1991, p.35)

Outra grande característica da vida social moderna, segundo Giddens, é a acentuada reflexividade das práticas sociais. O que isso significa? Significa que as práticas sociais são "constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim construtivamente seu caráter." (GIDDENS, 1991, p.45)

A reflexividade inerente às práticas sempre existiu, mesmo nas sociedades pré-modernas, porém na modernidade ela se radicaliza, tendo por meio o conhecimento cientifico organizado e a propagação de informação por meios de comunicação que atingem uma grande parte da população mundial em tempo relativamente curto. Essas são características da sociedade moderna que nos permitem dizer que o mundo moderno é a primeira forma de existência verdadeiramente global, no sentido em que articula o local e o global, tendo o tempo controlado e espaço "minimizado".

4. A Centralidade do Turismo na Vila do Abraão

A prática do turismo na natureza permeou a reorganização socioespacial da Ilha Grande a partir da apropriação dos meios de produção, ou seja: dos atributos naturais, da infra-estrutura local, além da mão de obra ociosa com a queda de atividades econômicas pretéritas. Os fixos foram (re)territorializados por agentes internos e externos à lógica do turismo, a despeito das dinâmicas sócio-ambientais pré-existentes.

O turismo se tornou, assim, o principal meio de subsistência da população, que, em interação constante com esses turistas, aprendeu, criou e desenvolveu uma gestão própria dos negócios e de suas vidas. As pressões advindas dessa independência são muito grandes. De acordo com Marx (1975),

> "... o modo capitalista de produção e de acumulação, e a propriedade capitalista pressupõem o aniquilamento da propriedade privada que se funda no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador, do produtor direto" (Marx, 1975:967)

Para Cruz (2003:18), da apropriação de espaços naturais pelo turismo, decorrem transformações espaciais relacionadas, principalmente, aos fatores acessibilidade e hospedagem.

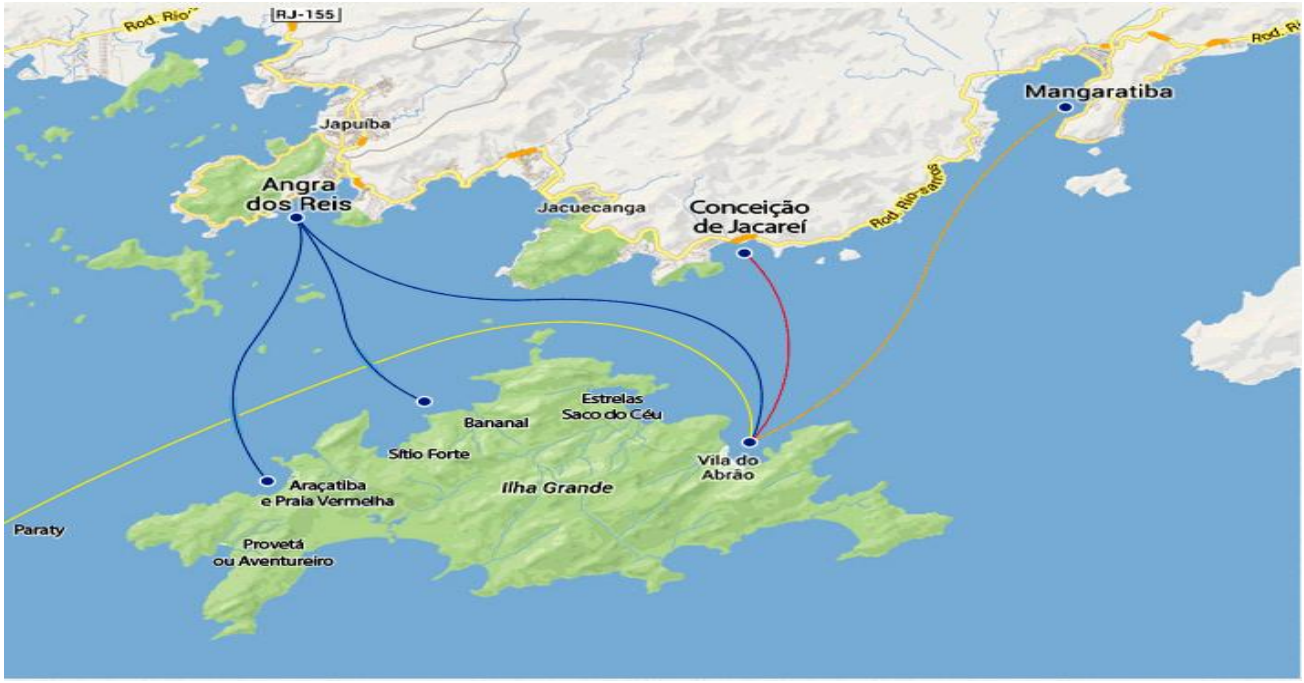
> "Dessa maneira, tornam-se preocupante as diretrizes e práticas estabelecidas pela indústria da hospitalidade, dada sua importância e capacidade de influência nas transformações territoriais. Sob a ótica da sustentabilidade ambiental este agente pode traduzir-se em catalisador de impactos socioambientais decorrentes da atividade, uma vez que é comum encontrar os meios de hospedagem muito próximos aos centros de atratividade turística (Cruz, 2003:29).

No caso da Ilha Grande, como observa Mendonça (2010) houve uma acelerada proliferação e convergência da infraestrutura referente à hospedagem e acessibilidade na Vila do Abraão, sendo este local o ponto principal de acesso de turistas e visitantes de toda a ilha. Segundo Cooper (et all 2001, p.350) a hospedagem, ou acomodação, é o maior setor dentro da economia turística, e também o mais presente. A hospitalidade não significa apenas a predominância de pousadas e/ou campings, essa expressão aponta também para a necessidade do estabelecimento da "rede de abastecimento" (investimentos, meios de transporte e infraestrutura urbana).

Mas é a visitação pública a principal atividade, nos dias atuais, responsável por atrair e sustentar essa nova demanda de serviços. Ou seja, as estratégias de uso e ocupação e de acumulação da atividade turística, estão relacionadas aos estudos voltados para o parcelamento do solo e a logística do circuito turístico. Portanto, a uniformidade das atividades econômicas, voltadas ao turismo, torna-se sua principal marca de territorialização do espaço no Abraão. Nesse sentido podemos entender a vila como o território "estratégico" que realiza a função centralizadora e descentralizadora da atividade turística na rede geográfica que contempla a Ilha Grande. A

centralização se reflete nas condições de suporte da infraestrutura urbana, ou seja, nos atuais componentes formadores do modelo de uso e ocupação voltado para o desenvolvimento da atividade turística. A ideia de Abraão como território central da Ilha Grande no que se refere ao atendimento à visitação pública (Figura 8) é também ratificado quando analisamos o papel das agências de turismo e do poder público na gestão do transporte responsável por levar o visitante aos atrativos e as paisagens do "Circuito Turístico da Ilha Grande".

Figura 8: Pontos que permitem a transição da visitação pública entre a Ilha e o continente.



Fonte: http://www.ilhagrande.com.br/como-chegar/. Acessado em 23/01/2015.

Nota-se que a Ilha Grande possui outros pontos em seu território que apresentam algum tipo de centralidade (importância na conexão com o continente), no entanto, apenas a Vila do Abraão recebe embarcações com moradores, visitantes, mercadorias, produtos e informação ao mesmo tempo e de todos os pontos de conexão existentes com o continente. O transporte de pessoas (visitantes, moradores e servidores públicos) até a ilha é feito por embarcações de pequeno e médio porte pelas agências de turismo, com embarcações próprias, por particulares (proprietários individuais, pescadores) e/ou por instituições governamentais de gestão e fiscalização. As embarcações de grande porte são as Barcas S.A. do estado do Rio de Janeiro e, os navios de turismo.

4.1 O circuito turistico da ilha: vias terrestres e marítimas

A Vila do Abraão constitui-se no principal ponto de entrada-permanência-saída do circuito turístico da ilha e, os visitantes podem percorrer a ilha por trilhas terrestres ou por vias marítimas,

aportando nos locais de maior interesse. Ou seja, a vila é o ponto de partida e de retorno para o visitante. As trilhas permitem acessos aos marcos históricos, aos mirantes, as cachoeiras e as praias e totalizam 16 trilhas - T1 a T16, conforme mostra a Figura 9. As trilhas que conectam diretamente com Abraão, são: T1 (Circuito Abraão), T10 (Abraão-Pouso), T13 (Pico do Papagaio), T14 (Abraão-Estrada da Colônia-Dois Rios).

Figura 9: Trilhas da Ilha Grande.

(Fonte: www.ilhagrande.org – acesso em 21/01/2013)

Quanto às trilhas, vale destacar: a T13, conecta Abraão ao Pico do Papagaio, um dos pontos mais elevados da ilha em que se vislumbra o continente em quase 360º: a T1 constitui-se num circuito histórico, relativamente curto: a T2 conecta o patrimônio histórico a praia (Aqueduto – Saco do Céu), que dará início ao circuito turístico para direção oeste da ilha; nesse circuito, entre as trilhas T2 e T6, encontram-se os atrativos como a Cachoeira da Feiticeira, a praia Saco do Céu, a praia do Bananal (ocupada), a Lagoa Azul, a Lagoa Verde, a praia de Araçatiba (ocupada), entre outros; as trilhas T10, T11 e T12 são interligadas e levam os visitantes aos pontos atrativos como as praias Brava, Palmas, Pouso, Lopes Mendes, Santo Antônio e o Farol dos Castelhanos; a T14 é a principal trilha de Abraão, assim como da ilha, sobretudo, devido a diversidade de funções que apresenta, inclusive por suportar o trânsito de veículos (somente os autorizados e de serviço); é o circuito responsável por interligar a enseada continental de Abraão à enseada oceânica de Dois Rios; o desencadeamento da T14 em Dois Rios resulta nas trilhas (T15-Caxadaço) e (T16-Parnaioca, turismo de aventura) e, apenas a área delimitada pela Reserva Biológica da Praia do Sul

(RBPS) apresenta restrição de visitação e não está conectada ao circuito de trilhas que iniciam no Abraão.

A questão que se coloca presente é a de que, o visitante ou turista busca a dificuldade, o desgaste físico, o longo tempo que as trilhas (algumas) impõem, a falta de informação e de infraestrutura? Ou será que esse visitante ou turista prefere utilizar os serviços oferecidos de transporte marítimo pelas agências de turismo, que possui o advento da comodidade em chegar mais rapidamente e permanecer mais tempo no local de atrativo? Os turistas preferem utilizar os serviços de embarcações (vias marítimas), essa preferência esta diretamente reacionada ao perfil do visitante atual, que em geral é aquele cidadão que possui um poder aquisitivo elevado, residente em áreas urbanas de elevada densidade demográfica e que procura atrativos naturais para lazer.

4.2 A Ocupação do Solo e o Uso dos Recursos: investigação da condição e organização dos estabelecimentos comerciais e domiciliares.

A investigação dos estabelecimentos ocorreu através de entrevistas, conversas informais e também na técnica de aplicação de questionário, que será tratado primeiro nesse subcapítulo. Como principal objetivo, o questionário visou levantar informações que ajudassem o entendimento da dinâmica socioterritorial e ambiental dos moradores, trabalhadores e visitantes da Vila do Abraão. Nesse sentido foram aplicados um total de trinta (30) questionários, que foram aplicados em três principais estabelecimentos de ocupação: as agências de turismo, a rede de abastecimento (pousadas, restaurantes e mercado) e os domicílios. Foram aplicados dez (10) questionários para cada ramo ocupante do solo, e foi utilizada a metodologia da amostragem para analisar os resultados obtidos.

Após a apresentação dos resultados obtidos nos questionários, tratamos as entrevistas realizadas com alguns segmentos do poder público (municipal e estadual). A ênfase dada foi na perspectiva de análise socioambiental integrada, a partir dos resultados ora apresentados:

1) Questionários aplicados nas Agências de Turismo (Anexo 1):

Foram aplicados 10 questionários nas agências de turismo locais, que realizam o serviço e a logística de entrada-distribuição-saída dos turistas na ilha, no sentido de identificar a participação das agências na logística de transporte dos visitantes, considerando a Vila do Abraão como ponto central dessa dinâmica.

O questionário foi dividido em quatro eixos de informações principais: a) Informações gerais da agência e do entrevistado; b) Serviços oferecidos por elas ao turista (visitante público); c) Organização e Absorção da Mão de obra local e por último; d) Divulgação e controle da visitação dos atrativos “oferecidos”. O principal objetivo desse questionário foi buscar a relação desse

segmento da atividade turística (passeios) no que se refere ao transporte dos visitantes aos atrativos naturais e culturais pertencentes ao circuito turístico da Ilha Grande e também entender como a população local se insere nesse processo.

Em relação aos dois primeiros eixos podemos concluir que na Vila do Abraão, em geral, todas as agências de viagem oferecem os serviços de translado; conexão via terrestre do Rio de janeiro até o cais, mais a travessia para a Ilha, além dos passeios náuticos, que abrange as praias de maior divulgação do circuito turístico básico da Ilha Grande; (Saco do Céu, Palmas, Bananal, Araçatiba e Gruta do Acaiá – parte continental) e (Dois rios, Lopes Mendes, Parnaioca e Caxadaço – parte oceânica). Sendo assim, o serviço de pesseio náutico abrange quase que totalidade dos principais pontos encontrados no circuito turístico da Ilha.

Nesse sentido não há muita diferença dos principais serviços oferecidos pelo conjunto de agências de turismo atuantes no local, pois na grande maioria dos casos o serviço de barco é terceirizado, o que resulta na utilização direta e exploratória da mão de obra local pela própria agência. Essa diferenciação de serviços se reflete nas agências que oferecem ou possuem vinculo com o serviço de hospedagem, ou também que ofereça o passeio náutico às praias da Reserva Biológica da Ilha Grande, ou aquelas (apenas duas das dez agências) que oferecem ao visitante também uma visita guiada no circuito das trilhas (praia da feiticeira e bico do papagaio).

Além de terceirizar a mão de obra local dos proprietários de barco (em geral família de pescadores) todas as agências afirmaram empregar a mão de obra local nas funções administrativas das próprias na Vila do Abraão, em cargos como: recepção, vendedor de passeios, marinharia, auxiliar administrativo, etc. No entanto alguns dos vendedores, recepcionistas ou mesmo gerentes entrevistados nas agências não eram nativos nem descendentes da Ilha Grande, em alguns casos eram até estrangeiros (Argentina e Uruguai).

Por fim, em relação ao último eixo, podemos notar que as agências de turismo possuem uma função de ponto central da informação do circuito turístico ao turista, enquanto que o poder público (INEA) deveria estar realizando essa função. O ponto preocupante é que nenhuma das agências entrevistadas afirmaram possuir um controle, ou pelo menos uma contagem, em relação ao número de turistas transportado a cada atrativo do circuito por dia, semana, mês ou ano. Além disso, apenas uma agência afirmou ter ações voltadas à preocupação com meio ambiente. A ação da empresa consiste em distribuir ração de peixe aos visitantes, evitando assim, que o turista jogue qualquer tipo de alimento no mar, além calro, de atrair os peixes para os locais de mergulho e observação (Lagoa Azul e Lagoa Verde). Concluímos assim que as agências de turismo, além de favorecerem a intensificação do fluxo da visitação pública na Ilha e também intensificar os impactos e conflitos resultantes dela, não estão contribuindo com os objetivos e intenções traçados na política ambiental.

2) Questionários aplicados nos Domicílios (Anexo II):

O questionário foi dividido em três eixos de informações principais: a) Informações gerais do entrevistado (origem, idade, renda e tempo de moradia); b) Avaliação do entrevistado em relação ao fornecimento de serviços públicos (coleta de lixo, esgotamento sanitário e abastecimento de água e energia); c) Sobre a participação em consultas públicas relevantes ao local de moradia.

Foram selecionados 10 (dez) domicílios em diferentes pontos diferentes da vila do Abraão, tentanto levantar dados que pudessem representar, por amostragem, algumas condições e oponiões de moradores locais.

As informações mais pertinentes no primeiro eixo, que buscava levantar alguns dados socioeconômicos, estão relacionadas ao tempo vivido na Ilha e os motivos para a fixação domiciliar (caso não seja caiçara tradicional), a renda autodeclarada, a atividade profissional do morador e a localização do domicílio.

Em relação ao tempo vivido e a fixação do domicílio, dos 10 domicílios entrevistados, 5 (cinco) apresentaram moradores de mais de 20 anos, ou seja, moradores desde a época do presídio na Ilha Grande, sobretudo o de Dois Rios. Desses cinco, apenas um não foi por compra de título, mas sim pela transferência concedida pelo estado.

Os outros 5 moradores locais que declararam morar nos domicílios a menos de 20 anos, em sua maioria afirmaram morar de aluguel. Além disso houve também uma caso de moradia cedida como favor.

Sobre a atividade profissional declarada pelos entrevistados vale destacar uma situação importante, que representa a monopolização econômica do turismo na Vila do Abraão. São esses: os domicílios que oferecem serviço de hospedagem (pousadas e/ou campings). Dos 10 domicílios estrevistados, 4 ofereciam essa condição de hospedagem, os 4 eram pousadas sendo que 1 desses também oferecia o serviço de camping e, além disso, são as atividades de manutenção da vida dos moradores desses três domicílios-pousadas e o domicílio-pousada-camping, ou seja, os moradores locais aqui representados diziam focar toda sua força de trabalho desse serviço.

Os entrevistados dos outros 6 domicílios que não apresentavam função de hospedagem, prestavam serviços diversos. Três desses domicílios apresentaram moradores que ofereciam serviços que atendiam à demanda trazida pelo turismo como: serviço de aluguel de pranchas de surf, venda de produtos industrializados (água, refrigerante, cerveja, etc) e oferecimento do serviço de passeio náutico individualizado. Dentre os entrevistados dos 3 domicílios faltantes nessa análise, foram encontrados dois moradores que prestavam “serviço gerais” (limpeza, cozinha, arrumadeira, etc) como os próprios denominaram, e um morador desempregado, que também oferecia esse

mesmo tipo de serviço.

No segundo eixo, buscou-se levantar informações referente ao atendimento e funcionamento dos serviços públicos (lixo, esgoto, água e energia) nos domicílios, e além disso, destacar a opinião do entrevistado em relação a esse atendimento, que atualmente é de responsabilidade da prefeitura de Angra dos Reis:

- **Rede elétrica:** o componente energia elétrica foi um dos piores avaliados. Todos os domicílios entrevistados afirmaram ter energia elétrica oriunda da rede geral de energia elétrica, no entanto, afirmaram que a energia na Ilha é muito instável, sobretudo na época do verão. Essa avaliação se evidencia também na média das notas dadas pelos entrevistados em relação ao funcionamento da rede elétrica na Ilha, que atingiu a nota 3,6 em uma escala de 0 – 10.

- **Esgotamento Sanitário:** o componente esgoto também apresentou resultados pouco favoráveis segundo a visão dos entrevistados. As perguntas do questionário objetivavam absorver a entendimento do entrevistado em relação a existência da rede geral de esgoto no domicílio, e se o próprio sabia se seu esgoto era tratado e onde era despejado. Dentre os dez domicílios entrevistados, 6 (seis) informaram ser atendido pela rede de esgotamento sanitário, 3 não souberam afirmar e 1 afirmou que era sistema de fossa.

- **Coleta de Lixo: a**ssim como o esgoto, a preocupação em relação ao levantamento de informações do sistema de coleta de lixo era saber a frequência do recolhimento, se os domicílios realizavam alguma espécie de separação por material e se tinham a noção do destino final do lixo. Dos 10 domicílios entrevistados 8 afirmaram ter o lixo recolhido diariamente, apenas 2 informaram que o lixo era recolhido três vezes na semana. Em 4 domicílios desses 10, o entrevistado afirmou que ocorre a separação de alguns materiais antes de ser recolhido, os materiais que mais vezes (x) foram mencionados foram óleo (4x), plástico (3x), alumínio (2x), vidro, orgânico e papelão (1x). A coleta de lixo na vila se mostra o serviço público que consegue atender mais pessoas (moradores e/ou turistas) no entanto é preocupante saber que a quantidade de lixo diário que vai da Ilha para o continente só aumenta. Em relação ao destino final do lixo gerado, nenhum dos entrevistados soube responder.

- **Abastecimento de Água: b**uscou-se levantar as informações sobre abastecimento hídrico que indicassem também o funcionamento do serviço de acordo com a visão dos moradores locais. Nesse sentido dados como a forma de captação da água, o tratamento e a ocorrência de falta da água foram destacados. Dos 10 domicílios entrevistados todos afirmaram possuir a rede de abastecimento via encanamento, no entanto, nem todos confiavam na qualidade da água, tanto que dos 10, cinco (5) entrevistados admitiram comprar galão de água para não precisar usar a água da rede. Nenhum dos entrevistados afirmou também tratar a água antes de beber, mesmo não confiando na fonte

geral. Em relação a falta d'água, a reclamação foi unânime nos 2 domicílios que não tinham caixa d'água. Os que possuíam caixa, reclamaram de falta d'água algumas vezes na época de alta temporada turística.

O terceiro e último eixo desse questionário que destaca a importância da informação a população local em relação a participação das consultas públicas relevantes, também obteve um resultado aquém do esperado.Todos os entrevistados afirmaram saber das reuniões, conselhos, comitês e consultas públicas referentes à Ilha Grande, sobretudo pelo veículo de comunicação local, o Jornal "Eco". No entanto, mesmo a chegada dessa informação, apenas 3 dos 10 entrevistados, afirmaram já ter participado ou ainda participar de algum evento desse segmento, o que pode refletir em um desinteresse da população atual local em relação a assuntos políticos-administrativos.

3) Questionários aplicados em pousadas, restaurantes, mercados (Anexo III):

O questionário aplicado nas pousadas, restaurantes ou mercados (estabelecimentos comerciais) possuía apenas um eixo de informação. Esse eixo esta vinculado ao segundo eixo dos questionários aplicados aos domicílios, ou seja, a intenção é a de levantar as mesmas informações em relação a avaliação do estabelecimento sobre o fornecimento de serviços públicos (coleta de lixo, esgotamento sanitário e abastecimento de água e energia) e a conduta do estabelecimento.

Foram aplicados 10 questionários aos estabelecimentos comerciais; 7 pousadas; 2 restaurantes; 1 mercado.

- **Rede elétrica: t**odos os entrevistados dos estabelecimentos comerciais afirmaram ter energia elétrica oriunda da rede geral de energia elétrica. No entanto, assim como nos domicílios todos os entrevistados afirmaram que a energia na Ilha é muito instável, sobretudo na época de alta temporada, onde a utilização de gerador se faz necessária (aos estabelecimentos que possuem). Essa avaliação se evidencia também na média das notas dadas pelos entrevistados em relação ao funcionamento da rede elétrica na Ilha, que atingiu a nota 3,9 em uma escala de 0 – 10.

- **Esgotamento Sanitário: o** componente esgoto também apresentou resultados pouco favoráveis segundo a visão dos entrevistados. As perguntas do questionário objetivavam absorver a entendimento do entrevistado em relação a existência da rede geral de esgoto no estabelecimento, e se sabia se seu esgoto era tratado e onde era despejado. Dentre os dez estabelecimentos comerciais entrevistados, 6 (seis) informaram ser atendido pela rede de esgotamento sanitário, 3 informaram não estavam "conectados" a rede geral e 1 (restaurante) afirmou que possuir sistema de fossa. Além disso, nenhum dos entrevistados soube informar onde o esgoto era despejado e se era tratado

- **Coleta de Lixo: a**ssim como o esgoto, a preocupação em relação ao levantamento de informações do sistema de coleta de lixo era saber a frequência do recolhimento, se os

estabelecimentos realizavam alguma espécie de separação por material e se tinham a noção do destino final do lixo. Dos 10 estabelecimentos comerciais entrevistados 9 (nove) afirmaram ter o lixo recolhido diariamente, apenas 1 (um) informou que o lixo era recolhido três vezes na semana. Em 4 estabelecimentos dos 10, o entrevistado afirmou que ocorre a separação de alguns materiais antes de ser recolhido, os materiais que mais vezes (x) foram mencionados foram óleo (4x), papel (2x), alumínio, vidro, orgânico e papelão (1x). Em relação ao destino final do lixo gerado, nenhum dos entrevistados soube responder.

- Abastecimento de Água: buscou-se levantar as informações sobre abastecimento hídrico que indicassem também o funcionamento do serviço de acordo com a visão dos moradores locais. Dos 10 estabelecimentos comerciais entrevistados todos afirmaram possuir a rede de abastecimento via encanamento, no entanto, nem todos confiavam na qualidade da água. Em quatro dos dez entrevistados afirmaram também tratar a água antes de beber, através de filtro comum. Em relação a falta d'água, a reclamação foi unânime, no entanto, apenas duas pousadas não possuíam caixa d'água, fato que contribui para a falta de água com mais frequência.

É importante entendermos que esse levantamento via questionário utilizando a técnica estatística de amostragem, pode não significar a real situação de todos os moradores da Vila do Abraão, no entanto, esses dados podem nos apresentar um panorama geral das condições que a os moradores e/ou trabalhadores da vila se encontram e se, o comportamento dos próprios, comprometem de alguma forma o fragmento territorial do geossistema insular da Ilha Grande, ou seja a Vila do Abraão e os recursos disponíveis no local. A crescente demanda por pousadas, hotéis, campings, agências, mercados, restaurantes e lojas demandou também um sistema de serviços públicos urbano, que fosse capaz de suportar, ou tentar suportar, às pressões antrópicas de cunho urbano: o esgoto, o lixo e o uso da água, além de ter de mitigar os impactos causados pela atividade da visitação no circuito turístico do parque. Nesse sentido, utilizaremos como base o mapa elaborado por Leal Filha (2005), que representou os vetores de pressão antrópica no parcelamento do solo em Abraão para apresentar a distribuição espacial dos estabelecimentos onde aplicou-se os questionários (Figura 10). Os vetores de pressão antrópica estão relacionados aos serviços voltados ao atendimento do visitante, e também aos moradores locais. As agências de turismo não estão contempladas, pois consideramos as estruturas que ocupassem maiores loteamentos e utilizassem os recursos locais de maneira direta, e as agências, mesmo que importantes no processo de uso e ocupação, interferem mais na logística de transporte local.

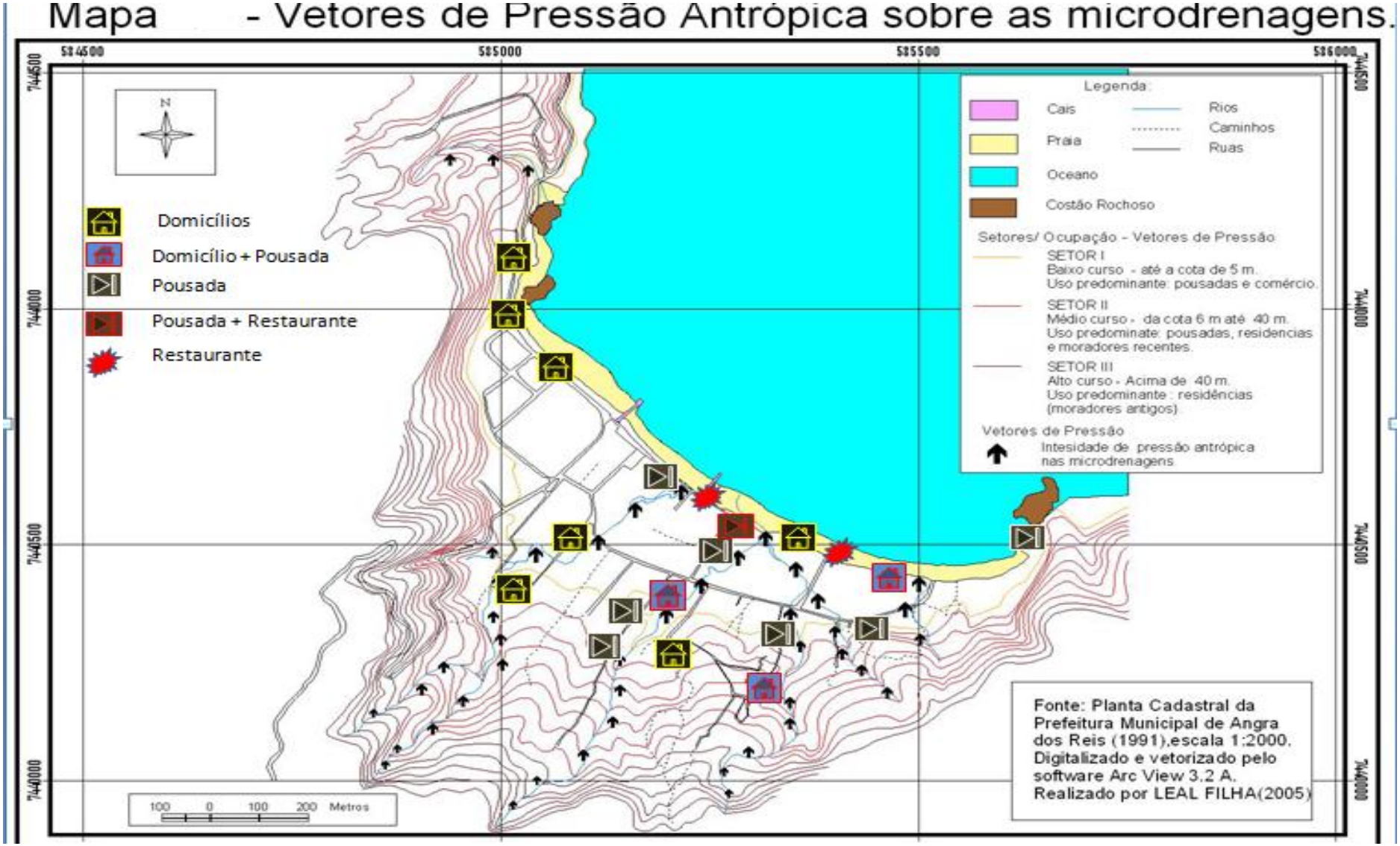


Figura 10: Mapa de vetores da pressão antrópica (Fonte: Sueli Leal Filha 2005) e Espacialização dos questionários aplicados (Fonte: o autor, trabalho de campo de 28/11 a 03/12)

Analisando o mapa, podemos considerar que os melhores terrenos da vila ainda são aqueles situados na área mais baixa, por isso mesmo são os mais valorizados e que sofrem forte processo especulativo. Os preços da terra variam conforme sua localização (se estão localizados em área de alto, médio ou baixo curso) e de acordo com o comportamento do turismo: quanto maior for o consumo, maior é a valorização, o que implica em novos investimentos na baixa temporada.

Desse modo, pode-se verificar que, nos baixo e médio cursos dos córregos em estudo, a densidade de ocupação é elevada, predominando as pousadas, os serviços e as moradias de maior poder aquisitivo e, em geral, pertencem, aos não naturais da ilha. As residências cujos proprietários são moradores recentes (menos de dez anos na Ilha) e algumas pousadas, em geral, estão situados no médio curso das drenagens urbanas em questão. Segundo Leal Filha (2005)

> "No alto curso desses córregos, encontramos áreas que tendem a absorver parte do crescimento da Vila, constituindo-se numa ocupação do solo recente. Aí predominam as residências cujos proprietários são moradores que nasceram na Ilha (e de menor poder aquisitivo), embora pousadas e campings já tenham se instalado nesses áreas, sob o apelo da tranqüilidade e do maior contato com a natureza." (LEAL FILHA, 2005:160)

Essa setorização urbana (alto, médio e baixo cursos dos córregos) constitui-se em fonte de conflitos entre os três segmentos – o de residências, o de comércio e o de pousadas. Os moradores comumente emitem opiniões negativas acerca do crescente número lojas voltadas para turistas e da localização das pousadas, principalmente aquelas que estão muito próximas à praia.

> "Tais questões deixam claro que o rápido crescimento da Vila de Abraão vem contribuindo para uma série de modificações que são alvo de preocupação, sobretudo, dos moradores e do poder público. Essas modificações se materializam no desmatamento e ocupação das encostas; na verticalização (dois/três pavimentos) que ocorre mesmo em edificações de padrão simples; no aumento de construções nas margens dos rios e na área de mangue, na construção de pousadas que estão cada vez mais próximas à praia, no arruamento que aumenta sem planejamento e na maior utilização das trilhas na floresta, também sem o devido planejamento." (LEAL FILHA, 2005:162)

> "O turismo, por sua vez, através de duas atividades/usos (edificações, construções e circulação), promove impactos diferenciados em praticamente todos os elementos do sistema. As construções diretamente ligadas à atividade turística, são representadas pelas pousadas e pelo comércio, sendo que este último restringe-se a cotas altimétricas mais baixas, impactando o mangue, a praia, o mar e o baixo curso do rio." (LEAL FILHA, 2005:178)

4.3 A Visão do Poder Público sobre o Uso e a Ocupação do Solo: exposição e análise de conflitos e impactos identificados

Os dados apresentados foram obtidos por entrevistas com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), a Subprefeitura de Angra dos Reis e Instituto Estadual de Ambiente (INEA). O objetivo foi de registrar a capacidade de atendimento destes em relação a atividade econômica vigente – o turismo, cujo resultado está sintetizado no Quadro I.

Quadro 1: Dados sistematizados segundo as entrevistas realizadas com as esferas públicas (Fonte: Trabalho de Campo de 28/11 a 03/12)

Serviços Coletivos - Ilha Grande / Vila do Abraão	Condição dos estabelecimentos de acordo com o serviço prestado.	Funcionamento do serviço prestado	Resultados, instruções e ações.
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	O sistema de abastecimento atende em torno de 90% dos estabelecimentos da Vila do Abraão, segundo a SAAE.	Ponto 1) Menor Volume de água. Área conhecida como "encrenca". Pois há bastante falta de água devido à um conflito. Moradores locais (novos) e um arranjo de Pousadas, que acabam demandando mais recurso hídrico.	Tarifa da água é mais cara para os estabelecimentos comerciais, por utilizarem mais quantidade do recurso.
	A água bebida não é tratada pois é coletada diretamente das nascentes dos córregos que se depositam na Vila do Abraão.	Ponto2) Armazenamento do Cemitério – Volume Médio de água – Principal ponto de armazenamento de água da Vila por questão de localização. É a mais centralizada, é utilizada pelos estabelecimentos comerciais e residenciais da parte turística do Abraão. As vezes também não suporta a demanda,sobretudo no verão.	O armazenamento de água do ponto do cemitério, quando acaba, resulta em problemas de distribuição
	Ela é armazenada em três pontos estratégicos e distribuída para a Vila do Abraão.	Ponto 3) Armazenamento do morro do Estado – Maior volume de água da Vila – Maior distância dos estabelecimentos comerciais que demandam de maior volume da água – Atende prioritariamente os estabelecimentos encontrados na "parte institucional" da Vila. Esse ponto de armazenamento atende apenas a uma parte da Vila, mas possui potencial para atender a toda ela, segundo o INEA e a SAAE A obra de redistribuição hídrica foi vetada devido aos impactos ambientais.	Algumas pessoas não confiam na qualidade da água que é oferecida no Abraão e utilizam galões.
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	De acordo com a SEEA em torno de 90% dos domicílios da Vila do Abraão são atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário.	O esgoto coletado escoa por gravidade, conduzindo o efluente para a estação de tratamento de esgoto (ETE)	O sistema de tratamento de esgoto possui capacidade de atendimento de até 7.500 pessoas, em pleno funcionamento Quando o sistema de energia elétrica cai, o esgoto não tem condições de ser bombeado até o RAFA e com isso é despejado in natura no leito dos Corpos d'água (rios, córregos, marés, etc) da Vila.
	Apenas os estabelecimentos mais antigos possuem o sistema de fossa. OBS (Existem, em média, 4 fossas ou	Antes de chegar a estação de tratamento o esgoto escoa para as caixas de cimento – fase de inspeção. No Abraão existem cinco (5) caixas de esgoto porém apenas duas	No verão onde as quedas de energia são mais constantes e a pressão dos visitantes sob o sistema sanitário se intensifica, é comum haver

	mais por rua em Abraão).	(2) delas possuem condições de bombear a água para a (ETE)	problemas de despejo in natura.
	Segundo a SAAE o esgoto é coletado dentro das residências por meio de tubulações hidráulico-sanitárias "de responsabilidade do proprietário".	As duas caixas de cimento (elevatórias) principais, se encontram muito próximas à foz dos córregos que cruzam a Rua Getúlio Vargas. As caixas também dependem de energia elétrica para bombear o esgoto para o (ETE). Na estação de tratamento do esgoto (ETE) existe o RAFA (Reator Anaeróbico), que é o responsável por depurar o esgoto e encaminha-lo para o emissário que é despejado na baía da Ilha Grande.	Há informações sobre as preocupações sobre o despejo de outros materiais, como; solventes, gorduras, guimba de cigarro, absorvente, papel higiênico, pano, plástico, etc no vaso sanitário. Através de folder e panfletos. Tentando evitar o entupimento das caixas de cimento (elevatórias)
COLETA DE LIXO	Há o recolhimento de lixo diário em todas as ruas e caminhos que compõe a Vila do Abraão.	A coleta do Lixo é feita através de uma parceria da prefeitura de Angra com uma empresa, via contrato.	A quantidade de Lixo produzido na Ilha já se mostra bem elevado, sobretudo na época de "alta temporada".
	Os estabelecimentos são informados sobre a hora da coleta do lixo pela subprefeitura.	O lixo produzido pela comunidade de Dois Rios também é destinado ao Abraão diariamente.	De acordo com observações feitas, cada estabelecimento comercial (restaurante, pousada ou mercado) produzia em torno de 4 a 5 sacos de 5 L p/ dia (dia 03/12/14). Se soubermos quantos estabelecimentos dessas atividades existem na Vila, é possível obter uma média da produção diária.
	Os estabelecimentos que possuem acessos mais restritos também são contemplados com o serviço, devido a existência de um veículo adaptado, que leva o lixo desses estabelecimentos aos pontos de coleta pré-estabelecidos, que ficam nas ruas principais, como na rua Getúlio Vargas por exemplo	Todo dia o Lixo coletado de Abraão e Dois Rios É transportados para Angra dos Reis. Não consegui a informação de sua destinação final.	O lixo não é separado antes da coleta nem em seu processo. A Rua Getúlio Vargas é a que mais concentra os pontos de armazenamento da coleta de lixo.

Para ilustrar a análise sistemática e integrada neste quadro, foi utilizada a carta topográfica elaborada po Leal Filha (2005) como base para a ilustração do funcionamento do sistema de serviços públicos coletivos oferecidos a Vila do Abraão, que foi levantado em campo no final do ano de 2014. A seguir, o mapa que ilustra o funcionamento da rede de abastecimento hídrico e esgotamento sanitário junto com as informações coletadas em torno do sistema oferecido pelo serviço público.

Figura 11: Mapa sistema viário e hidrográdico (Fonte: Sueli Leal Filha 2005). Dinâmica e localização das fontes de abastecimento hídrico de abraão e a rede de esgotamento sanitário (Fonte: Trabalho de campo de 28/11/2014 a 03/12/2014)

Sobre a distribuição de água, o ponto 1 (cemitério), devido a sua localização central na enseada de Abraão, é utilizado como o principal ponto distribuidor, atende a vila, sobretudo o parcelamento do solo onde se identifica com mais intensidade as atividades voltadas ao turismo (do cais central ao lado direto da praia). O ponto 2 ("encrenca") é conhecido assim pelos moradores da Ilha, pois além de possuir o menor volume de água dentre os outros dois pontos, ele também atende a um número crescente de novos moradores e novos estabelecimentos comerciais (pousadas e restaurantes), e por isso, apresenta maior frequência de falta d'água, o que nos indica um conflito socioambiental, de uso hídrico. Já o ponto três, segundo a (SAAE), possui um volume hídrico capaz de suportar a crescente demanda hídrica trazida pelo turismo e suas atividades, no entanto a localização do próprio não facilita (por estar na ponta esquerda da praia) e por isso, esse ponto de captação de água abastece apenas a ponta esquerda da praia de Abraão, ou seja, a "parte institucional" da Vila.

As maiores reivindicações dos moradores e donos de pousadas estão relacionadas à qualidade da água. Inúmeras vezes ouviu-se dos entrevistados, que a água da Vila não tem qualidade, "é suja e barrenta" e os reservatórios freqüentemente ficam entupidos de folhas e galhos de árvores. Com base nestas questões, é possível fazer uma síntese de alguns problemas e processos que afetam a qualidade e quantidade da água na Vila de Abraão, já que estes relacionam-se de forma direta ou indireta com o aumento da população urbana e com o crescimento e diversificação das atividades realizadas nas microbacias hidrográficas.

Sobre o sistema de coleta de lixo, os moradores afirmaram haver a coleta diariamente e também se mostravam preocupados com o aumento substancial da quantidade de lixo durante a alta temporada. Durante as pesquisas de campo, verificou-se a existência de lixo nas margens e nos leitos das microdrenagens, nas áreas ocupadas por manguezal e na foz dos mesmos, já na faixa de areia (praia). Foram observados todos os tipos de resíduos: embalagens plásticas (pets) e latarias, sacolas com lixo domiciliar, restos de madeira e entulho de obra, restos de mobiliário (sofá velho), utensílios domésticos quebrados (geladeira e fogões), restos orgânicos, entre outros.

Sobre o destino do esgoto produzido na Vila de Abraão, os moradores manifestaram dificuldade em responder os questionários e muitos não souberam informar se o esgoto era tratado ou se era lançado diretamente no mar.

Ainda em relação ao sistema de esgotamento sanitário, já elucidamos no quadro I que é necessário energia elétrica para bombear o esgoto armazenado nas caixas de cimento principais (3 e 4) até a estação de tratamento, caso isso não ocorra o esgoto é despejado *in natura* na praia de Abraão. Como na Ilha Grande a estabilidade elétrica não se mostra um fato confiável, sobretudo nos períodos de alta temporada, essa situação de problema socioambiental, se postula como impacto

ambiental e também um conflito social, pois pode afetar tanto a saúde humana, quanto o equilíbrio geoecológico.

Os usos do solo atualmente mais exercido na vila do abraão, é o que se refere a moradia e/ou hospitalidade do turista, ou seja, muitos moradores (originários ou não) utilizam os próprios domicílios como pousadas e campings.

Leal Filha (2005) propõe três tipos de usos principais (moradia, turismo, pesca) e destaca que a moradia tem uma relação indireta com a atividade turística. No entanto, podemos perceber que atualmente muitos domicílios ou terrenos de moradores locais estão se transformando em pousadas, campings e até mesmo *hostels*. Isso ocorre, pois há uma "vantagem" econômica nesse tipo de serviço, ou seja, lucro, de maneira rápida. A tendência que se apresenta hoje na vila do Abraão, é de um crescimento desse tipo de uso do solo, no sentido de atender um maior úmero de visitantes e "desenvolver" a infraestrutura para o turismo no local. Sendo assim, entendo que a moradia passa a ter uma relação direta com a atividade turística, pois essa estratégia de uso e ocupação está sendo adotada por uma única razão, atendimento a atividade turística, e parece, que todos os usos locais estão voltados ao monopólio turístico na vila.

No entanto, podemos perceber a partir dos dados apresentados, que essas moradias/pousadas, assim como restaurantes, lojas e domicílios particulares, exercem um tipo de pressão antrópica aos recursos locais, e que a continuidade do crescimento dessas atividades sem um plano que garanta a qualidade ambiental, provavelmente irá degradar os recursos locais de maneira significativa, e caso um dia o turismo venha a sofrer uma baixa na Ilha Grande, os moradores não terão outras atividades de uso e ocupação que desenvolva a economia local.

Um outro conflito destacado pela autora entre os atores sociais da Ilha, é a especulação imobiliária. A valorização do solo e as normas específicas de ocupação exigidas pela política ambiental, aliada a geomorfologia verticalizada da Ilha, acabam por dificultar um pouco uma expansão desenfreada na enseada de Abraão. Mesmo assim, há a ocorrência de ocupações irregulares, em áreas de risco, áreas de preservação permanente, áreas pertencentes ao Parque e praias onde não é permitida a ocupação.

> "Mesmo proibido pela Lei Orgânica de Angra dos Reis, os loteamentos na Ilha Grande vêm se multiplicando. Terreno coberto por Mata Atlântica fica em área de interesse Ecológico (AIE), onde, de acordo com a Lei "não serão permitidas edificações nem atividades que alterem o ecossistema existente." (BRITO, 2003, p.27).

A prática do parcelamento do solo da Vila do Abraão entra em conflito ambiental/legislativo, que se reflete na ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP's). Conforme a definição pelo Código Florestal (Lei Federal 12.651/12), são denominadas áreas de preservação

permanente (APP) “todas as áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, cuja função ambiental é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a diversidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. A Constituição Estadual do Rio de Janeiro em seu Art. 268 “menciona as seguintes áreas como APP: a) manguezais, lagos, lagoas e lagunas e as áreas estuarinas; b) as praias, vegetação de restingas quando fixadoras de dunas, as dunas, costões rochosos e as cavidades naturais subterrâneas; c) as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais e;d) as áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural”.

Braga (2003) apud Leal Filha (2005) enfatiza que o uso urbano não industrial responde por cerca de um terço da demanda, mas contribui com mais da metade das cargas poluidoras (segundo estudo realizados nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba/Capivari e Jundiaí, no estado de São Paulo). Foi observado no trabalho de campo a elevada ocupação na área de restinga da Praia do Abraão e nas margens dos canais fluviais, tanto no que se refere ao uso de domicílios, pousadas, restaurantes, agências de viagem e campings. Além das área destacadas acima, observamos ocupações “irregulares” em uma área de mangue e, também, em área de leito do principal canal fluvial da Vila, também pelas mesmas atividades. A situação evidenciada vem resultando problemas socioambientais, sobretudo a pressão dos despejos realizados nos canais fluviais, no abastecimento hídrico da população, na qualidade da água e areia da praia e no equilíbrio geomorfológico das encostas.

Para finalizar a análise ambiental integrada que buscou-se realizar aqui, apresentamos o quadro elaborado por Sueli Leal Filha que aponta os principais problemas e consequências dos impactos e conflitos ainda existentes na Vila do Abraão, e caso haja mias intensificação da atividade turística no local, a tendência desses problemas é de continuar, e até mesmo, expandir a outros núcleos populacionais da Ilha Grande (Quadro II).

Quadro 2: Principais problemas na Vila de Abraão, suas conseqüências e impactos. (LEAL FILHA, 2005:180)

PROBLEMAS	**Consequências diretas e indiretas**	**Impactos nas microdrenagens**	**Leis pertinentes (âmbitos federal, estadual ou municipal)**
RESÍDUOS SÓLIDOS	Poluição; degradação de mangues, florestas e praias; vetores de doenças.	Poluição da água; assoreamento do rio.	Lei nº 53/79 – 03/01/1979 (federal). Dispõe que os resíduos sólidos, deverão sofres tratamento ou acondicionamento adequado, nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de controle da poluição e preservação ambiental; Plano Diretor de Angra dos Reis – Lei municipal nº 162/LO 12/12/91 Título IV Da infra-estrutura e dos Serviços Públicos- Capítulo I do Saneamento, Seção IV Do programa de Coleta e Destinação Final dos Resíduos Sólidos.
DESMATAMENTO	Instabilidade de encostas; diminuição da infiltração; erosão; perda da biodiversidade.	Assoreamento dos cursos d'água; afeta a qualidade da água.	Lei nº4771 de 15 de setembro de 1965 – Institui o Código Florestal Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981- Dispõe sobre a política Nacional de Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. Lei nº 609 de 01 de dezembro de 1983 (estadual) Dispõe sobre a proteção de florestas e demais formas de vegetação natural Plano Diretor de Angra dos Reis – Lei municipal nº 162/LO 12/12/91- Título VI Do uso do solo, Capítulo III do Meio Ambiente Natural e Cultural, Seção I Do meio Ambiente Natural
ATERRO/OCUPAÇÃO DOS MANGUES	Altera a capacidade de retenção dos sedimentos e a penetração das águas do mar.	Altera os padrões de drenagem.	Lei nº4771 de 15 de setembro de 1965 – Institui o Código Florestal Política Nacional do Meio Ambiente Art. 2º, princípios IV Proteção dos ecossistemas, VIII Recuperação de áreas degradadas, IX Proteção de áreas ameaçadas de degradação Plano Diretor de Angra dos Reis – Lei municipal nº 162/LO 12/12/91- Título VI Do uso do solo, Capítulo III do Meio Ambiente Natural e Cultural, Seção I Do meio Ambiente Natural
CAPTAÇÃO CLANDESTINA DE ÁGUA	Problemas no abastecimento.	Altera a quantidade de água.	Lei nº 9.433 de 08/01/97 Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos Lei nº 650 de 11 de janeiro de 1983 dispões sobre a Lei nº 3.239 de 02 de agosto de 1999 Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Plano Diretor de Angra dos Reis – Lei municipal nº 162/LO 12/12/91 Título IV Da Infraestrutura e dos Serviços Públicos Capítulo I Do

			Saneamento, Seção I Do Programa de Abastecimento de água, Seção II Do Programa de Drenagem
ESGOTO	Altera os ecossistemas: rios, mangues e mar.	Contaminação da água; afeta a qualidade da água,diminui taxa de oxigênio dissolvido; altera a turbidez da água; perda da diversidade biológica.	Plano Diretor de Angra dos Reis – Lei municipal nº 162/LO 12/12/91 Título IV Da Infraestrutura e dos Serviços Públicos Capítulo I Do Saneamento, Seção III Do Programa de Esgotamento Sanitário
CONSTRUÇÕES (RESIDÊNCIAS E POUSADAS) E PARCELAMENTO DO SOLO.	Aumento da quantidade de lixo, desmatamento e erosão das encostas; Formação de becos e "caminhos" ligando as microdrenagens (vetores de expansão urbana).	Assoreamento e poluição dos rios; aumento da demanda sobre os recursos hídricos.	Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979 (lei federal) Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Lei nº 784 de 5 de outubro de 1984 (lei estadual) Estabelece normas para a concessão da anuência previa do Estado aos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos as áreas declaradas de interesse especial á proteção ambiental Plano Diretor de Angra dos Reis – Lei municipal nº 162/LO 12/12/91 Título IV Da Infraestrutura e dos Serviços Públicos, Capítulo III Da Política Habitacional. Título VII Do Parcelamento do Solo Urbano, Capítulo I Disposições Preliminares, Capítulo II Das Exigências par Aprovação de Projeto de Parcelamento, Seção I Das Exigências urbanísticas para parcelamento, Seção II dos Projetos de loteamento, Seção III Do Projeto de Desmembramento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deterioração da qualidade socioambiental do fragmento territorial componente do geossistema da Ilha Grande aqui estudado, a Vila do Abraão, foi a principal motivação para a realização desta pesquisa. A qualidade "socioambiental" destacada aqui, está diretamente atrelada a forma como as atividades existentes em um território se desenvolve. Nesse sentido buscou-se resgatar a conformação territorial histórica do recorte estudado, para entendermos a dinâmica atual desse território e suas consequências, tanto para o ecossistema, quanto para a população afetada.

As questões relativas ao modelo de uso e ocupação em Unidades de Conservação no Brasil merece um estudo mais aprofundado, ou seja, discutido entre os atores sociais afetados, sobretudo a população local.

A ideia central desse trabalho de conclusão foi associar o contexto material-histórico-dialético no que se refere ao debate ambientalista, atrelado à concepção do Sistemas de Áreas Naturais Protegidas (UC's), que implica atualmente no modelo de uso e ocupação do solo, desenvolvido na Vila do Abraão, aliado aos os impactos e conflitos evidenciados, que representam resultantes da pressão antrópica. O fato que incentivou a destacar o cenário global no estudo de uma localidade, foi justamente a execução de duas atividades estratégicas no que consiste o modelo de uso e ocupação local, as Unidades de Conservação e o desenvolvimento da Atividade Turística, de massa, internacional. Ou seja, as duas estratégias identificadas, disseminadas pelo globo como resolução de problemáticas ambientais decorrentes dos processos de degradação, evidenciado na era industrial-urbana estão associadas ao projeto moderno, global.

A questão colocada aqui como dialética, no nosso entendimento, está inserida num dos objetivos da criação das Unidades de Conservação, aquele que se fundamenta na intenção de retardar e inibir a expansão do processo urbano-industrial, responsável por impulsionar o desenvolvimento econômico capitalista também em ambientes menos explorados pelos movimentos dessa lógica. De alguma maneira, o modelo de Unidade de Conservação da Ilha Grande, aliada a seu contexto histórico singular, retardou sim, a urbanização acelerad. No entanto, evidenciamos hoje que através da dinamização da atividade turística, o processo urbano vem direcionando o modelo de uso e ocupação, sobretudo na própria Vila do Abraão.

O problema não é simplesmente adotar um modelo urbano degradante, desigual e especulativo, o problema é adotar este tipo de uso e ocupação em territórios que objetivam, ou deveriam objetivar a sustentabilidade dos recursos existentes. As unidades de conservação, caso fossem de real interesse, poderiam se tornar ambientes para experimentos de novos tipos de ocupações, que se afastassem das práticas utilizadas em ocupações de ambiente urbano, não limitando-se apenas a infraestrutura básica para atendimento da demanda turística.

É claro que para propor um tipo de uso e ocupação diferente do que fora e ainda é adotado em um território estratégico, que era ocupado antes da ideia de proteção da natureza, não é uma tarefa simples, e somente poderia ser alcançado caso o estado e as instituições superior de ensino, junto a população local, elaborassem estratégias que impactassem menos os recursos ambientais e humanos. Para isso seria necessário um amplo trabalho na área de educação ambiental de alcance interdisciplinar, onde diversos atores e conhecimentos deveriam estar trabalhando em conjunto.

A ideia de afastamento da ocupação humana das áreas legalmente protegidas, vem favorecendo mais aos proprietários de maior poder aquisitivo do que o equilíbrio do geossistema em si. Essa divisão que insiste em separar as atividades humanas das atividades geoecológicas, advindas de uma cultura urbano-industrial, somente nos faz pensar que o homem nunca conseguirá se adaptar ao equilíbrio geoecológico, e consequentemente, irá degradar as áreas conservadas caso só os reste essa opção. Assim, quando estudamos a dinâmica territorial de uso e ocupação, indiretamente, tratamos sobre o planejamento e a gestão dos recursos disponíveis no território (água, solo, energia, floresta...).

Nesse sentido, crer no planejamento, sobretudo o participativo (maior diversidade de atores), como meio técnico e aplicável, capaz de resolver os problemas evidenciados e garantir o bem-estar da população local pode ser a leitura mais coesa em um primeiro momento. No entanto, quando observamos a hierarquia existente dentre os processos do planejamento estratégico, notamos o quão distante os atores "comuns" (em geral pop. Local) se encontram das instituições de poder. O planejamento e a gestão do distrito da Ilha Grande, que é viabilizado e ordenado de acordo com a dinâmica de visitantes da Vila do Abraão, vem apresentando um modelo de uso e ocupação mal planejado e voltado totalmente ao atendimento turístico, impedindo cada vez mais a proliferação de outras atividades de uso e ocupação, que caso sejam bem planejadas, podem contribuir para a manutenção do equilíbrio dos sistemas ecológicos, mas para alterar a concepção de uso e ocupação da população local atual e principalmente por quem a coordena (o governo), é necessário que se discutam diversos assuntos, sobretudo os ligados à lógica de acumulação incessante que doma os mercados e também os indivíduos da sociedade moderna, inviabilizando uma discussão mais profunda em torno da nossa própria concepção de sociedade e assim, inviabilizando também, novas propostas criativas de uso e ocupação do solo, sobretudo as de comunidades tradicionais.

A centralidade do turismo na Vila do Abraão vem acarretando direta ou indiretamente, quase todos os problemas socioambientais apresentados nesse trabalho, e caso esse modelo perpetue para outros pontos "estratégicos" da Ilha Grande, as consequências serão muito parecidas. Segundo Ribeiro (2005) apud Leal Filha (2005) sobre a utilização de instrumentos combinados;

> "..destaca a necessidade de implementação de planejamento e gestão ambiental em que faça uso combinado dos instrumentos previstos na legislação. Esse

> uso combinado dependerá da capacidade de articulação, coordenação e comunicação entre as instituições que compõem o sistema de gestão ambiental e de treinamento e capacitação de pessoal para aplicá-los, definindo com precisão as competências e responsabilidades. Nessa linha de pensamento, para a Vila de Abraão, o uso combinado de instrumentos deverá prever:"

1) alvará de construção e licença ambiental;

2) fiscalização urbana e ambiental integrada;

3) redução de imposto para área de proteção ambiental (estudar cada caso);

4) licenciamento mais incentivo econômico (ICMS ecológico para o saneamento);

5) ordenamento territorial mais incentivo econômico;

6) licenciamento ambiental mais outorga de direitos de uso da água;

7) comunicação mais fiscalização.

Ainda na visão de Ribeiro (op. cit.), para tal, é necessário definir muito bem as dimensões da ação civil, política, individual, privada, militar, ecológica, coletiva e pública para o sucesso do planejamento em questão.

Em relação aos problemas socioambientais identificados neste trabalho (impactos e conflitos) percebemos que todos eles são tipicamente encontrados em ambientes urbanos, aqueles que possuem em sua raiz a lógica, dinâmica e formação histórica antropizada, urbanizada e tecnocrática, fatos constantes nas estratégias do planejamento físico-territorial urbano.

Diante dessas questões, percebe-se a existência de dois grandes desafios para a gestão do uso e ocupação dos recursos existentes na Ilha Grande assim como na Vila do Abraão. Um deles refere-se a elaboração e/ou construção de uma regulamentação físico-espacial que garanta, simultaneamente investimentos, lucratividade, preservação dos recursos hídricos e qualidade de vida para a população; o outro, relaciona-se não somente com a identificação de diretrizes e/ou propostas adequadas ao gerenciamento, mas sobretudo, à dificuldade de envolver diferentes setores e atores na implementação e monitoramento das ações propostas (Leal Filha, 2005: 198).

A atividade turística "colocou-se" como a atividade capaz de garantir todos os objetivos destacados acima pela autora, no entanto não conseguiu, pois além de não conseguir deixar o ambiente equilibrado, ou seja, sustentável e também não contribuir para a melhora significativa da qualidade de vida da população local, ela também não consegue, ou não tem interesse em implementar e monitorar as ações e proposta que deveriam regulamentar o uso e a ocupação dos recursos. Devemos então refletir sobre que turismo, ou como alguns consideram, "ecoturismo" é esse que, apoiado no mercado e na lógica do lucro, colocam à frente o quantitativo de público visitante à frente da "qualidade sócio-ambiental", como principal meta a ser atingida.

Além disso devemos atentar também para o monopólio que o turismo vem exercendo como

atividade econômica. Atualmente quase nenhum morador local sobrevive sem as atividades que esse turismo desenvolvido na Ilha demanda. Caso o turismo venha a decair como atividade econômica, a ilha não terá outra(s) atividade(s) que suporte a população que habita. Esse fato cria uma situação de dependência mútua entre atividade econômica, turistas e moradores, no entanto a contrapartida (investimentos na qualidade ambiental e educação ambiental aos visitantes e moradores) que deveria vir dos turistas, dos principais atores da atividade turística e também do estado, não está surtindo efeito, já os moradores, cada vez mais dependentes do turismo aos poucos vão adequando-se as demandas de serviços (especializados).

A conclusão que se chega, é que a lógica encontrada atualmente é reflexo de um planejamento físico-territorial hierarquizado. Esse planejamento usou única e exclusivamente à atividade turística como estratégia de uso e ocupação ideal para a proposta vinculada ao interesse em criar áreas ambientais protegidas indicadas pelo Estado brasileiro desde o final do século XX. Essa atividade econômica, além de monopolizar toda a dinâmica sócio-territorial da Vila do Abraão, entra em contradição, com a proposta de preservação e conservação ambiental a qual ela mesmo garantiu "preservar", e além disso, reconfigura atores sociais locais, ou seja, "expulsa" moradores tradicionais que não se adéquam à dinâmica do turismo e "atrai" atores diversos (lugares, condições financeiras, culturas..) e por isso aprofunda desigualdades sociais.

É uma atividade que é favorável apenas para os "detentores dos meios de produção" ou seja os proprietários com competência financeira capazes de investir e tirar proveito da circulação de capital alavancada pela visitação pública, o morador tradicional / local, vão acabar servindo, se servir, como mão de obra para esses novos proprietários (atores sociais) "atraídos" pelo turismo e todo negócio arquitetado por trás de uma "aparente" utilização indireta dos recursos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A apropriação do território no Brasil Colonial*. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações geográficas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

AMORIM, Natália Moreira (org.). **A complexidade da dinâmica socioambienal em território insular: desafio ao planejamento – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

ANGRA DOS REIS. Lei n° 270/ L.O, de 15 de abril de 1993. Divisão dos distritos do município de Angra dos Reis. (http://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/lei_270.pdf). Acessado em 15/03/2014

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

BEILER, Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves. *Cidades Mortas*: *declínio econômico das cidades do médio Paraíba na província do Rio de Janeiro no ciclo café*. Aspectos econômicos, históricos e sociais das cidades de Piraí, São João Marcos e Rio Claro no período de 1860 - 1900. Monografia (Especialização em Gestão da Excelência Empresarial) - Núcleo de Pós-Graduação, Especialização e Extensão, Centro Universitário de Volta Redonda. Volta Redonda, 2001.

BECK, Ulrich. Liberdade ou Capitalismo. São Paulo: editora UNESP, 2003.

BELTRÃO, Maria. "Os caminhos do ouro: o Caminho Novo e a Fazenda do Governo". *Brasilis*. Rio de Janeiro. v. 2, n.1, p. 65-78, Nov./Dez. 2005.

BERTONCELLO, Rodolfo V. Processo de modernização e espaço local: o caso do município de Angra dos Reis (RJ). Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. Rev. RA´e GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).** Capítulo III, Art. 5.

BRASIL. Lei n° 12.651 de 2012. Regulamenta o Art. 3 e 4 as disposisões gerais das áreas consideradas de preservação permanente.

BRASIL. Lei nº 20 de 1º de Julho de 1975. I Plano de Desenvolvimento Economico-Social do Estado do Rio de janeiro.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Brasília, 5 de jan. de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 01 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313> Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 8 de jan. de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.HTM>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRINDLEY, Tim ET AL. (1989): Remaking Planning. The politics of Urban Change in the Thatcher Years. Londres: Unwin Hyman.

BRITO, Maria Célia Wey. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2003.

CADEI, Marilene de Sá. A promoção da saúde ambiental e as práticas sociais em Vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ: a contribuição da educação ambiental na criação de ambientes favoráveis à saúde. 2004. 232 fl. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; GILBERT, D.; WANHILL, S. e SHEPHERD, R.
(2001), Turismo princípios e prática. 2-ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, Renata da Silva. **Angra dos reis: contribuição ao entendimento de uma pretensa vocação turística - pensando o turismo a partir do território.** Artigo científico. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 252-278, 2008.

CORRÊA, R.L; CASTRO, I.; GOMES, P.C.C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Capítulo 5. Redes: Emergência e Organização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 141.

CRUZ, R. de C. A. da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Roca Ed., 2003
65 p.

DAVIDOVICH, F. - Um Foco sobre o Processo de Urbanização no Estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 48(3), julh./set., IBGE, Rio de Janeiro, 1986.

DAVIDOVICH,F. 1993. A propósito da Eco-Urb's 92: a temática Urbana na Questão Ambiental. In: MESQUITA,O.O, TIETZAMANN T,S (coord)Geografia e a questão ambiental.Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Hucitec. São Paulo. (1996)

DOUROJEANNI, M. J. e PÁDUA, M. T. J. 2001. Biodiversidade - A hora decisiva. Ed. UFPR. 307p.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Geoecologia e paisagem: revisitando um caminho epistemológico. Rio de Janeiro: UFRJ. CCMN-Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.40 p.

FONTELES, José Osmar. Turismo Globalizado. Revista da Casa de Geografia de Sobral. Ano 1,

n.1, 1999. pp. 91-98.

FORMAN, R.T.T. & GODRON, M. 1986. Landscape Ecology. Wiley e Sons Ed. New York.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. Geographia, ano 2, n.4, 2000. pp. 121-133.

FREIRE, Ingrid Souza de Matos.**Transformações socioespaciais e a formação de um território do turismo na Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - UERJ.

GAMA, S.; DUTRA, F.; AMORIM, N. **O papel dos atores sociais na formulação de novas políticas públicas ambientais no distrito de ilha grande (Angra dos Reis, Rio de Janeiro - Brasil).** La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 5, 2002.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Geografia e Planejamento: entre o puro e o aplicado. Geonomos, 1998.v. 6 n. 2. p. 33 – 43. Dispoível em: http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/6_2_33_43_Hissa.pdf.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Plano de Manejo (fase 2) -** Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEA/INEA/INEA/DIBAB/GEPRO, 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Plano de Manejo (Anexo 2)** - Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEA/INEA/INEA/DIBAB/GEPRO, 2010.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEAL FILHA, S. M. Recursos Hídricos e os Desafios da Gestão Ambiental:
microdrenagens da Vila de Abraão -Ilha Grande (RJ)..2005.205 f. Dissertação
(Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LEFF, E. Racionalidade Ambiental a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Capítulos II, V e VI 2006.

MACHADO, Lia Osório. Angra dos Reis: porque olhar o passado? Rio de Janeiro, 1995. Disponível em www.igeo.uferj.br/gruporetis/trbtec/angra95.html. Acesso em 02/10/2013.

MARICATO, E. **Brasil 2000: Qual planejamento urbano?** Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de

Janeiro, RJ, v.11, n.1 e 2, p.113-130, 1997.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras São Paulo em Perspectiva, São Paulo Fundação SEADE, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARX, Karl. (1975) El Capital. Tomo I, Vol.3 Libro Primero. El Procesode Produción del Capital., Siglo Veintiuno Argentina. Buenos Aires.

MEDEIROS, R. A Proteção da Natureza: das estratégias Internacionais e Nacionais às Demandas locais. Orientadora Berta K. Becker. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. Tese Doutorado 2002.

MOCELLIN, A. A questão da identidade em Giddens e Bauman. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro/2008

MENDONÇA, T.C, de M. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio deJaneiro. Rio de Janeiro, 2010.

MONTE-MOR, R. L. As teorias urbanas e o Planejamento no Brasil. Universidade Federal do Pará. Núcleo de altos estudos amazônicos. 2008

MONTEIRO, C. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Elias de Oliveira. **Rede urbana do Brasil: Constituição e Dinâmica recente**. III Simpósio Nacional de Geografia Política. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.798-812, 2013.

PRADO, Rosane Manhães. Tensão no paraíso: aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.1-9. mar. 2003.

PORTO, M., PORTO, R. Gestão de bacias hidrográficas. Estudos Avançados 22 (63), 2008. Acesso em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a04.pdf> dia 06/10/2014.

ROCHA, Ilana Campos da. Ilha Grande: uma análise dos impactos ambientais provocados pela turistificação sem um planejamento adequado. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo e MARAFON, Gláucio José (org.). Novos caminhos para velhos problemas: a geografia no Programa de Educação Tutorial. Rio de Janeiro: Gramma, 2005. p.171-183.

RODRIGUES, C. A teoria geossistêmica e sua contribuição aos estudos geográficos e ambientais. Rev. do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 14, p. 69-77, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROSA, M. Bacias Ambientais da Ilha Grande: adequação da escala de análise para o planejamento ambiental. 2010. Monografia (Bacharelado e Licenciatura) – Instituto de Geografia (IGEOG) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ROSOLÉM, N. P. Geossistema, Território e Paisagem como método de análise Geografica. Universidade de Coimbra. II e IV Seminário Latino-Americano de Geografia física. Maio de 2010

ROSS, J. Ecogeografia do Brasil: Subsídios para Planejamento Ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

ROSS, J. L. S. Análises e Sínteses na Abordagem Geográfica da Pesquisa para o Planejamento Regional. Revista do Departamento de Geografia, n. 9, FFLCH-USP, São Paulo, 1995, p. 65-75.

SACK, Robert. Human Territoriality. Cambridge: Cambridge Univerty Press, 1986.

SANTIAGO, A. M. **De "caldeirão do diabo" à "paraíso ecológico"**: a conversão da Ilha Grande. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b. p.384.

SANTOS, R. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** Hucitec, São Paulo, 1993, (4ª edição: 1998).

SANTOS, M. **O espaço dividido.** Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.

SILVEIRA, E. L. D. Paisagem: Um conceito chave na Geografia. UFSM, CCNE, Mestrado em Geografia, 2005. 111 p.

SIMONDON, Gilbert. On the mode of existence of technical objects. University of West Ontario, 1958. Objeto técnico abstrato e objeto técnico concreto. In: Do modo de existência do objeto técnico. Tradução de Pedro Peixoto Ferreira e Christian Pierre Kasper. Disponível em: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acesso em 13/08/2014.

SOARES, Elenir Pereira. Caracterização da precipitação na região de Angra dos Reis e a sua relação com a ocorrência de deslizamentos de encostas. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em http://www.coc.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3343&Itemid=178, acessado em 17/01/2014.

SOUZA, M. J. L. Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

SOUZA, Pedro Antônio de. "Os impactos dos grandes empreendimentos na estrutura demográfica de Angra dos Reis". Revista geo-paisagem. Niterói. v. 2, n. 3, p. 1-24, Jan/Jun 2003.

SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. Instituto de Geografia. USP, São Paulo: Ed. Lunar, 1977.

SPOSITO, Eliseu Savério. Redes e Cidades. São Paulo : Editora UNESP. 2008

VALLEJO, L. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. GEOgraphia, Rio de Janeiro, v.4, n º.8, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo:

FUPAM/Editora USP, 1999. p. 169-244.

TRICART, J. Ecodinâmica. IBGE, Rio de Janeiro, 1977.

XAVIER, T. **Do território do cárcere ao território de proteção à natureza**: Conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande (Ilha Grande, RJ) – 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Anexo I

Questionário aplicado em Abraão nas Agências de Turismo

Município: Angra dos Reis – Ilha Grande (Vila do Abraão)	UF: RJ	DATA	QUEST. Nº_____ FOTO Nº_____

1. INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA

Nome da Agência:

Endereço:

Número:	**Complemento:**	**Bairro:** Vila do Abraão	**CEP:**

A Agência possui página na Internet: ( ) Sim Não

Atual responsável:

Sexo:

A Secretaria trata de meio ambiente e turismo? ( ) Sim Não

2. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome do responsável pela informação:

Cargo que ocupa na agência:

3. SERVIÇOS OFERECIDOS AOS VISITANTES – ATIVIDADES DE TURISMO

Indicar existência de:

- **Quais serviços turísticos são oferecidos pela agência?**
- **Serviços existentes para acesso do visitante aos pontos turísticos:**
- **Oferece serviço turístico apenas a grupos de pessoas ou também oferece serviço individualizado, sem ser por pacote?**
- **Qual o número de pontos turísticos que a agencia consegue oferecer serviço de transporte e/ou acompanhamento de um grupo de visitantes?**
- **Há limite de visitantes por cada ponto turístico? Se sim, quais os critérios para diferenciar?**
- **Existe algum tipo de ação para que o visitante conheça e valorize a cultura local? Quem promove essa ação? De que forma?**

5. ORGANIZAÇÃO E ABSORÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL

A agência utiliza mão de obra local para executar seus serviços turísticos? (X) Sim Não

Se sim, em quais serviços?

Os empregos oferecidos são temporários ou permanentes?

A renda obtida pela agência através da atividade turística é revertida de alguma forma para a Vila do Abraão, através de projetos e/ou ações voltadas para o objetivo da conservação e preservação ambiental? Se sim, como e quais?
Sim, Quais? ( ) Não

A empresa possui estabelecimentos de outro ramo na Vila do Abraão? Lojas, campings ou pousadas?
( ) Sim, Quais? ( ) Não

Caso não possua estabelecimentos de outros ramos, a empresa dispões de parcerias com esses outros estabelecimentos?

6. ASPECTOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS

Há algum tipo de trabalho e/ou parceria com os órgãos governamentais no que se refere aos serviços oferecidos?

Existe planejamento do turismo promovido pelo poder público? O planejamento é discutido de forma ampla?

7. DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO

Existem dados sobre o número de visitantes atendidos por dia, mês ou ano pelos serviços da empresa?

É feita coleta sistemática de informações com o objetivo de monitorar o turismo em âmbito local ou regional?

De que forma são divulgados os dados coletados? Quem os utiliza?

Anexo II
Questionário aplicado em Abraão aos domicílios

Município: Angra dos Reis – Ilha Grande **Questionário: Domicílios em área de conflito ambiental.** **Nome do pesquisador: Danilo R. Cerqueira**	**UF: RJ**	**DATA**	**QUEST. Nº_____** **FOTO Nº_____**

1. INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA

Nome do Responsável:

Endereço:

Número:	**Complemento:**	**Bairro:**	**CEP:**

2. DADOS DO ENTREVISTADO - PERFIL

Número de integrantes do domicílio e idade:

Origem Familiar(opcional):

Renda total familiar: todos os rendimentos existentes somados e dividido pelo número de moradores.
( ) Menos de 1 salário mínimo
( ) Até 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 10 salários mínimos
( ) Superior a 10 salários

E-mail:

3. DADOS SOCIOECONÔMICOS

Indicar existência de:

- O Senhor(a) nasceu na Vila do Abraão? Se não, mora a quanto tempo?

Sim Não

- Caso não, quais os motivos o fizeram a vir residir na Ilha??

- Como foi o acesso ao terreno para construção?
  - Compra de título
  - Uso e ocupação
  - Outra forma

- O senhor exerce atividade remunerada formal ou informal? Sim Não

- Se sim,l a fonte de renda vem através de qual atividade?

( ) Turismo ( ) Pesca ( ) Comércio ( ) Serviço ( ) Aposentadoria ( ) Outros

- Essa atividade remunerada é exercida na Ilha Grande ou em outro lugar? Qual?

- O senhor(a) possui conhecimento de que sua propriedade se encontra em área de risco / área de proteção permanente? **(apenas para os domicílios nestas condições)**

4. SERVIÇOS PÚBLICOS

ENERGIA

Seu domicílio possui energia elétrica? Sim Não

Se sim, é estável o ano todo?

Qual a origem da energia?

( ) Rede Geral de Energia elétrica ( ) Gerador de energia ( ) Outros ( )

De maneira geral, como você avalia o serviço de energia prestado pelo poder público? (nota de 0 a 10)

SANEAMENTO E LIXO

Há rede geral de esgotamento sanitário?

Sim Não

Caso não, qual a opção de despejo do esgoto?

Você sabe para onde vai seu esgoto e se é tratado?

Sim Não

Seu lixo é recolhido com qual frequência?

( ) Diariamente ( ) 2x por semana ( ) 3x por semana ( ) Outros.

O Lixo sofre algum tipo de separação por material no domicílio antes de ser recolhido?

Sim Não

( ) Papel ( ) Plástico ( ) Alumínio ( ) Materiais Perigosos ( ) Outros

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Há rede de abastecimento de água?

Sim Não

Caso não, qual a forma de captação de água?

Vocês tratam a água antes de beber?

O domicílio possui caixa d'água?

Ocorre falta de água com frequência no município?

5. ASPECTOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS - PARTICIPAÇÃO

Você participa ou já participou das consultas públicas no município? Sim Não
Você é informado quando há chamada para conselhos, comitês, consultas públicas e outros espaços de discussão sobre a organização social? Sim. De que formas? Não Veículos de comunicação. Qual(is)? _____( ) Cartazes ( ) Associação de moradores ( ) conversas informais ( ) Outros

Anexo III

Questionário aplicado em Abraão aos estabelecimentos comerciais (pousadas, campings, restaurantes e mercados)

,

Município: Angra dos Reis – Ilha Grande **Questionário: Estabelecimentos Comerciais em área de conflito ambiental.** **Nome do pesquisador: Danilo R. Cerqueira**	**UF: RJ**	**DATA**	**QUEST. Nº__** **FOTO Nº__**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do estabelecimento:

Informações pessoais do entrevistado em geral:

2. SERVIÇOS BÁSICOS

ENERGIA

Seu estabelecimento possui energia elétrica? ( ) Sim Não

Se sim, é estável o ano todo? Não. Segundo a entrevistada há queda de luz pelo menos 1 vez na semana.

Qual a origem da energia?
( ) Rede Geral de Energia elétrica (X) Gerador de energia ( ) Outros ( )

De maneira geral, como você avalia o serviço de energia prestado pelo poder competente? (nota de 0 a 10).

SANEAMENTO E LIXO

Há rede geral de esgotamento sanitário? Considera a manutenção do sistema de esgoto precário
( ) Sim ( ) Não

Caso não, qual a opção de despejo do esgoto?

() Fossa ( ) Direto nos córregos () Outros.

O estabelecimento sabe para onde vai o esgoto e se é tratado?

( ) Sim ( ) Não.

O lixo é recolhido com qual frequência?
( ) Diariamente ( ) 2x por semana () 3x por semana ( ) Outros.

O Lixo sofre algum tipo de separação por material no domicílio antes de ser recolhido?
Sim ( ) Não
( ) Papel () Plástico () Alumínio () Materiais Perigosos ( ) Outros

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Há rede de abastecimento de água? Considerou esse sistema também "precário".
( ) Sim Não

Caso não, qual a forma de captação de água?

Vocês tratam a água antes de beber?

O estabelecimento possui caixa d'água?

Ocorre falta de água com frequência no local?

3. ASPECTOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS - PARTICIPAÇÃO

Você participa ou já participou de reuniões ou das consultas públicas no município? Sim ( ) Não
Você é informado quando há chamada para conselhos, comitês, consultas públicas e outros espaços de discussão sobre a organização social? Sim. De que formas? ( ) Não Veículos de comunicação. Qual(is)? _____() Cartazes ( ) Associação de moradores () conversas informais () Outros